Sociedade Campineira de Educação e Instrução

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA PUC-CAMPINAS

VOLUME I

CARACTERIZAÇÃO GERAL

E PLANO ESTRATÉGICO

MARÇO 2007

Mantenedora

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

Presidente da SCEI e Grão-Chanceler da PUC-Campinas

Dom Bruno Gamberini

Reitor

Prof. Pe. Wilson Denadai

Vice-Reitora

Profa. Dra. Angela de Mendonça Engelbrecht

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Germano Rigacci Júnior

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Vera Engler Cury

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

Pró-Reitor de Administração

Prof. Marco Antonio Cárnio

Departamento de Planejamento e Organização

Profa. Sílvia Regina Machado de Campos

Apresentação da Presidência da Mantenedora

Apresentamos, a seguir, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), aprovado por sua Mantenedora, a Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), e elaborado de acordo com as orientações legais da Resolução CNE - CES nº 10, de 11 de março de 2002, e do Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001 (artigo 25). O presente PDI deverá integrar o Termo de Compromisso a ser formalizado pela SCEI junto ao MEC.

O PDI da PUC-Campinas apresenta o diagnóstico institucional, considerando os ambientes internos e externos, e indica a Missão, a Visão e as estratégias a serem implementadas no período de 2003 a 2010, relativamente à expansão e qualificação da Universidade e ao desenvolvimento de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Visa garantir as expectativas institucionais e os padrões de qualidade definidos pela atual Legislação do Ensino Superior no Brasil.

O Plano apresentado é fruto de intenso trabalho coletivo, contando com a colaboração da SCEI e dos diversos níveis institucionais da Universidade, refletindo os anseios, planos e projetos da administração superior e da comunidade acadêmica, em busca da qualificação permanente da PUC-Campinas.

Dom Bruno Gamberini

Presidente da SCEI

Documento elaborado a partir dos processos desenvolvidos pelo Departamento de Planejamento e Organização junto às Pró-Reitorias e suas diversas Coordenadorias, visando à atualização dos dados da versão anterior até 2006.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 8

2 INTRODUÇÃO 9

3 O CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR 11

3.1 O Setor de Educação Superior 12

3.2 O Cenário do Ensino Superior Brasileiro 16

4 EVOLUÇÃO DA PUC-CAMPINAS NO CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR 25

4.1 Caracterização Global da PUC-Campinas 33

4.1.1 A Missão Institucional 33

4.1.2 Caracterização da Administração Superior 36

- Estrutura Organizacional da Sociedade Campineira de Educação e Instrução 36
- Estrutura Organizacional da PUC-Campinas 39
- Estrutura Organizacional do Hospital e Maternidade Celso Pierro – HMCP 43

4.1.3 Estrutura e atribuições dos órgãos Colegiados 49

PUC-CAMPINAS 49

4.1.4 Perfil dos Administradores 57

a. Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI) 57

b. PUC-Campinas 58

c. Hospital e Maternidade Celso Pierro - HMCP 72

4.1.5 Organização Acadêmica e Administrativa 73

4.1.6 Organização Didático-Pedagógica 74

4.1.7 Atenção aos Discentes 78

4.2 PUC-Campinas Organização e Planejamento 79

4.2.1 Planejamento e Modernização Institucional 80

4.2.2 Planejamento e Organização 81

4.3 Tecnologia da Informação 82

4.4 Desenvolvimento Organizacional 85

4.4.1 Projetos Implementados 85

5 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 86

5.1 As origens da Avaliação na PUC-Campinas 88

5.1.1 Projeto Pedagógico 90
5.1.2 Do Projeto Pedagógico à Identidade Social 95
5.1.3 Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação 95
5.1.4 A Participação da PUC-Campinas no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras) 97
Projeto Conhecer para Aprimorar 98
a. Fase 1 - 1998/1999 98
b. Fase 2: 2000 a 2002 100
5.1.5 Perspectivas para o Período 2003-2010 101

6 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL 103

6.1 Desenvolvimento da Área na Universidade 103
6.2 Caracterização da Área de Comunicação 105
6.2.1 Assessoria de Imprensa 105
6.2.2 Reflexos das mudanças dos meios de comunicação e do ensino superior no trabalho da Assessoria de Imprensa 107
6.2.3 Propaganda e Marketing 109
6.2.4 Relações Públicas 112
6.2.5 Internet 113
6.2.6 TV PUC-Campinas 114

7 RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL 116

7.1 Evolução e Caracterização Global da Área 117

8 TECNOLOGIA EDUCACIONAL 130

8.1 Ensino a Distância: evolução e caracterização global 130
8.2 Ensino a Distância na PUC-Campinas 132
8.3 Situação atual 133

9 USO DA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA NA UNIVERSIDADE 140

10 PLANO ESTRATÉGICO DA PUC-CAMPINAS PARA O PERÍODO 2003 A 2010 142

10.1 Visão de Futuro da PUC-Campinas 142
10.2 Opções Estratégicas para 2003 - 2010 142
10.3 Objetivos e Estratégias 143
10.4 Planejamento Orçamentário para o período 2002 a 2007 143

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA PUC-CAMPINAS

1 Apresentação

O presente documento torna público o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC-Campinas, elaborado pela Administração Superior da Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

Para a elaboração do PDI, a colaboração e o envolvimento de todos os setores institucionais, acadêmicos e administrativos foram assumidos como diretrizes fundamentais, de modo que o plano refletisse o compromisso de todos os níveis da organização.

Nesse aspecto, é necessário ressaltar a longa tradição da PUC-Campinas na elaboração de planos e estratégias. Iniciou-se essa atividade em 1980, com a construção dos Projetos Pedagógicos de todos os seus Cursos de Graduação, com o Planejamento Estratégico da Reitoria nos períodos de 1993-1996 e 1997-2001, com a revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em 2000-2001 e com o Planejamento Estratégico para o período de 2003 a 2010.

Devido a essas experiências em planejamento, o documento apresentado a seguir está organizado a partir da lógica do planejamento estratégico, como eixo dinamizador do PDI, acrescendo-se a ele as orientações divulgadas pelo MEC, as quais foram integradas, em todos os seus itens, nos capítulos correspondentes.

Tendo em vista a sua concepção como plano estratégico, entendemos que o presente PDI deverá ser periodicamente revisto e reformulado a partir da implementação do Planejamento Estratégico.

Portanto, a versão do PDI ora apresentada atualiza os dados de sua versão original, até dezembro de 2006.

Pe. Wilson Denadai

Reitor da PUC-Campinas

2 Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional da PUC-Campinas, apresentado a seguir, além de se constituir numa exigência da atual legislação do Ensino Superior, expressa as finalidades e os projetos da Universidade e de sua Mantenedora, a Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), na busca constante da qualificação das atividades oferecidas.

Expressa, ainda, os objetivos da Igreja a qual, com a Educação Superior, busca a formação integral de seus membros e o serviço qualificado à sociedade, contribuindo para o incremento da cultura, a afirmação ética da solidariedade e a promoção da dignidade humana.

Nesse aspecto o PDI foi elaborado com o envolvimento de todos os setores da Universidade e do Hospital Universitário "Hospital e Maternidade Celso Pierro" (HMCP), contando com o acompanhamento e apreciação da SCEI, mantenedora de ambas as instituições.

Para tanto, foi instituído, por Portaria do Reitor, um grupo central responsável pelo desenvolvimento e organização do processo de elaboração do PDI, que desencadeou dois grandes conjuntos de atividades:

- desenvolvimento de sistemas e levantamento de dados;
- elaboração de orientações e diretrizes, aos vários setores institucionais, para a elaboração dos respectivos diagnósticos e propostas.

Esse grupo ficou responsável, ainda, pela integração e articulação dos dados e conteúdos do Plano e pela apresentação de texto a ser apreciado pela Mantenedora e Universidade.

No processo descrito foram envolvidas as equipes técnicas dos vários órgãos da Universidade e do HMCP as quais, além da construção dos respectivos projetos, se responsabilizaram por apresentar e discutir os seus produtos em fórum dos Reitores e Pró-Reitores.

Como suporte ao processo descrito, o Departamento de Planejamento e Organização da Reitoria da PUC-Campinas desenvolveu instrumentos e orientou os vários setores na construção dos seus planos e do plano global da Universidade.

Além disso, iniciou-se, no primeiro semestre de 2003, o processo de Planejamento Estratégico da Universidade para o período de 2003 a 2010, que contou com um grupo de mais de sessenta membros, representantes das diversas instâncias e áreas institucionais. Desse processo resultou, em junho de 2003, a Missão, os Valores e a Visão Institucionais, bem como a indicação dos Objetivos e das Estratégias a serem implementadas no período.

O Plano apresentado reflete a integração desses dois processos de construção, buscando incorporar ainda as orientações do MEC, incorporando-se, a partir de agora, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Por outro lado, o documento expressa, ainda, a lógica do planejamento estratégico, já implementada na PUC-Campinas há cerca de dez anos.

O documento está organizado em cinco grandes blocos. O primeiro se refere ao desenvolvimento global da Universidade no cenário do Ensino Superior nacional, regional e setorial das escolas católicas, incluindo, também, sua atual estrutura e funcionamento, do ponto de vista gerencial e administrativo, o diagnóstico estratégico da Universidade e seus objetivos e estratégias para o período 2003 a 2010.

No segundo bloco estão indicados os dados relativos à infra-estrutura, recursos humanos, informação, comunicação e desenvolvimento institucional.

Os outros quatro blocos abordam, respectivamente, o ensino da Graduação, o ensino de Pós-Graduação, a Pesquisa e a Extensão, com a inclusão de dados, informações e projetos de cada área.

Considerando não só a lógica do planejamento estratégico que orquestrou a elaboração do Plano, mas em vista da dinâmica de desenvolvimento própria de uma Universidade, o presente Plano constitui-se de um conjunto de compromissos, possibilidades e intencionalidades da PUC-Campinas. Deverá ser continuamente adequado e aperfeiçoado, na medida em que a implementação dos projetos transforma a realidade institucional, assim como o próprio setor do Ensino Superior se modifica ao longo do tempo.

Assim, o processo de elaboração do Plano e sua implementação e adequação às diferentes conjunturas são os aspectos mais relevantes que devem ser considerados e não apenas os compromissos expressos na documentação.

3 O Cenário do Ensino Superior

Um intenso e rápido processo de transformações atinge praticamente todos os campos da organização econômica, social e política das sociedades. O grande elemento distintivo desse processo, diferenciando-o das mudanças precedentes, é a centralidade na informação e no conhecimento, fator que desempenha papel crucial na transformação da base material e na geração de riqueza das sociedades.

A capacidade de produzir, interpretar, articular e disseminar conhecimentos e informações, materializada em novos produtos e serviços que, por sua vez, retroalimentam o ciclo econômico, passou a ocupar espaço privilegiado na agenda das organizações. Paralelamente, o Estado vem assumindo discursos e estimula ações que visam prover as condições necessárias à inserção das nações na economia mundial, pela elevação do patamar de aprendizado coletivo. Nesse contexto, o manancial educacional assume não apenas um significado social, mas incorpora, igualmente, um valor econômico.

Dessa forma, o acesso crescente e contínuo da população aos graus mais elevados de educação torna-se uma medida de valoração da democracia e da cidadania e de diferenciação competitiva no campo econômico. Nesse contexto, a educação, traduzida na capacidade de os indivíduos produzirem inovações e resolverem problemas, tornou-se o grande elemento capaz de agregar valor aos sistemas produtivos.

Como em todo processo de transformação, o setor educacional atrai um número crescente de novos atores que passam a disputar o domínio do “mercado” educacional com as instituições tradicionais. Essas, por sua vez, vêem-se forçadas a reverem sua missão, práticas e métodos até então utilizados, como medida de adequação indispensável para que possam continuar prestando um serviço útil e necessário à sociedade.

3.1 O Setor de Educação Superior

Todos esses movimentos produzem, direta ou indiretamente, expressivo impacto nas instituições de educação superior, em seus mais diferentes aspectos – relevância e expectativa social da Universidade, perfil de sua clientela, natureza dos processos formativos (conteúdos e tecnologias), relacionamento com outros atores e presença de novos agentes compartilhando seu espaço de atuação.

Portanto, embora não haja certeza sobre o novo paradigma de Universidade que irá se estabelecer e consolidar ao longo do século XXI, os vários estudos e pesquisas realizados e disponíveis indicam, em termos mundiais, um amplo conjunto de tendências e forças de mudanças em andamento, com destaque para:

1. Mudança nas Características do Setor de Educação Superior, por meio da introdução de novos elementos, tais como:

   - quebra do monopólio geográfico, regional ou local, com o surgimento de novas forças competitivas;
   - mudança do modelo organizacional do ensino superior, que passa de um sistema federado e solto de faculdades e universidades, servindo apenas às comunidades locais, para uma "indústria" do conhecimento, operando em um mercado global, altamente competitivo;
   - transformação das universidades amplas, fortes e verticalmente integradas em instituições mais especializadas e centradas no aluno (e não no professor);
   - significativa reestruturação da educação superior, implicando o desaparecimento e fusão de universidades, bem como o fortalecimento das interações entre elas, visando ao intercâmbio de atividade e ao desenvolvimento e operação de projetos comuns.

2. Mudança na Estrutura do Setor de Educação Superior. As transformações que ocorrem no âmbito do setor da Educação Superior implicam, igualmente, o surgimento de novos protagonistas, que não apenas concorrem com as universidades tradicionais, mas que também lhes servem de complementos e parceiros, destacando-se os seguintes atores:

- *Universidades corporativas*, patrocinadas ou administradas por grandes empresas, visando à aprendizagem contínua e especializada de seus quadros;

- *Empresas instrucionais* - instituições terceirizadas que prestam serviços às universidades no próprio domínio do ensino superior em nichos especializados do conhecimento, dos processos pedagógicos ou da clientela, com contratos definindo indicadores e metas de resultados e as condições desejadas de ensino-aprendizagem;

- *Entidades de Intermediação*, cuja função é fazer a ponte entre os provedores de educação superior e os "consumidores", visando apoiar, inclusive financeiramente, os futuros alunos, fornecer-lhes orientação e informações relevantes e certificar o conhecimento por eles adquirido. Podem, ainda, atuar na defesa dos interesses dos alunos, mobilizando estudantes e negociando cursos específicos e descontos junto às instituições de ensino, além de promoverem a busca de emprego e trabalho para os concluintes;

- *Organizações não-Tradicionais* - Entrada no setor de novos tipos de protagonistas, oriundos de outros segmentos da economia, tais como empresas de telecomunicação, de informática e informação, de entretenimento, organizações governamentais e do "terceiro setor" engajadas na educação, treinamento e desenvolvimento profissional. Embora tradicionalmente tais instituições tenham sido consideradas basicamente fornecedoras ou clientes do sistema de educação superior, devem passar a ser vistas, agora, como parte dele e, portanto, como colaboradoras e/ou competidoras potenciais.

3. Mudanças nas Relações da Universidade com a Sociedade. À medida que a Universidade, além dos papéis clássicos de ensino, pesquisa e extensão, tem desempenhado outras funções de interesse da sociedade (serviços de saúde e assistência, desenvolvimento econômico, entretenimento, etc.), as barreiras que a protegiam das invasões de agentes políticos e econômicos estão sendo derrubadas. Assim, as universidades, como instituição, tornam-se cada vez mais visíveis e vulneráveis e menos protegidas diante dos agentes da

sociedade, requerendo, portanto, novas formas de interação e inserção com o ambiente externo.

4. Mudança na Natureza da Prestação dos Serviços Acadêmicos. A prestação dos serviços de educação superior tende a assumir, cada vez mais, as seguintes características:

   - *aprendizagem continuada,* implicando a necessidade de as instituições de ensino proporcionarem aos cidadãos condições e formas de uma aprendizagem continuada por toda a sua vida profissional, atendendo aos requisitos de uma sociedade em permanente mudança;

   - *ausências de fronteiras rígidas entre os serviços,* significando que as diferentes atividades acadêmicas não apenas se tornam mais inter-relacionadas, mas se fundem efetivamente;

   - *aprendizagem assíncrona* (qualquer tempo, qualquer lugar), quebrando as restrições de tempo e espaço para tornar as oportunidades de aprendizagem mais compatíveis às necessidades e estilos de vida das pessoas*;*

   - *serviços bastante diversificados,* visando servir a uma população cada vez mais diferenciada e com inúmeras e variadas necessidades e objetivos.

5. Mudança no Modo de Execução das Atividades Acadêmicas. A Universidade do século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea. Nesse contexto, embora seus papéis tradicionais (ensino-pesquisa-extensão) não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos específicos de execução mudarão significativamente:

   - evolução do atual “modelo artesanal” de produção para um outro mais próximo da “produção em massa” da era industrial e com fortes influências do modelo adotado na indústria de entretenimento;

   - os métodos de ensino-aprendizagem e os papéis dos professores estão submetidos a fortes pressões para mudança, principalmente em função das novas tecnologias da teleinformática e do surgimento de uma

“geração digital”, com suas demandas por novos processos e relacionamentos. Assim, outras formas de ensino, muito mais interativas e suportadas pelas novas tecnologias, deverão intensificar-se, com o professor afastando-se da “sala de aula” para assumir funções de gerador e administrador de novos experimentos de aprendizagem e de consultor e orientador dos alunos, como, aliás, já ocorre na pós-graduação;

- o desenvolvimento da pesquisa também deverá sofrer grandes alterações. Os processos de criação tornar-se-ão muito mais coletivos e multidisciplinares, tendo em vista os recursos tecnológicos disponibilizados e a natureza dos novos conhecimentos demandados pela sociedade.

- centrada tradicionalmente na biblioteca e, portanto, suportada no formato impresso, a preservação do conhecimento talvez seja a função universitária mais suscetível a mudanças tecnológicas radicais. A tecnologia da informação – ou mais amplamente a “convergência digital” das várias mídias – já produz impacto significativo na preservação, divulgação e acessibilidade do conhecimento, tornando-se esse cada vez mais democrático e disponível a todos, não sendo mais apenas uma prerrogativa ou privilégio da comunidade acadêmica. Nesse contexto, a “biblioteca” da Universidade do Século XXI, suportada por diferentes mídias, extrapolará em muito suas atuais funções e seus domínios tradicionais de abrangência;

- no campo da extensão, a aplicação dos conhecimentos continuará a ser ditada, cada vez mais, pelas necessidades e demandas reais da sociedade. Nesse sentido, provavelmente a extensão constitui a função universitária mais suscetível às mudanças sociais, devendo sofrer conseqüentemente transformações profundas, à medida que a sociedade é transformada radical e aceleradamente. Dessa forma, a amplitude e diversidade de aplicação, a velocidade de atendimento e a capacidade de respostas concretas requeridas exigirão da extensão novos modelos e processos de produção.

-

3.2 O Cenário do Ensino Superior Brasileiro

A partir de meados da década de 1960, o setor de Ensino Superior no Brasil sofreu intensas mudanças em relação à legislação e à sua estruturação, desenvolvimento e funcionamento, como reflexo das grandes modificações ocorridas na sociedade brasileira. O desenvolvimento do modelo urbano-industrial, assentado no uso intensivo da tecnologia e do conhecimento, provocou pressões crescentes sobre o ensino superior. Isso ocorreu com a busca da democratização do acesso, sua colaboração para a formação de pessoal mais de acordo com as necessidades sociais, além de sua contribuição para o enfrentamento dos desafios colocados pelo desenvolvimento contemporâneo da ciência e da tecnologia como elemento estratégico para o crescimento social e humano.

Nesse aspecto, o ensino superior, caracterizado quase que exclusivamente por sua atuação nas atividades de ensino, implementou, de modo mais intenso, funções nas áreas de pesquisa e extensão, no período pós-60.

A busca de acesso ao ensino superior, principalmente como forma de profissionalização e de inserção no mercado de trabalho em transformação, em que a especialização das competências e habilidades passa a ser fortemente valorizada, impulsionou o enorme crescimento desse setor, bem como sua diferenciação.

Nesse processo, será fortalecido o setor privado de ensino superior em detrimento das instituições públicas, introduzindo em suas atividades a racionalidade dos empreendimentos mercantis, principalmente a partir do aumento do déficit fiscal do Estado que imprimiria limitações crescentes nos investimentos das IES públicas.

Tal crescimento verificou-se não só no número de Universidades, mas também em Centros Universitários e Faculdades, inclusive com a interiorização das IES nas regiões e estados mais desenvolvidos da nação, demonstrando uma forte articulação entre o desenvolvimento socioeconômico e os mercados para a educação.

Especificamente em relação ao setor privado de ensino superior, é necessário ressaltar a presença e crescimento das IES comunitárias e confessionais. Começaram elas a ser implementadas, com maior intensidade no país, a partir das décadas de 1940 e 1950, dando origem a várias instituições de qualidade e renome e com grande atuação social, como as Universidades Católicas, caracterizadas por seu caráter público e voltadas aos interesses da sociedade e comunidades loco-regionais.

Esse grande desenvolvimento do ensino superior ocorreu aliado à segmentação e diferenciação das IES, originando uma nova organização dos interesses do setor representada pelas associações específicas que surgem a partir da década de 1960, entre as quais a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC -1952); o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB - 1966); o Sindicato das Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP - 1979); a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES-1989); a Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP - 1989); a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC) e a Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP - 1998).

Nesse mesmo sentido, as associações e sindicatos de docentes e funcionários do ensino superior também se fortalecem e se diferenciam, imprimindo uma nova dinâmica no setor.

Na década de 1990, essa dinâmica é acelerada, não apenas devido à nova legislação para este nível de ensino, mas especialmente pela atuação do MEC e pelo crescimento dos setores educacionais de ensino médio, o que elevou consideravelmente o público para as IES.

Os dados sobre essa década demonstram o vigor do ensino superior na medida em que seus cursos de graduação praticamente dobraram em volume, as vagas cresceram mais de 2,5 vezes e o número de docentes dos cursos de graduação aumentou em mais de 50%.

EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL SEGUNDO NATUREZA DA MANTENEDORA

ANO	CURSOS			% Priv.
	PÚBL.	PRIV.	TOTAL	
1990	2.001	2.711	4.712	57,53
1991	2.139	2.769	4.908	56,42
1992	2.244	2.837	5.081	55,84
1993	2.293	2.987	5.280	56,57
1994	2.412	3.150	5.562	56,63
1995	2.782	3.470	6.252	55,50
1996	2.978	3.666	6.644	55,18
1997	2.698	3.434	6.132	56,00
1998	2.970	3.980	6.950	57,27
1999	3.494	5.384	8.878	60,64
2000	4.021	6.564	10.585	62,01

FONTE: INEP E SEMESP

EVOLUÇÃO DAS VAGAS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL SEGUNDO NATUREZA DA MANTENEDORA

ANO	VAGAS			% Priv.
	PÚBL.	PRIV.	TOTAL	
1990	155.009	347.775	502.784	69,17
1991	162.506	354.157	516.663	68,55
1992	171.048	363.799	534.847	68,02
1993	171.627	377.051	548.678	68,72
1994	177.453	396.682	574.135	69,09
1995	178.145	432.210	610.355	70,81
1996	183.513	450.723	634.236	71,07
1997	193.821	505.377	699.198	72,28
1998	205.725	570.306	776.031	73,49
1999	218.589	675.801	894.390	75,56
2000	245.632	970.655	1.216.287	79,80

FONTE: INEP E SEMESP

EVOLUÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL SEGUNDO NATUREZA DA MANTENEDORA

ANO	DOCENTES			% Priv.
	PÚBL.	PRIV.	TOTAL	
1990	71.904	59.737	131.641	45,38
1991	72.123	61.012	133.135	45,83
1992	72.242	62.161	134.403	46,25
1993	72.594	64.562	137.156	47,07
1994	75.285	66.197	141.482	46,79
1995	76.268	69.022	145.290	47,51
1996	74.666	73.654	148.320	49,66
1997	84.591	81.373	165.964	49,03
1998	83.738	81.384	165.122	49,29
1999	80.883	92.953	173.836	53,47
2000	88.154	109.558	197.712	55,41

FONTE: INEP E SEMESP

O MEC diagnosticava, em 2000, uma mudança importante do ritmo de crescimento do ensino superior, na medida em que a taxa média anual de aumento de matrículas passou de 1,4% ao ano, no período de 1981 a 1994, para 8,4% ao ano, no período de 1996 a 1999. Previa-se, assim, o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação de atingir a cobertura do ensino superior de 30% da população de 18 a 24 anos.

Nesse aspecto, o crescimento do ensino superior estaria relacionado à grande expansão do ensino médio, que cresceu em 57,4% no período de 1994 a 1999. Entretanto, o crescimento do ensino superior ainda seria inferior ao crescimento do ensino médio, originando demandas não-atendidas.

Paralelamente, aumentou a importância do setor privado no ensino superior durante esse período, chegando a deter, em 2000, aproximadamente 62% dos cursos de graduação, 80% das vagas e 55% dos docentes de graduação.

Já as Instituições de Ensino Superior Comunitárias, incluídas as Confessionais e Filantrópicas, possuíam mais de 30% dos cursos, 37% das vagas e 29% dos docentes do setor, mostrando também a presença marcante deste segmento no cenário educacional.

No Estado de São Paulo, o processo de mudança foi mais acentuado na medida em que o setor de ensino superior concentrava, em 2000, cerca de 25% dos cursos de graduação, 34% das vagas e 28% dos docentes do território nacional.

Além disso, o setor privado de ensino mostrou-se mais vigoroso detendo, em 2000, cerca de 82% dos cursos de graduação, 91% das vagas e 72% dos docentes do estado. Nesse sentido, as IES comunitárias detinham cerca de 28% dos cursos, 30% das vagas e 29% dos professores do estado.

Em termos de crescimento global, no período de 1990 a 2000, os cursos de graduação sofreram uma elevação de cerca de 61%, no setor público, e de 107%, no privado. Quanto ao número de vagas, o aumento foi de 25% nas IES públicas e de 135% nas privadas.

EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO SEGUNDO NATUREZA DA MANTENEDORA

ANO	CURSOS			% Priv.
	PÚBL.	PRIV.	TOTAL	
1990	-X-	-X-	-X-	-X-
1991	301	1.067	1.368	78,00
1992	332	1.070	1.402	76,32
1993	320	1.117	1.437	77,73
1994	320	1.177	1.497	78,62
1995	360	1.312	1.672	78,47
1996	391	1.380	1.771	77,92
1997	317	1.307	1.624	80,48
1998	336	1.477	1.813	81,47
1999	476	1.923	2.399	80,16
2000	486	2.206	2.692	81,95

FONTE: INEP E SEMESP

EVOLUÇÃO DAS VAGAS DE GRADUAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO SEGUNDO NATUREZA DA MANTENEDORA

ANO	VAGAS			% Priv.
	PÚBL.	PRIV.	TOTAL	
1990	29.352	161.190	190.542	84,60
1991	28.216	164.185	192.401	85,33
1992	32.116	168.711	200.827	84,01
1993	31.194	174.618	205.812	84,84
1994	31.845	184.499	216.344	85,28
1995	30.646	197.762	228.408	86,58
1996	33.139	209.066	242.205	86,32
1997	31.179	233.215	264.394	88,21
1998	33.319	259.272	292.591	88,61
1999	33.752	282.258	316.010	89,32
2000	36.581	379.006	415.587	91,20

FONTE: INEP E SEMESP

EVOLUÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO SEGUNDO NATUREZA DA MANTENEDORA

ANO	DOCENTES			% Priv.
	PÚBL.	PRIV.	TOTAL	
1990	13.877	23.462	37.339	62,84
1991	13.966	24.528	38.494	63,72
1992	15.314	25.291	40.605	62,29
1993	14.060	26.281	40.341	65,15
1994	14.518	27.143	41.661	65,15
1995	14.338	28.538	42.876	66,56
1996	13.930	30.026	43.956	68,31
1997	14.667	34.513	49.180	70,18
1998	15.190	31.434	46.624	67,42
1999	13.984	35.486	49.470	71,73
2000	14.860	40.209	55.069	73,02

FONTE: INEP E SEMESP

O volume de docentes para os cursos de graduação cresceu apenas 7% no setor público e 71% no privado, modificando substancialmente o mercado de trabalho dos professores.

As IES Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas detinham cerca de 28% dos cursos, 30% das vagas e 29% dos professores, marcando também uma presença importante no Estado de São Paulo.

O conjunto de fatos, mudanças e tendências detectados no ensino superior global atinge, em maior ou menor grau, o sistema de ensino superior brasileiro que, por sua vez, está experimentando mudanças descontínuas que acontecem simultaneamente em suas várias dimensões.

Se, de um lado, a demanda pelo ensino superior nunca esteve tão intensa e diversificada, de outro, a concorrência entre as instituições – pelos alunos e também pelos talentos docentes – apresenta-se cada dia mais intensa, ultrapassando, inclusive, os limites das fronteiras nacionais.

Esse contexto do ensino superior brasileiro apresenta, entre outras, as seguintes grandes tendências e transformações em andamento:

- expansão acelerada da graduação;
- interiorização do ensino superior;
- consolidação da pós-graduação;
- melhoria na qualificação do corpo docente;
- aumento da eficácia e produtividade do sistema;
- flexibilidade e diversidade da oferta dos serviços de educação superior.

O perfil que o ensino superior no Brasil irá adquirir no futuro de médio prazo dependerá do modo pelo qual ocorra o amadurecimento e/ou continuidade dos seguintes movimentos e tendências (condicionantes do futuro):

1. Aceleração das mudanças tecnológicas. Esse fato traz impactos para os trabalhadores e profissionais, que precisam de constante atualização, e para as tecnologias educacionais utilizadas como suporte aos processos de ensino-aprendizagem. Como efeito colateral, o avanço nas tecnologias e as estratégias de competitividade entre empresas fazem cair o preço de computadores e equipamentos de apoio ao ensino, tornando-os acessíveis a um maior número de pessoas.

2. Forte expansão e diversificação da demanda de ensino superior. Admite-se que, qualquer que seja o cenário, nos próximos anos a demanda de ensino superior continuará exibindo um crescimento expressivo em todas as regiões do país e em relação a todas as modalidades de oferta. Isso decorre pelo aumento no número de concluintes do ensino médio e pelo retorno de profissionais aos bancos escolares para se atualizarem, como também pela busca de novos conhecimentos (e de nova significação da vida) por parte da população que se enquadra na terceira idade.

3. Necessidade de aprendizado contínuo. Associado diretamente ao item anterior, a disposição para ‘aprender a aprender’ em uma temporalidade contínua, ao longo de toda a vida, também se torna parte do portfólio mínimo para a empregabilidade. Se antes a posse de diploma era diretamente associada à garantia de vaga no mercado de trabalho e à obtenção de um determinado **status** social, agora isso não é mais verdade. A necessidade de aprendizagem permanente passa a ser necessária para a vida profissional e também desejada como **status** social.

4. Massificação do computador como instrumento de estudo e trabalho e crescimento substancial da Internet. Definitivamente, o computador torna-se cada vez mais presente nos lares mundiais (e também brasileiros). Portanto, é bastante sólida a suposição de que, nos próximos 10 a 15 anos, seja qual for o cenário, o computador estará presente em todas as escolas (não apenas nos laboratórios, mas também nas salas de aula) e em quase todos os lares, além dos escritórios, fábricas e estabelecimentos comerciais, grandes, médios e

pequenos. Concomitantemente, há o crescimento da Internet com a perspectiva de melhoria substancial no acesso (redução de tempo, aumento de velocidade, etc.), o que propiciará saltos qualitativos no ensino a distância e no ensino presencial, especialmente em se tratando de pesquisas, acesso a dados e troca de informações.

5. Redefinição do trabalho e das condições de empregabilidade. A evolução tecnológica e o novo padrão de competitividade e de concorrência entre os países provocam efeitos na estrutura do mercado de trabalho, com o desaparecimento de um conjunto de ocupações e o surgimento de outras, e também na natureza e nos conteúdos das funções e tarefas, assim como nos requisitos de qualificação. No núcleo formal do mercado de trabalho, elevam-se os requisitos para o ingresso (a posse de diplomas de níveis cada vez mais altos é um critério de corte), ao mesmo tempo em que o trabalho deixa de ser orientado por princípios de base taylorista de forte especialização e fragmentação de tarefas e passa a ser suplantado pelo trabalho cooperativo, flexível. Nesse último, as competências essenciais demandadas (além dos conhecimentos técnicos específicos) são o raciocínio lógico-abstrato, as habilidades sociocomunicativas e de relacionamento com superiores e subordinados, a responsabilidade, a disponibilidade para o trabalho, a disposição para correr riscos e a capacidade de liderança. Do mesmo modo, o domínio de outros idiomas (como inglês e espanhol, por exemplo) e de linguagens abstratas (como a informática, a matemática) torna-se 'commodity' para o ingresso no mercado estruturado e melhor remunerado.

6. Envelhecimento da população / mudanças no perfil demográfico. A população nos países desenvolvidos, especialmente os europeus, há muito tempo experimenta a inversão de sua pirâmide etária, com o número de pessoas de mais idade suplantando o número de nascimentos. No Brasil, observa-se também uma progressiva redução da taxa de nascimento ao longo dos últimos anos, decorrente de uma significativa queda na fecundidade. Estima-se que o país deverá chegar ao ano de 2020 com cerca de 45% da sua população nas áreas urbanas tendo mais de 40 anos[1].

[1] IPEA. O Brasil na Virada do Milênio – Trajetória do Crescimento e desafios do desenvolvimento. Brasília, 1997.

7. Expansão do ensino a distância. As ofertas de cursos a distância no Brasil já são expressivas, embora muito abaixo da capacidade de expansão. Para isso contribuem restrições de natureza legal, cultural e de infra-estrutura. Sua presença é sentida, sobretudo, nos cursos livres, na extensão, na educação continuada e em algumas pós-graduações **lato sensu**. A expansão na graduação tende a ser mais lenta, especialmente pelas restrições do MEC. Cabe salientar, porém, que grandes saltos estão sendo obtidos na adoção de modelos mistos, com parte do programa realizado a distância e parte presencial. Outro elemento importante a ser considerado refere-se ao crescimento das instituições de apoio ao ensino, como, por exemplo, a Escola 24 horas, cujo foco são os alunos do ensino fundamental e médio. A formação de consórcios de instituições para ofertar EAD já é uma realidade no exterior e começa a ganhar espaço também aqui. Cabe lembrar a disposição do atual Ministério da Educação na ampliação do atendimento das universidades públicas por meio do ensino a distância.

8. Valorização social da interdisciplinaridade e do "espírito empreendedor" como atributos da formação universitária. É uma conseqüência direta do novo paradigma técnico-econômico, em grande parte baseado na produção flexível, na utilização simultânea e integrada de conhecimentos de várias áreas ou disciplinas, na exigência de tempos de resposta cada vez mais curtos e na tendência à extinção do vínculo de emprego formal assalariado. No mercado de trabalho, a capacidade de resolver problemas - ou, melhor ainda, de evitar que eles surjam - já aparenta ser mais valorizada do que especializações específicas. Os generalistas, com sólida formação básica; e os profissionais "híbridos", com ocupação de fatias crescentes do mercado de trabalho. E, mais ainda, com vantagem aqueles que, em vez de um vínculo empregatício, têm capacidade para montar e operar o seu próprio negócio, mesmo que esse seja uma empresa individual. O desenvolvimento dessas competências está sendo cada vez mais exigido das universidades. Em paralelo, o crescimento das incubadoras de empresas e das empresas juniores contribui para o fortalecimento de tal tendência.

9. Acirramento da concorrência. Esse fenômeno, já bastante visível nos dias de hoje, é uma decorrência direta do anterior. Abstraindo juízos de valor a respeito, para muitos o ensino superior constitui hoje um "negócio de alta

atratividade" em virtude da grande expansão deste "mercado". Isso explica a multiplicação e proliferação de novas unidades (universidades ou faculdades isoladas) em todas as regiões do país, especialmente as vinculadas a escolas de nível médio e/ou a cursinhos, que estão claramente pondo em prática uma estratégia de expansão pela verticalização "para frente", visando ocupar espaços no segmento de demanda mais dinâmica. Esse tipo de expansão também significa uma estratégia de sobrevivência a longo prazo. Isso porque, enquanto os níveis da Educação Básica (Fundamental e Médio) possuem "mercados" bem delimitados - dos 7 aos 17/20 anos e com a população crescendo a taxas decrescentes - o ensino superior tende a ser "permanente", alcançando um mercado que, em média, inclui todas as pessoas dos 17 aos 65 anos (ou mais), muito maior, portanto, que os dos outros níveis de ensino.

10. Deselitização do ensino superior e crescimento no número de estudantes economicamente menos favorecidos. Com a tendência de universalização do ensino médio, haverá uma maior pressão de demanda sobre o ensino superior proveniente das camadas economicamente menos favorecidas. Essas, para serem absorvidas organicamente pelo sistema de ensino superior, necessitam da ampliação das atuais fontes de financiamento (créditos educativos e outros), sem a qual se corre o risco de ter uma forte elevação das taxas de evasão, além do crescimento da inadimplência e da ociosidade no setor privado. Mas essa tendência tem ainda outras conseqüências, uma vez que representa a entrada no sistema de uma população que tradicionalmente esteve alijada do mesmo: "*do alto clero, as universidades passaram a servir à nobreza, daí para a alta burguesia, e então para as classes profissionais. A sua expansão continua e passa a absorver os funcionários de todos os matizes. Finalmente, começa a entrar o povo, os filhos de operários*"[2]. Essa população, por seu turno, chega às instituições portando menos credenciais e conhecimento prévio do que as gerações anteriores. Esse movimento, a princípio difícil de reverter (e socialmente injusto de ser revertido), apresenta um novo desafio para as instituições: elevar o nível de conhecimento e de capacidade de aprendizado desse contingente populacional dentro de suas possibilidades (ou levá-lo até onde consiga chegar, sem o excluir pela sua

[2] Castro, Cláudio de Moura. *Ensino Superior: o desafio de andar para frente*. In: O Ensino Superior em Transformação. Pág. 52.

performance diferenciada de entrada). Essa tendência desdobra-se em outras correlacionadas: a busca de metodologias adequadas que dêem suporte a esse resultado – levando em conta que o nível de conhecimento e sua capacidade de articulação são diferenciados da clientela que traz na sua bagagem o privilégio de ter feito sua educação anterior em escolas de primeira linha; e a inclusão de disciplinas gerais ou 'instrumentais' em complementação à formação específica – tais como português, matemática, inglês e outras, ofertadas como reforço da aprendizagem, visando melhorar o perfil dos alunos e assim possibilitar sua melhor formação.

4 Evolução da PUC-Campinas no Cenário do Ensino Superior

A Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e do Hospital Universitário "Hospital e Maternidade Celso Pierro" (HMCP), reconhecida instituição de utilidade pública municipal, estadual e federal e entidade filantrópica, foi criada aos 20 de maio de 1941 por iniciativa do Bispo D. Francisco de Campos Barreto, para manter e administrar os estabelecimentos de ensino da diocese, entre os quais a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas, as chamadas "Faculdades Campineiras".

As Faculdades foram instaladas na antiga residência urbana do Barão de Itapura, Joaquim José Polycarpo Aranha, que hoje se constitui no Campus Central da Universidade, oferecendo um total de oito cursos: Ciências Políticas e Religiosas, Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Matemática, Geografia-História e Pedagogia. Posteriormente, seis novos cursos surgiram ainda na década de 1940: Economia (1942), Biblioteconomia, Química (1945), Odontologia, Serviço Social e Escola de Enfermeiras (1949). No início da década seguinte são criados os cursos de Enfermagem (1950) e Direito (1951).

Em 15 de agosto de 1955 as Faculdades Campineiras tornam-se Universidade Católica de Campinas, com aprovação do Conselho Federal de Educação. Em 1956, por decreto da Santa Sé, a instituição é erigida canonicamente à UCC, sendo instalada em 1958,

quando o monsenhor Emílio José Salim toma posse como o primeiro Reitor. Nesse momento a UCC era constituída por 15 cursos.

QUADRO DE FACULDADES E CURSOS DA UCC

Faculdades	Cursos	
Filosofia, Ciências e Letras	Ciências Sociais e Políticas	Letras (Neolatinas, Clássicas e Anglo-Germânicas).
	Filosofia	Matemática
	Geografia e História	Pedagogia
	História	
Ciências Econômicas	Economia	
Serviço Social	Serviço Social	
Odontologia	Odontologia	
Direito	Direito	
	Química	
	Biblioteconomia	
Enfermagem	Enfermagem	

Nesse aspecto, a UCC antecipava-se ao movimento de interiorização das IES no Estado de São Paulo, fruto da preocupação da comunidade campineira que buscou prover ensino superior para os seus jovens na própria cidade. Além disso, a Universidade já começava a mostrar sua vocação na formação de professores para os outros níveis educacionais, com as licenciaturas. Desde o princípio, a UCC demonstrava o seu direcionamento ao responder aos interesses da sociedade local, o que iria marcar profundamente o seu projeto de Universidade Comunitária.

Na década de 1960, além da criação dos cursos de Psicologia, Música (1964) e Ciências Administrativas, em 1966, e Biologia, Jornalismo, Relações Públicas, Educação Física, Publicidade e Propaganda e Formação de Professor de Desenho, em 1969, inicia-se a organização de um conjunto de atividades relacionadas a bibliotecas, centros de estudo, museu e teatro, coincidindo com uma intensa vida cultural.

A partir da década de 1970, a Universidade experimenta um dos maiores crescimentos de sua história, que se inicia com a construção do Campus I em terras doadas pelo agrônomo Caio Pinto Guimarães, dono da Fazenda Santa Cândida, em Campinas.

Aos 08 de setembro de 1972, a UCC obtém, do Papa Paulo VI, o reconhecimento como Universidade Pontifícia, passando a denominar-se Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), vinculando-a às diretrizes, objetivos e legislação canônica da Igreja quanto ao ensino superior.

Em 1972, inicia-se a implantação dos cursos de pós-graduação **stricto sensu,** com o curso de Psicologia Clínica e, posteriormente, com os mestrados de Lingüística (1973), Filosofia (1976) e Biblioteconomia (1977).

QUADRO DE CRIAÇÃO DE CURSOS DA PUC-CAMPINAS NA DÉCADA DE 1970

Ano	Cursos
1970	Fonoaudiologia
1971	Educação Artística
	Artes Plásticas
	Desenho
	Engenharia Civil
	Formação de Professores para Educação Especial
	Ciências Contábeis
1972	Fisioterapia
	Enfermagem
	Análise de Sistemas
1973	Turismo
	Arquitetura e Urbanismo
1974	Terapia Ocupacional
1975	Medicina
	Nutrição
	Ciências Farmacêuticas
1977	Engenharia Sanitária
1978	Teologia
	Ciências Religiosas

Durante toda a década de 1970, são criados 17 novos cursos de graduação, totalizando 29 cursos. No final da década será inaugurado o Campus II, que passa a congregar grande parte dos cursos da área da biologia e da saúde, além do Hospital Universitário, o "Hospital e Maternidade Celso Pierro".

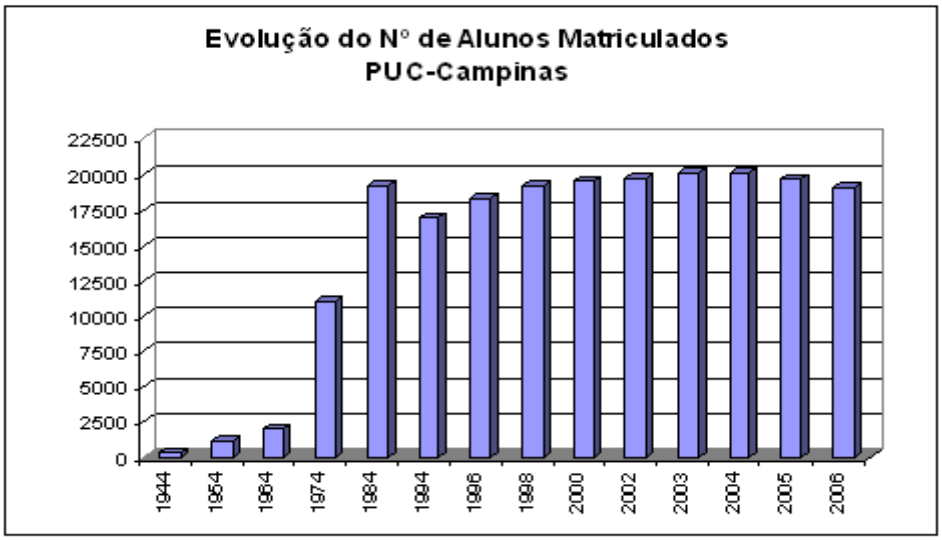
O grande crescimento dos cursos de graduação no período de 1960 a 1980 coincide com o mesmo movimento que ocorria na sociedade brasileira e especialmente no Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, a região de Campinas passa a se configurar como um importante espaço de crescimento e expansão da economia do Estado, a partir dos projetos de interiorização do crescimento econômico no eixo São Paulo - Campinas - Ribeirão Preto.

Nesse período, o número de alunos matriculados na Universidade experimenta um grande salto, crescendo mais de nove vezes em duas décadas, mantendo-se praticamente estável nas décadas seguintes.

PUC-Campinas - Evolução do número de alunos matriculados

ANOS SELECIONADOS	nº de ALUNOS
1944	405
1954	1.195
1964	2.035
1974	11.115
1984	19.214
1994	16.987
1996	18.358
1998	19.244
2000	19.514
2002	19.755
2003	20.133
2004	20.082
2005	19.683
2006	19.124

Fonte – Sistema Acadêmico.
Estatística de 23/02/07



Na década de 1980, inicia-se ainda o processo de elaboração do Projeto Pedagógico da Universidade e de seus Cursos de Graduação, numa conjuntura de crise econômica do país, inspirado na missão e nos propósitos da Igreja Católica para o ensino superior e nos desafios colocados, para esse setor, pela sociedade brasileira.

Esse movimento de reformulação do Projeto Pedagógico Institucional apontou para a necessidade de organizar-se a pesquisa, a extensão e a carreira docente como estratégias para qualificar a PUC-Campinas como Universidade e melhor cumprir seus propósitos e sua missão. Iniciava-se uma nova fase para a instituição que já percebia a necessidade de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão.

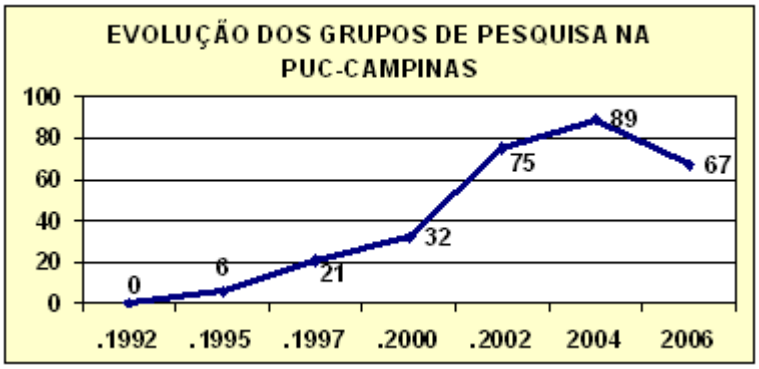
Nessa década, serão implantadas as Coordenadorias de Pós-graduação e de Estudos e Apoio à Pesquisa, os Núcleos de Extensão de Saúde e Educação, a Carreira Docente, a Assessoria de Planejamento da Reitoria, entre outros. Além de fomentar a pesquisa e a extensão, a Universidade passará a contar com docentes em regime de dedicação para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e capacitação de pós-graduação **stricto sensu**. Ainda nesse período seriam implantados os programas de bolsa de pós-graduação da CAPES e o programa institucional de bolsas de iniciação científica (1993).

A consolidação da pesquisa e da extensão ocorre durante a década de 1990. Entretanto, é a partir do início do ano de 2002, com a Pró-Reitoria instalada, que se buscou construir um trabalho de sistematização e de reorganização das atividades ligadas à pesquisa. Esse trabalho teve como objetivo acompanhar a formação de antigos e novos grupos de pesquisa e suas respectivas linhas de pesquisa, com vistas ao estabelecimento de diretrizes que apontem para uma integração entre as atividades-fim da Universidade: pesquisa, ensino e extensão.

Acredita-se que a criação dos grupos e linhas de pesquisa presentes no Diretório do CNPq – desde 2002 deve servir de estímulo a propostas interdisciplinares e interinstitucionais conforme demandas estabelecidas pela própria comunidade. Nessa perspectiva, a relação visceral entre as linhas de pesquisa e o projeto pedagógico das faculdades é um verdadeiro exercício para a construção de projetos que permitam maior integração da pesquisa com o ensino e conseqüentemente com a extensão.

A participação da PUC-Campinas no Diretório Nacional de Pesquisa teve início em 1992, e sua trajetória pode ser acompanhada a partir do gráfico a seguir:

Gráfico 01



FONTE: PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA CNPq

Atualmente, essa realidade pode ser atestada pelos 67 grupos de pesquisa já em funcionamento. A extensão, por sua vez, pelos cerca de 100 projetos de extensão em desenvolvimento. Além disso, a própria estrutura organizacional da Universidade sofreu uma intensa modificação, principalmente a partir de 2001, como reflexo do seu amadurecimento institucional e da expansão de suas atividades acadêmicas.

No entanto, o crescimento ocorreu apesar das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, determinadas pelas cíclicas crises econômicas a partir do final da década de 1970, que também afetaram a Universidade, porém motivando-a para a capacitação de suas áreas administrativas na implementação de seu projeto.

Em termos organizacionais, a partir do início da década de 1990, também será implementada a cultura do planejamento estratégico institucional e a conseqüente elaboração dos Planos de Gestão para os períodos de 1993-96, 1997-2001, 2002-2005 e 2006-2010, que imprimirão novas dinâmicas na Universidade, especialmente a qualificação do seu quadro gerencial, ainda em curso.

Analisando a sua trajetória, como Universidade, é possível afirmar que a PUC-Campinas construiu uma sólida reputação na graduação, principalmente voltada para a formação de profissionais que passam a atuar em nível loco-regional. Relativamente à pesquisa e extensão, sua tradição é mais recente e com características peculiares, voltadas principalmente à ação no campo social e das políticas públicas, confirmando sua vocação comunitária e voltada aos interesses regionais.

Nesses aspectos, a PUC-Campinas, além de ser reconhecida pela tradição e qualidade do ensino, apresenta uma intensa atuação social, em sintonia com seu caráter católico e confessional.

No conjunto, a trajetória histórica, as formas como as atividades de ensino, pesquisa e extensão foram desenvolvidas e qualificadas, os modelos administrativos que assumiu e os desafios colocados pelo desenvolvimento do setor de ensino superior no país configuram o quadro de referência para o presente Plano de Desenvolvimento Institucional. Deve esse ser considerado como um plano estratégico da Universidade, em continuidade aos planos e projetos em desenvolvimento.

QUADRO ATUAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – 2007

Cursos	Turno	Duração (Semestres)	Condição Legal		Regime de Matrícula
			Reconhecimento		
			Decreto ou Portaria	Data Publicação	
1 Administração	Matutino Noturno	8	69698	08/12/1971	Semestral
2 Análise de Sistemas	Matutino Noturno	8	574	11/11/1980	Semestral
3 Arquitetura e Urbanismo	Integral	10	82981	04/01/1979	Semestral
4 Ciências Biológicas	Matutino Noturno	8	83471	22/05/1979	Semestral
5 Ciências Contábeis	Noturno	8	77735	02/06/1976	Semestral
6 Ciências Econômicas	Matutino Noturno	8	22440	18/01/1947	Semestral
7 Ciências Farmacêuticas	Integral	8	102	17/03/1983	Semestral
8 Ciências Religiosas	Noturno	6	182º Reunião CONCEP	02/12/1993	Semestral
9 Ciências Sociais	Noturno	8	15583	23/05/1944	Semestral
10 Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo	Matutino Noturno	8	74959	26/11/1974	Semestral
11 Comunicação Social: Habilitação em Relações Públicas	Matutino Noturno	8	74959	26/11/1974	Semestral
12 Direito	Matutino Noturno	10	36683	05/01/1955	Semestral
13 Educação Física	Matutino Noturno	8	69022	09/08/1971	Semestral
14 Enfermagem	Integral Noturno	8 10	79088	05/01/1977	Semestral
15 Engenharia Civil	Matutino Noturno	10	79375	11/03/1977	Semestral
16 Engenharia de Computação	Integral	10	1382	23/12/1998	Semestral
17 Filosofia	Matutino Noturno	Licenc. 6 Bach. 8	15583	23/05/1944	Semestral
18 Fisioterapia	Integral	10	79237	11/07/1977	Semestral
19 Fonoaudiologia	Matutino	8	81501	31/03/1978	Semestral
20 História	Noturno	8	15583	23/05/1944	Semestral
21 Matemática	Noturno	6	357	27/05/1981	Semestral
22 Medicina	Integral	12	227	28/06/1982	Semestral
23 Nutrição	Integral	8	97	17/03/1983	Semestral
24 Odontologia	Integral	8	31844	06/12/1952	Semestral
25 Pedagogia	Vespertino Noturno	8	15583	23/05/1944	Semestral
26 Pedagogia: Formação de Professores para Educação Especial	Noturno	6	2024	01/11/1991	Semestral
27 Psicologia	Integral Integral: V/N	10	68739	15/06/1971	Semestral
28 Química Tecnológica	Noturno	8	579	24/03/1999	Semestral
29 Serviço Social	Noturno	8	40161	25/10/1956	Semestral

QUADRO ATUAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – 2007

Cursos	Turno	Duração (Semestres)	Condição Legal		Regime de Matrícula
			Reconhecimento		
			Decreto ou Portaria	Data Publicação	
30 Teologia	Matutino	8	155ª Reunião CONSUN	25/04/1981	Semestral
31 Terapia Ocupacional	Matutino	8	432	14/07/1981	Semestral
32 Turismo	Matutino Vespertino Noturno	8	335	25/05/1980	Semestral
33 Administração com Habilitação em Comércio Exterior	Matutino Noturno	8	3799	18/11/2004	Semestral
34 Administração com Habilitação em Logística e Serviços	Matutino Noturno	8	4275	23/12/2004	Semestral
35 Artes Visuais	Noturno	8	2265	05/08/2004	Semestral
36 Ciência da Informação com Habilitação em Biblioteconomia	Noturno	8	3799	18/11/2004	Semestral
37 Comunicação Social: Habilitação em Publicidade e Propaganda	Matutino Noturno	8	74959	26/11/1974	Semestral
38 Engenharia Ambiental	Noturno	10	3799	18/11/2004	Semestral
39 Engenharia Elétrica com Habilitação em Telecomunicações	Matutino Noturno	10	1696	11/06/2004	Semestral
40 Geografia	Noturno	8	15583	19/05/1944	Semestral
41 Letras: Português/Inglês	Matutino Noturno	8	15583	19/05/1944	Semestral

4.1 Caracterização Global da PUC-Campinas

4.1.1 A Missão Institucional

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução, é uma instituição educacional, de natureza confessional católica, fundada aos 07 de junho de 1941. Foi reconhecida como Universidade pelo Governo Federal, nos termos dos Decretos nº 38.327, de 19 de dezembro de 1955, e nº 48.689, de 04 de agosto de 1960 e erigida canonicamente como **Universidade Católica**, pela Santa Sé, aos 08 de setembro de 1956. Sua missão possui inspiração cristã, guiando-se ainda pela reflexão constante sobre o conhecimento humano à luz da fé católica, ao qual procura dar sua contribuição mediante as próprias investigações.

"A Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de valores ético-cristãos e considerando as características socioculturais da realidade, tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à capacitação profissional de excelência, à formação integral da pessoa humana e à contribuição para a construção de uma sociedade justa e solidária".

Para cumprir a sua missão institucional, a PUC-Campinas norteará a execução de suas atividades pelos seguintes valores e condições de desempenho:

Solidariedade

Vivenciar o processo de construção da pessoa como sujeito da ação educativa e social na comunidade acadêmica, a partir do compromisso, diálogo, respeito, cooperação com o outro, como expressão das atividades internas e externas do ser Universidade, na

perspectiva de uma educação solidária, que contribua para o processo de transformação da sociedade.

Respeito ao pluralismo e à diversidade

A postura crítica, de respeito às posições político-ideológicas e à liberdade de crença, e o espírito de diálogo, de maturidade e de debate estarão presentes em todas as ações desenvolvidas pela Universidade, que se pautará pelo reconhecimento da diferença como riqueza da comunidade acadêmica.

Responsabilidade com o meio ambiente

A PUC-Campinas, em todas as suas atividades, privilegiará o compromisso com a preservação do meio-ambiente e buscará desenvolver junto à comunidade universitária a consciência ecológica e o compromisso com a sustentabilidade.

Desenvolvimento com sustentabilidade econômico-financeira

O funcionamento, expansão e desenvolvimento da PUC-Campinas serão sustentados com os recursos que conseguir gerar com suas atividades ou com parcerias. Privilegia a condição de autofinanciamento e a geração de excedentes que possam ser distribuídos dentre as demais atividades da Universidade que não possuem condições de apresentar retorno financeiro, mas que são de grande relevância para o cumprimento de sua Missão.

Nesse sentido, manter a PUC-Campinas econômica e financeiramente saudável deve ser compromisso de cada integrante da comunidade universitária, sem prejuízo da busca da qualidade, da iniciativa e da ação empreendedora.

Pró-atividade

A PUC-Campinas adotará uma postura pró-ativa no conjunto das ações empreendidas pela Universidade, procurando antecipar-se aos acontecimentos e não apenas reagir às situações que se apresentem, assumindo efetivamente o comando do seu futuro.

Participação e co-responsabilidade

A gestão da PUC-Campinas buscará permanentemente a participação de sua comunidade, como forma de melhorar a qualidade do processo de gestão e das decisões, em todos os níveis, propiciando o engajamento, o comprometimento e a responsabilidade de todos na viabilização dos empreendimentos e em seus resultados.

Excelência

A Universidade buscará permanentemente implantar padrões de qualidade em todas as suas atividades, tanto na área acadêmica como na administrativa.

Compromisso social

A PUC-Campinas, fiel à sua identidade católica e comunitária, possui o compromisso de colaborar com a transformação da sociedade numa perspectiva justa e solidária, estimulando o desenvolvimento desse compromisso junto à comunidade universitária.

A partir de sua Missão e de seus Valores tem como finalidades estatutárias:

I. promover a formação integral de seus membros, respondendo às indagações e inquietações da pessoa humana e da sociedade;

II. promover e cultivar, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento, produzindo-as, sistematizando-as e difundindo-as, sempre comprometida com a ética e a solidariedade que priorizam a dignidade da vida;

III. promover o ensino, a pesquisa e a extensão, formando e aperfeiçoando professores, pesquisadores, profissionais e técnicos, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos a uma inserção construtiva e crítica no desenvolvimento da sociedade brasileira;

IV. promover a pesquisa e estimular a atividade criadora nas ciências, letras e artes, contribuindo, também, para a integração da cultura nacional;

V. dedicar-se ao estudo da realidade do mundo presente, em particular, da realidade brasileira e regional, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI. estabelecer uma relação de solidariedade e reciprocidade com a comunidade local, através de atividades de extensão nas várias áreas do conhecimento, mediante a realização de estudos, cursos e projetos;

VII. promover a integração do ensino com a pesquisa e a extensão, otimizando seus recursos, de modo que se evite a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

VIII. promover o intercâmbio e a cooperação com outras instituições educacionais, científicas, tecnológicas, culturais, esportivas e artísticas nacionais e estrangeiras;

IX. promover a divulgação do conhecimento, através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

X. incentivar e promover a formação continuada e criar condições e meios para a sua concretização;

XI. prover-se de meios e processos atualizados, que garantam a consecução de seus objetivos, dentro de padrões de excelência.

4.1.2 Caracterização da Administração Superior

Tendo em vista as características da figura jurídica da instituição, a Universidade caracteriza-se, em termos de sua Administração Superior, pela presença da mantenedora, a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, e de duas mantidas, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e o Hospital Universitário "Hospital e Maternidade Celso Pierro", cujas estruturas organizacionais estão descritas a seguir.

4.1.2.1 Estrutura Organizacional

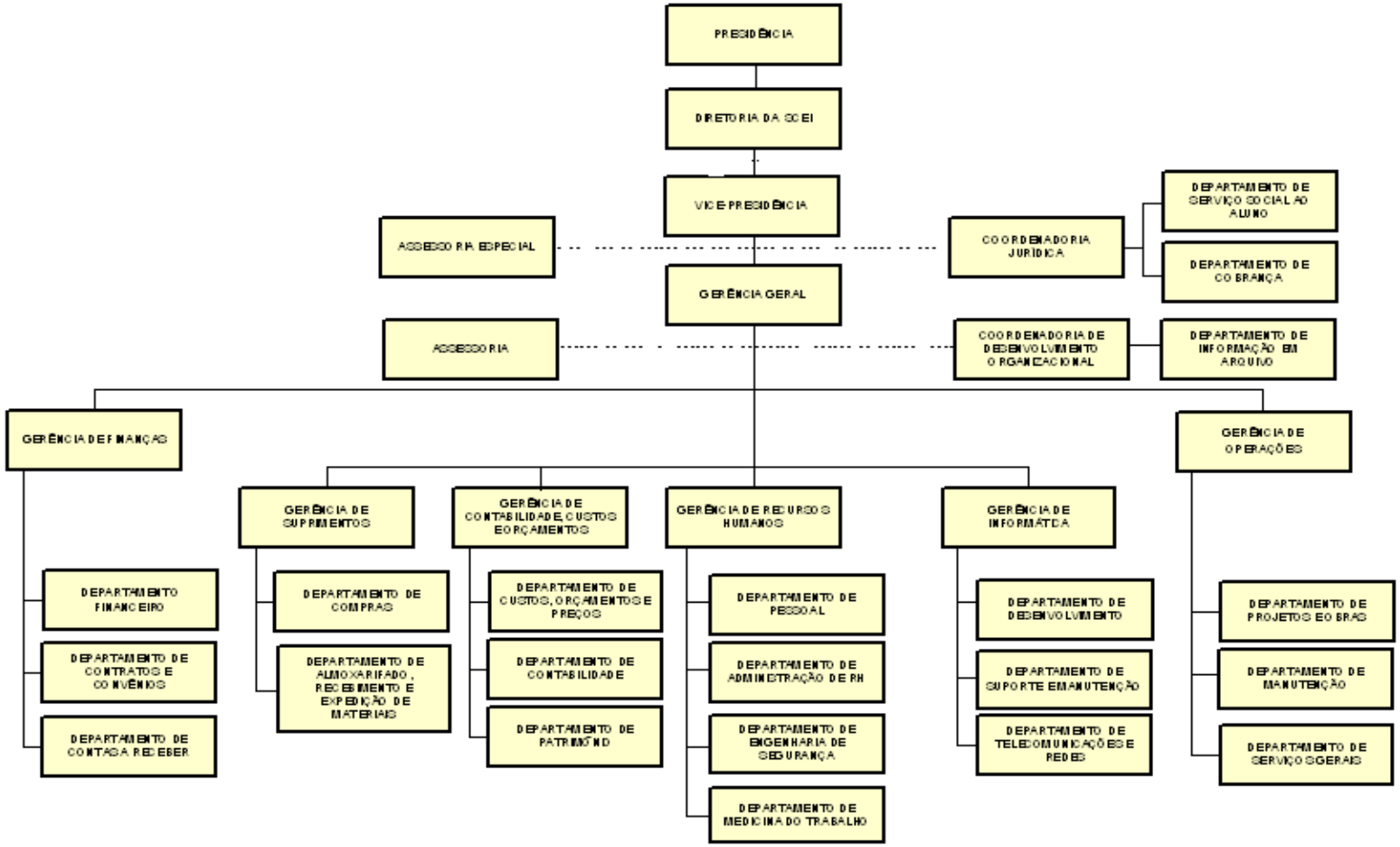
Estrutura Organizacional da Sociedade Campineira de Educação e Instrução

Diretoria

- Presidência
- Vice-Presidência
- Secretaria

SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - MANTENEDORA



- **Gerência Geral**

Gerência de Contabilidade, Custos e Orçamentos

Departamento de Contabilidade

Departamento de Custos, Orçamentos e Preços

Departamento de Patrimônio

Gerência de Finanças

Departamento de Contas a Receber

Departamento de Contratos e Convênios

Departamento Financeiro

Gerência de Informática

Departamento de Desenvolvimento

Departamento de Suporte e Manutenção

Departamento de Telecomunicações e Redes

Gerência de Operações

Departamento de Manutenção

Departamento de Projetos e Obras

Departamento de Serviços Gerais

Gerência de Recursos Humanos

Departamento de Administração de RH

Departamento de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Departamento de Pessoal

Gerência de Suprimentos

Departamento de Almoxarifado, Recebimento e Expedição

Departamento de Compras

Coordenadoria Jurídica

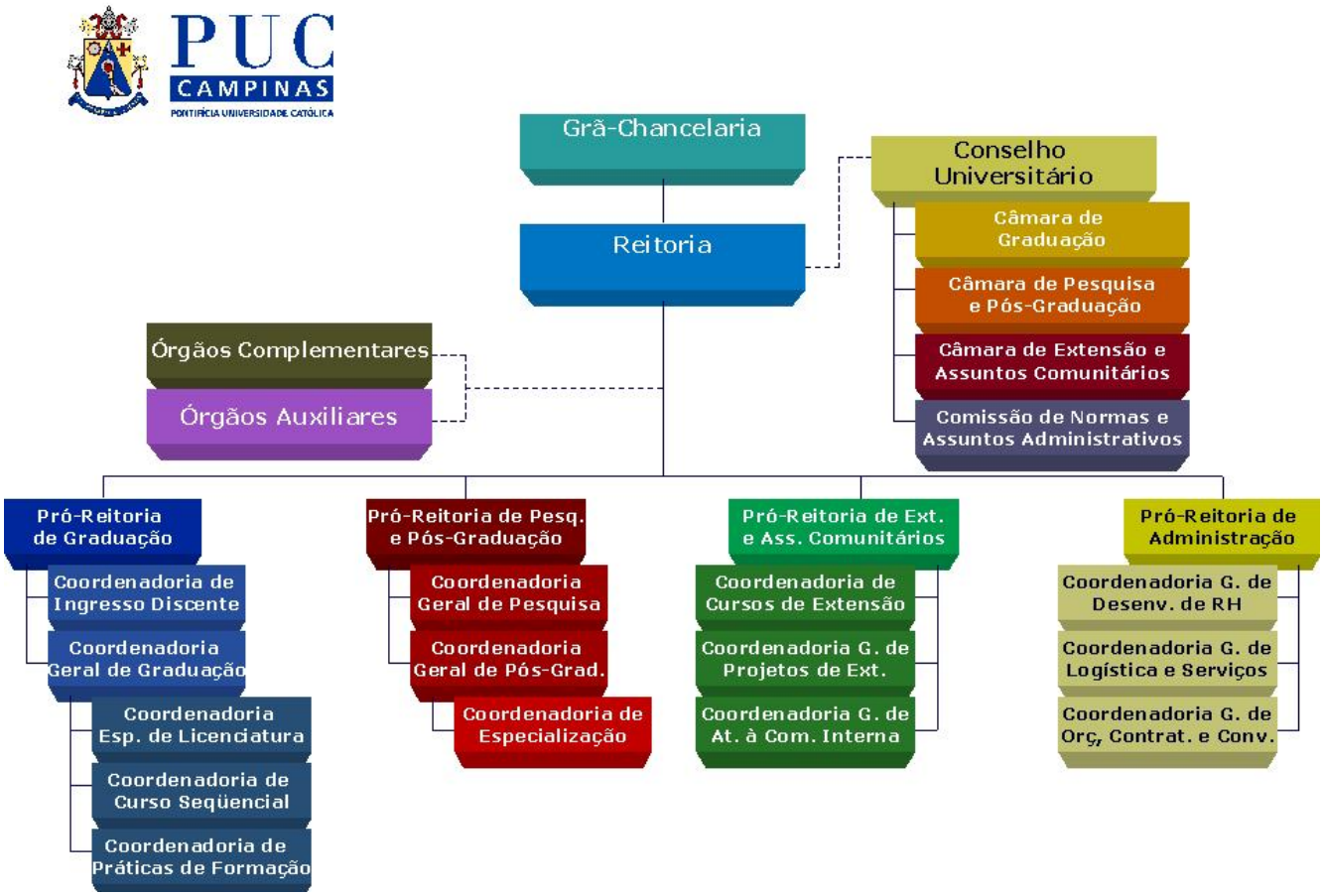
Departamento de Serviço Social ao Aluno

Departamento de Cobrança

Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional

Departamento de Informação em Arquivo

Estrutura Organizacional da PUC-Campinas



Grã-Chancelaria

Reitoria

Reitor e Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Administração

Coordenadoria Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Coordenadoria Geral de Logística e Serviços

Coordenadoria Geral de Orçamentos, Contratos e Convênios

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Coordenadoria Geral de Atenção à Comunidade

Coordenadoria Geral de Projetos

Coordenadoria de Cursos de Extensão

Pró-Reitoria de Graduação

Coordenadoria de Ingresso Discente

Coordenadoria Geral de Graduação

Coordenadoria de Curso Seqüencial

Coordenadoria Especial de Licenciaturas

Coordenadoria de Práticas de Formação

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenadoria Geral de Pesquisa

Coordenadoria Geral de Pós-Graduação

Coordenadoria de Especialização

Órgãos Auxiliares

Departamento da Pastoral Universitária

Departamento de Comunicação

Departamento de Desenvolvimento Educacional

Departamento de Planejamento e Organização

Departamento de Relações Externas

Gabinete da Reitoria

Secretaria-Geral

Órgãos Complementares

Centro de Cultura e Arte

Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente

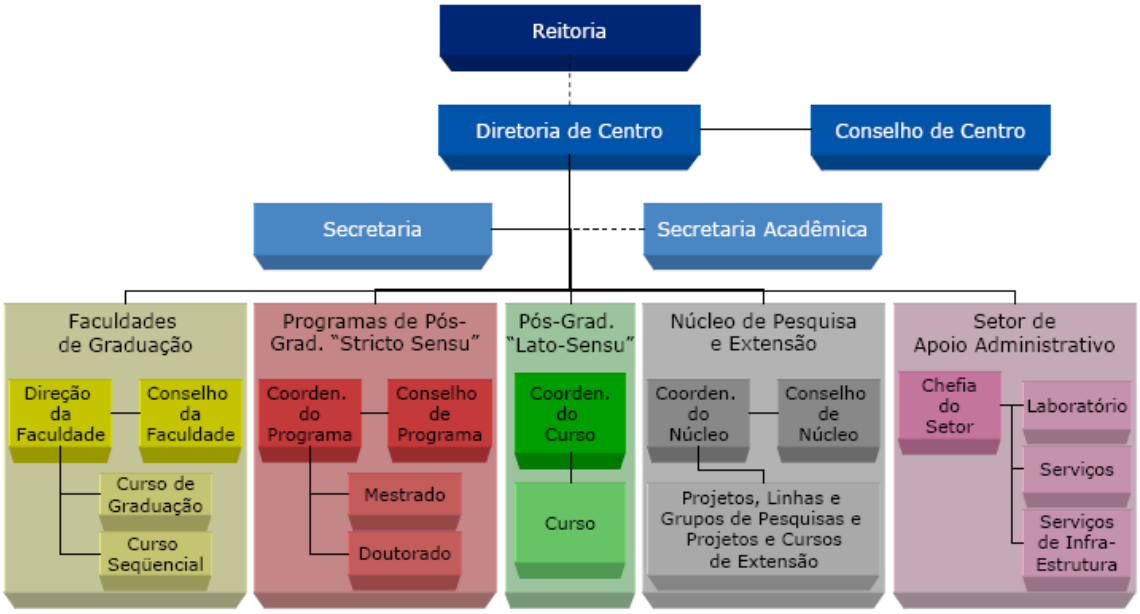
Colégio de Aplicação PIO XII

Museu Universitário

Núcleo de Atendimento Remoto

Sistema de Biblioteca e Informação

Centros



Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias

Faculdade de Análise de Sistemas

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Faculdade de Engenharia Ambiental

Faculdade de Engenharia Civil

Faculdade de Engenharia de Computação

Faculdade de Engenharia Elétrica

Faculdade de Geografia

Faculdade de Matemática

Faculdade de Química

Centro de Ciências Humanas

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas

Faculdade de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Faculdade de Filosofia

Faculdade de História

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Faculdade de Biblioteconomia

Faculdade de Educação

Faculdade de Educação Física

Faculdade de Serviço Social

Centro de Ciências da Vida

Faculdade de Ciências Biológicas

Faculdade de Ciências Farmacêuticas

Faculdade de Enfermagem

Faculdade de Fisioterapia

Faculdade de Fonoaudiologia

Faculdade de Medicina

Faculdade de Nutrição

Faculdade de Odontologia

Faculdade de Psicologia

Faculdade de Terapia Ocupacional

Centro de Economia e Administração

Faculdade de Administração

Faculdade de Ciências Contábeis

Faculdade de Ciências Econômicas

Centro de Linguagem e Comunicação

Faculdade de Artes Visuais

Faculdade de Jornalismo

Faculdade de Letras

Faculdade de Publicidade e Propaganda

Faculdade de Relações Públicas

Faculdade de Turismo

Estrutura Organizacional do Hospital e Maternidade Celso Pierro – HMCP

Diretoria da SCEI

Superintendência

Diretoria Clínica

Coordenadoria Clínica

Serviço de Clínica Médica

Serviço de Clínica Cirúrgica

Serviço de Clínica Pediátrica

Serviço de Clínica Ginecológica e Obstétrica

Serviço de Clínica Anestesiológica

Serviço de Clínica Neurológica

Serviço de Clínica Psiquiátrica

Serviço de Clínica Ortopédica

Diretoria Técnica

Coordenadoria Técnica

Serviço de Diagnóstico por Imagem

Serviço de Métodos Gráficos

Serviço de Laboratório de Análises Clínicas

Serviço de Laboratório de Anatomia Patológica

Serviço de Hemoterapia

Serviço de Endoscopia

Serviço de Psicologia

Serviço de Fonoaudiologia

Serviço de Terapia Ocupacional

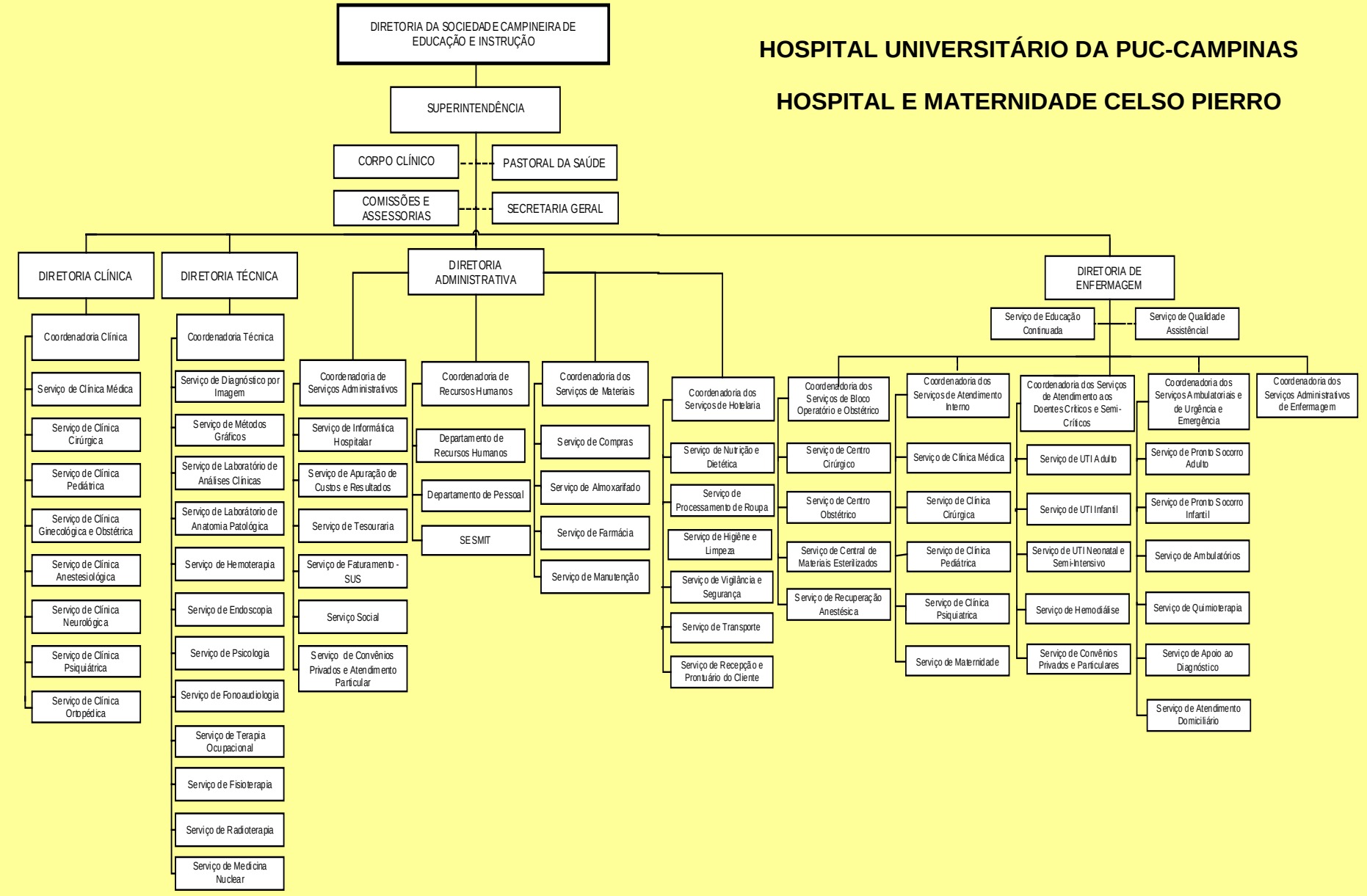
Serviço de Fisioterapia

Serviço de Radiologia

Serviço de Medicina Nuclear

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA PUC-CAMPINAS

HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO



Diretoria Administrativa

Coordenadoria de Serviços Administrativos

Serviço de Informática Hospitalar

Serviço de Apuração de Custos e Resultados

Serviço de Tesouraria

Serviço de Faturamento – SUS

Serviço Social

Serviço de Convênios Privados e Atendimento Particular

Coordenadoria de Recursos Humanos

Departamento de Pessoal

SESMIT - Serviço Especializado de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho (SESMIT)

Coordenadoria dos Serviços de Materiais

Serviço de Compras

Serviço de Almoxarifado

Serviço de Farmácia

Serviço de Manutenção

Coordenadoria dos Serviços de Hotelaria

Serviço de Nutrição e Dietética

Serviço de Processamento de Roupa

Serviço de Higiene e Limpeza

Serviço de Vigilância e Segurança

Serviço de Transporte

Serviço de Recepção e Prontuário do Cliente

Diretoria de Enfermagem

Serviço de Educação Continuada

Serviço de Qualidade Assistencial

Coordenadoria dos Serviços de Bloco Operatório e Obstétrico

Serviço de Centro Cirúrgico

Serviço de Centro Obstétrico

Serviço de Central de Materiais Esterilizados

Serviço de Recuperação Anestésica

Coordenadoria dos Serviços de Atendimento Interno

Serviço de Clínica Médica

Serviço de Clínica Cirúrgica

Serviço de Clínica Pediátrica

Serviço de Clínica Psiquiátrica

Serviço de Maternidade

Coordenadoria dos Serviços de Atendimento aos Doentes Críticos e Semicríticos

Serviço de UTI Adulto

Serviço de UTI Infantil

Serviço de UTI Neonatal e Semi-Intensivo

Serviço de Hemodiálise

Serviço de Convênios Privados e Particulares

Coordenadoria dos Serviços Ambulatoriais e de Urgência e Emergência

Serviço de Pronto-Socorro Adulto

Serviço de Pronto-Socorro Infantil

Serviço de Ambulatórios

Serviço de Quimioterapia

Serviço de Apoio ao Diagnóstico

4.1.3 Estrutura e atribuições dos órgãos Colegiados

PUC-CAMPINAS

Administração Superior

Conselho Universitário

Estrutura:

- Reitor;
- Vice-Reitor;
- Pró-Reitores;
- Diretores de Centros;
- Diretores Adjuntos de Centros;
- Coordenador da Pastoral Universitária;
- um Diretor de Faculdade ou Diretor Adjunto de cada Centro;
- um Coordenador da Pós-Graduação da Universidade;
- um Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Universidade;
- um professor representante do corpo docente;
- dois representantes da comunidade;
- um representante do corpo técnico-administrativo;
- um representante do corpo discente.

Atribuições:

I. deliberar sobre as políticas, diretrizes e estratégias de planos diretores da Universidade;

II. deliberar sobre as políticas, diretrizes e estratégias para o ensino, pesquisa, desenvolvimento educacional, extensão e assuntos comunitários;

III. deliberar sobre as diretrizes para a criação, expansão, reformulação, suspensão e extinção de cursos, bem como de programas e projetos de pesquisa e de extensão;

IV. aprovar a criação, expansão, reformulação e extinção de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação **Stricto Sensu**, bem como a ampliação e redução de vagas;

V. aprovar a criação, expansão, reformulação, suspensão e extinção de Cursos de Extensão, Seqüenciais e de Pós-Graduação **Lato Sensu**;

VI. submeter à homologação da SCEI a reforma do Estatuto da Universidade, aprovada por, no mínimo, dois terços da totalidade de seus membros;

VII. dentro dos recursos orçamentários, deliberar sobre políticas, diretrizes e estratégias de desenvolvimento do pessoal docente da Universidade, inclusive no que se refere ao ingresso, dispensa e planos de carreira docente;

VIII. deliberar sobre os planos anuais e plurianuais de atividades da Universidade;

IX. deliberar sobre propostas curriculares;

X. estabelecer diretrizes e normas para a seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos;

XI. aprovar o calendário acadêmico da Universidade;

XII. aprovar o orçamento geral da Universidade, após prévia apreciação da SCEI;

XIII. supervisionar, em nível superior, a execução das políticas e estratégias por ele aprovadas, bem como o desempenho e a eficácia da Universidade, estabelecendo medidas que assegurem a correção dos desvios e qualidade das atividades;

XIV. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões das Câmaras e julgar os recursos a ele interpostos;

XV. elaborar o seu regimento, nele definindo, inclusive, o nível de autonomia de suas Câmaras e Comissão;

XVI. aprovar o Regimento Geral da Universidade, bem como os regimentos dos demais órgãos da Universidade;

XVII. deliberar, na esfera de sua competência, sobre questões em que forem omissos o Estatuto e os demais instrumentos normativos da Universidade;

XVIII. deliberar sobre diretrizes e estratégias de Recursos Humanos Técnico-Administrativos da Universidade;

XIX. analisar propostas da Reitoria sobre criação, fusão e extinção ou desdobramento das Pró-Reitorias.

Centros

Conselho de Centro

Estrutura:

- Diretor do Centro;
- Diretor Adjunto do Centro;
- Diretores das Faculdades do Centro;
- Diretor(es) Adjunto(s) da(s) Faculdade(s) do Centro;
- Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação **stricto sensu**;
- Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão;
- um Coordenador de Curso de Pós-Graduação **lato sensu;**
- um representante da SCEI;

- um representante do corpo docente do conjunto das Faculdades do Centro;
- um representante do corpo docente dos Cursos de Pós-Graduação **stricto sensu**
- um representante do corpo técnico-administrativo;
- um representante do corpo discente.

Atribuições:

I. zelar pela aplicação, no Centro, das políticas, estratégias, diretrizes e normas adotadas pela Universidade;

II. analisar, aprovar e encaminhar propostas às Pró-Reitorias correspondentes, dentro de sua abrangência de competência, relativas:

a) a políticas, diretrizes e estratégias referentes à expansão e desenvolvimento do Centro;

b) a diretrizes, estratégias e prioridades para o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a metas anuais, programas de trabalhos, orçamentos e projetos de investimento;

c) a normas e procedimentos relativos à administração e execução de ensino, pesquisa e extensão, bem como à alocação, utilização e desenvolvimento dos recursos e insumos requeridos;

d) a projetos pedagógicos dos cursos, projetos de pesquisa e extensão e de criação, reformulação e extinção de cursos;

e) a programas de qualificação e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico-administrativo;

III. supervisionar, em nível geral, o desempenho, a gestão e a execução das atividades do Centro;

IV. apreciar e aprovar o relatório anual de atividades da Diretoria do Centro;

V. julgar recursos e demandas docentes, discentes e técnico-administrativas, observando os dispositivos dos instrumentos normativos da Universidade;

Conselho de Faculdade

Estrutura:

- Diretor da Faculdade;
- Diretor(es) Adjunto(s), onde houver;
- Coordenador de Serviços, onde houver;
- três representantes de docentes das disciplinas das áreas de conhecimento que pertencem ao campo de saber dominante do Curso;
- um representante de docentes das disciplinas das áreas de conhecimento que não pertencem ao campo de saber dominante do curso;
- um representante do corpo discente.

Atribuições:

I. aprovar e encaminhar à Diretoria de Centro:

a) o projeto pedagógico do curso, estabelecendo suas finalidades, características didático-pedagógicas básicas e as áreas de conhecimento integrantes;

b) as diretrizes gerais para a execução didática e administração acadêmica do curso;

c) o currículo pleno, o plano de ensino, as ementas, os pré-requisitos das disciplinas, proposta de número de vagas e programação horária do curso, bem como o seu orçamento;

II. analisar, aprovar e encaminhar ao Diretor de Faculdade o plano anual de atividades do curso;

III. propor a avaliação e aprimoramento contínuos do projeto pedagógico do curso e dos Cursos Seqüenciais;

IV. incentivar, analisar e aprovar, no que couber, propostas de atividades extracurriculares e de atividades para qualificação e aperfeiçoamento docente e funcional;

V. proporcionar o intercâmbio didático-pedagógico com entidades científicas, tecnológicas e educacionais;

VI. fixar diretrizes, normas e procedimentos para o planejamento e execução das atividades teóricas e práticas do processo de ensino-aprendizagem do curso;

VII. racionalizar e otimizar a oferta de horários, turnos, vagas, disciplinas e atividades curriculares;

VIII. realizar a avaliação periódica do curso e de suas disciplinas, em termos didáticos, pedagógicos, científicos, tecnológicos, administrativos e de atendimento ao aluno e às necessidades da comunidade;

IX. realizar a avaliação do desempenho didático-pedagógico e da assiduidade dos docentes do curso;

X. analisar e aprovar, no que couber, solicitações de ingresso, promoção ou afastamento de docentes, encaminhando-as ao Diretor de Faculdade;

XI. julgar recursos a ele interpostos, no que couber.

Conselho de Programa de Pós-graduação stricto sensu

Estrutura:

- Coordenador do Programa de Pós-Graduação **stricto sensu;**
- dois representantes dos docentes por curso, do programa;
- um representante do corpo discente por curso.

Atribuições:

I. coordenar a formulação dos itens que seguem, aprovando-os e encaminhando-os ao Diretor de Centro:

a) o(s) projeto(s) pedagógico(s) do(s) curso(s), estabelecendo suas finalidades, características didático-pedagógicas básicas e as áreas de conhecimento integrantes;

b) as diretrizes para a execução didática e administração acadêmica do(s) curso(s);

c) o currículo pleno, orçamento, número de créditos e vagas, bem como o plano de ensino, as ementas, os créditos e os pré-requisitos das disciplinas constituintes;

II. realizar a avaliação periódica do(s) curso(s) e de suas disciplinas, em termos didáticos, pedagógicos, científicos, tecnológicos, administrativos, econômico-financeiros e de atendimento ao aluno e às necessidades da comunidade;

III. proceder a revisões e aprimoramentos nos objetivos do(s) curso(s), seus pressupostos pedagógicos, estrutura curricular e regime de funcionamento;

IV. proceder a revisões e aprimoramento dos objetivos, funções e integração das disciplinas do(s) curso(s), bem como de suas ementas e conteúdos básicos, pré-requisitos e cargas horárias;

V. realizar a avaliação de desempenho dos docentes do(s) curso(s);

VI. analisar, aprovar e encaminhar ao Diretor de Centro o plano anual de atividades do Programa que administra;

VII. incentivar, analisar e aprovar, no que couber, propostas de atividades extracurriculares e de atividades para qualificação e aperfeiçoamento docente;

VIII. articular-se com os demais Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação, Diretores de Faculdades e gestores de pesquisa e extensão para a promoção de atividades e para a implantação de mecanismos de integração entre ensino, pesquisa e extensão;

IX. cooperar na divulgação, junto ao Corpo Docente e Discente do curso, das atividades de pesquisa e extensão;

X. supervisionar e controlar a aplicação, por parte do Corpo Docente, das normas e procedimentos de lançamento e registro de freqüência e rendimento escolar dos alunos;

XI. propor o intercâmbio didático-pedagógico com entidades científicas, tecnológicas e educacionais;

XII. julgar recursos a ele interpostos, no que couber.

Conselho de Núcleo de Pesquisa e Extensão

Estrutura:

- Coordenador;
- dois professores representantes do conjunto de projetos de pesquisa institucionalizados;
- dois professores do conjunto de projetos de extensão institucionalizados;
- um representante do corpo discente dentre os alunos que desenvolvem atividades de Iniciação Científica junto ao Núcleo

Atribuições:

I. planejar, acompanhar e avaliar as atividades de pesquisa e de extensão dos respectivos Centros;

II. propor e aprovar o plano de atividades anual e plurianual do Núcleo, encaminhando-o ao Diretor de Centro;

III. propor e desenvolver eventos e atividades que objetivam a divulgação científica e tecnológica da produção do Centro, bem como a qualificação de docentes e pesquisadores e a consolidação de linhas e programas de pesquisa e extensão;

IV. IV - aprovar, em primeira instância, as propostas de projetos e atividades de pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas por docentes do Centro, especialmente daqueles em regime de dedicação à pesquisa e à extensão, sob a coordenação do Núcleo;

V. V - avaliar a viabilidade técnica, científica e financeira das propostas apresentadas, sugerindo modificações e reestruturações para sua adequada viabilização;

VI. encaminhar à Diretoria e ao Conselho de Centro os projetos aprovados para apreciação e aprovação em segunda instância e demais procedimentos decorrentes;

VII. avaliar os projetos e as atividades de pesquisa e extensão aprovados e desenvolvidos, visando o alcance dos objetivos originais propostos, bem como sua qualificação técnico-científica;

VIII. promover a articulação do curso com entidades científicas, tecnológicas e de ensino para intercâmbio, troca de experiências e inovações tecnológicas;

IX. julgar recursos a ele interpostos, no que couber.

4.1.4 Perfil dos Administradores

a. Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI)

NOME: **Dom Gilberto Pereira Lopes**	
CARGO ATUAL: Presidente da SCEI	
FORMAÇÃO: Teologia/Filosofia	TITULAÇÃO: Mestre (Licença)
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: 14 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA:	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
– Presidente da SCEI desde 1982	

NOME: **José Daniel Almeida Camargo**	
CARGO ATUAL: Gerente Geral da SCEI	
FORMAÇÃO: Ciências Contábeis	TITULAÇÃO: Graduado
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: 5 a 10 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: -
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: -	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO: -	

NOME: **José Inácio Toledo**	
CARGO ATUAL: Vice-Presidente da SCEI	
FORMAÇÃO: Direito	TITULAÇÃO: Graduado

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: -
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA:	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO: -	

NOME: **Cônego Álvaro Augusto Ambiel**	
CARGO ATUAL: Secretário da Diretoria da SCEI	
FORMAÇÃO: Filosofia/Teologia	TITULAÇÃO: Graduado
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: - > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA:	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO: -	

b. PUC-Campinas

Grã-Chancelaria

NOME: **Dom Bruno Gamberini**
CARGO ATUAL: Grão-Chanceler da PUC-Campinas

Reitoria

NOME: **Pe. Wilson Denadai**	
CARGO ATUAL: **Reitor**	
FORMAÇÃO: Teologia / Psicologia / Filosofia	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 17 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Reitor : 2006 – atual	
Vice-Reitor: 2002 – 2006	
Vice-Diretor: 1993 – 1996	
Coordenador de Departamento: 1989 – 1992	

NOME: **Angela de Mendonça Engelbrecht**	
CARGO ATUAL: **Vice-Reitora**	
FORMAÇÃO: Ciência da Computação	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 21 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Vice-Reitora: 2006 – atual	
Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento de RH: 2002 - 2006	

Coordenadora Vestibular: 1998 – 2000
Diretora de Faculdade: 1995 – 1998
Vice-Diretora de Faculdade: 1988 – 1994
Coordenadora de Curso: 1989
Coordenadora de Departamento: 1985 - 1988

NOME: Germano Rigacci Júnior	
CARGO ATUAL: **Pró-Reitor de Graduação**	
FORMAÇÃO: Filosofia	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 15 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Pró-Reitor de Graduação: 2006 – atual	
Coordenador de Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupex): 2002 – 2005	
Coordenador de Departamento: 1991 - 1998	

NOME: **Marco Antonio Cárnio**	
CARGO ATUAL: **Pró-Reitor de Administração**	
FORMAÇÃO: Engenharia Civil	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 8 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Pró-Reitor de Administração: 2006 – atual	
Pró-Reitor de Graduação: 2004 – 2006	
Diretor do CEATEC: 2002 – 2004	
Diretor de Faculdade: 1999 - 2002	

NOME: **Paulo de Tarso Barbosa Duarte**	
CARGO ATUAL: **Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários**	
FORMAÇÃO: Direito	TITULAÇÃO: Graduado
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 26 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Pró-Reitor de Extensão: 2006 – atual	
Vice-Reitor Acadêmico: 1985 – 1988	
Vice-Reitor Administrativo: 1980	

NOME: **Vera Engler Cury**	
CARGO ATUAL: **Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**	
FORMAÇÃO: Psicologia	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 11 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: 2006 – atual	

Coordenadora de Programa de Pós Graduação stricto sensu: 2000 – 2005
Coordenadora do Departamento de Psicologia Clínica: 1995 - 1997

Direções de Centros

NOME: **Orandi Mina Falsarella**	
CARGO ATUAL: Diretor do **Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Ambientais**	
FORMAÇÃO: Análise de Sistemas	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor do Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Ambientais: 2004 – atual	
Coordenador de Programa de Pós-Graduação: 2003 – atual	
Coordenador do Núcleo de Atendimento Remoto (NAR): 2002 – 2004	
Diretor Adjunto: 2002 -2004	
Diretor Instituto Informática: 1999 – 2002	

NOME: **Ricardo Panain**	
CARGO ATUAL: Diretor Adjunto do **Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Ambientais**	
FORMAÇÃO: Engenharia Elétrica	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >15anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 7 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor Adjunto do Centro: 2006 – atual	
Diretor de Faculdade: 2002 – 2004	
Coordenador de Curso: 2000 - 2002	

NOME: **Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves**	
CARGO ATUAL: Diretor do **Centro de Ciências Humanas**	
FORMAÇÃO: Filosofia / Teologia	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: -	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >10 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 7 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Centro: 2006 – atual	
Diretor de Centro: 2002 - 2005	
Diretor: 1999 – 2001	

NOME: **André Nicolau Heinemann Filho**	
CARGO ATUAL: Diretor Adjunto do **Centro de Ciências Humanas**	
FORMAÇÃO: Direito	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >5anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	

CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor Adjunto do Centro de Ciências Humanas: 2006 – atual	
Diretor Adjunto de Faculdade: 2002 - 2006	

NOME: **Vera Lúcia de Campos Machado**	
CARGO ATUAL: Diretora do **Centro de Ciências Sociais Aplicadas**	
FORMAÇÃO: Pedagogia	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 12 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas: 2006 – atual	
Coordenadora de Curso: 1999 – 2000	
Vice-Diretora de Faculdade: 1995 - 1998	

NOME: **Marisa Marques Zanatta**	
CARGO ATUAL: Diretora-Adjunta do **Centro de Ciências Sociais Aplicadas**	
FORMAÇÃO: Biblioteconomia	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 17 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2002 -atual	
Coordenadora de Curso: 1990	

NOME: **Miralva Ap. de Jesus Silva**	
CARGO ATUAL: Diretora do **Centro de Ciências da Vida**	
FORMAÇÃO: Odontologia	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >30 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 17 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora do Centro de Ciências da Vida: 2006 – atual	
Diretora Adjunta do Centro de Ciências da Vida: 2002 – 2006	
Coordenadora de Departamento: 1999 – 2000	
Coordenadora de Departamento: 1990 - 1994	

NOME: **José Gonzaga Teixeira de Camargo**	
CARGO ATUAL: Diretor Adjunto do **Centro de Ciências da Vida**	
FORMAÇÃO: Medicina	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >10 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA:	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO: > 1 ano	
Diretor Adjunto: 2006 - atual	

NOME: **Antonio Carlos de Azevedo Lobão**	
CARGO ATUAL: Diretor do **Centro de Economia e Administração**	
FORMAÇÃO: Economia	TITULAÇÃO: Mestre

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR:
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 3 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor do Centro de Economia e Administração: 2006 – atual	
Orientador Pedagógico: 2004 – 2006	

NOME: **Eduard Prancic**	
CARGO ATUAL: Diretor Adjunto do **Centro de Economia e Administração**	
FORMAÇÃO: Administração	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >5anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 1 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor Adjunto do Centro de Economia e Administração: 2006 –atual	
Coordenador de Pós-Graduação lato sensu: 2006	

NOME: **Wagner José Geribello**	
CARGO ATUAL: Diretor do **Centro de Linguagem e Comunicação**	
FORMAÇÃO: Sociologia / Jornalismo	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >10anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor do Centro de Linguagem e Comunicação: 2006 - atual	

NOME: **Karina Toledo Solha**	
CARGO ATUAL: Diretora-Adjunta do **Centro de Linguagem e Comunicação**	
FORMAÇÃO: Turismo	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >5anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 2 anos	
Diretora-Adjunta do Centro de Linguagem e Comunicação: 2006 – atual	
Coordenadora de Curso de Especialização: 2005 - 2006	

Direções de Faculdades (por ordem alfabética de curso)

NOME: **Paulo Antonio da Graça Lima Zuccolotto**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Administração**	
FORMAÇÃO: Administração	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 25 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 21 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2002 - atual	
Coordenador de Especialização: 2004 - 2006	
Coordenador de Departamento – 1999 a 2000	
Coordenador de Curso – 2000 a 2001	

NOME: **José Antônio Bernal Fernandez Olmos**	
CARGO ATUAL: Diretor Adjunto da Faculdade de **Administração (COMEX)**	
FORMAÇÃO: Ciências Econômicas	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 25 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: 12anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Diretor de Faculdade: 2002 - 2005	

NOME: **Marcius Fabius Henrique de Carvalho**	
CARGO ATUAL: Diretor Adjunto da Faculdade de **Administração (LOGÍSTICA)**	
FORMAÇÃO: Engenharia Elétrica	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >29anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor Adjunto de faculdade: 2006 - atual	

NOME: **José Estevão Picarelli**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Análise de Sistemas**	
FORMAÇÃO: Ciência da Computação	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Diretor de Faculdade: 2002 – 2006	
Coordenador de Curso: 2000 - 2001	

NOME: **Ricardo de Souza Campos Badaró**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Arquitetura e Urbanismo**	
FORMAÇÃO: Arquitetura	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >30anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 20 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenador Pós-Graduação lato sensu: 2005 –atual	
Coordenador de Departamento: 1985 – 1987	
Vice-Diretor de Faculdade: 1984 – 1985	
Vice-Diretor de Faculdade: 1979 – 1981	

NOME: **Flávio Shimoda**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Artes Visuais**	
FORMAÇÃO: Ciências Sociais	TITULAÇÃO: Graduado
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >5anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 1 ano	

CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 - atual	

NOME: **Vera Sílvia Marão Beraquet**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Biblioteconomia**	
FORMAÇÃO: Biblioteconomia	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 20 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: 2002 – 2006	
Vice-Reitora Acadêmica: 1989 -2003	
Coordenadora de Pós-Graduação: 1981 - 1989	

NOME: **Mariângela Cagnoni Ribeiro**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Ciências Biológicas**	
FORMAÇÃO: Biologia	TITULAÇÃO: Especialista
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >30 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenadora de Curso: 1999 - 2000	

NOME: **Marcos Francisco Rodrigues Sousa**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Ciências Contábeis**	
FORMAÇÃO: Ciências Contábeis	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 10 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	

NOME: **Lineu Carlos Maffezoli**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Ciências Econômicas**	
FORMAÇÃO: Economia	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >30anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 - atual	

NOME: **Gustavo Henrique da Silva**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Ciências Farmacêuticas**	
FORMAÇÃO: Ciências Farmacêuticas	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: -	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: -
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	

Diretor da Faculdade de Farmácia: 2006 – atual

NOME: **Pedro Rocha Lemos**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Ciências Sociais**	
FORMAÇÃO: Ciências Sociais	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenador de Programa de Extensão: 2005 – 2006	
Coordenador do Programa de Políticas Públicas: 2002 – 2005	
Coordenador de Departamento: 1996 – 1998	
Coordenador de Curso: 1991 - 1992	

NOME: **Luis Arlindo Feriani**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Direito**	
FORMAÇÃO: Direito	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >30anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 20 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Diretor de Faculdade: 1999 – 2001	
Coordenador de Departamento: 1997 – 1998	
Coordenador de Departamento: 1992 – 1996	
Coordenador de Departamento: 1984 – 1985	

NOME: **Luzia Siqueira Vasconcelos**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Educação**	
FORMAÇÃO: Pedagogia	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Vice-Diretora: 1991 – 1994	

NOME: **Vagner Roberto Bergamo**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Educação Física**	
FORMAÇÃO: Educação Física	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >10 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenador de Curso: 2000 – 2002	
Coordenador Esportivo do CIAD: 1996 – atual	

NOME: **Maria Aparecida Gamper**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Enfermagem**	
FORMAÇÃO: Enfermagem	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 7 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO: -	
Diretora da Faculdade de Enfermagem: 2006 – atual	
Diretora de Faculdade: 1998 – 2001	
Coordenadora de Especialização: 2000 – atual	

NOME: **Sueli do Carmo Bettine**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Engenharia Ambiental**	
FORMAÇÃO: Engenharia Civil	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Diretora de Curso: 2002 – 2006	
Coordenadora de Curso: 1999 – 2001	
Chefe de Departamento: 1995 - 1999	

NOME: **João Carlos Rocha Braz**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Engenharia Civil**	
FORMAÇÃO: Engenharia Civil	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >25anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: 19 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Conselheiro de Faculdade: 2000 – 2006	

NOME: Ricardo Luís de Freitas	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Engenharia de Computação**	
FORMAÇÃO: Ciência da Computação	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >15anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >5anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 2 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2004 – atual	

NOME: **Norma Reggiani**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Engenharia Elétrica**	
FORMAÇÃO: Física	TITULAÇÃO: Pós-Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 10 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 10 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 2 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	

Diretora de Faculdade: 2006 – atual
Coordenadora Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação (Nupex): 2004 – 2006

NOME: **Pe. José Antonio Trasferetti**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Filosofia** e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia	
FORMAÇÃO: Filosofia / Teologia	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: 2 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenador de Curso de Pós-Graduação stricto sensu: 2004 – atual	
Membro do Comitê de Ética em Pesquisa: 1993 – 1995	

NOME: **Rosângela Maria Franco Guerra da Costa**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Fisioterapia**	
FORMAÇÃO: Fisioterapia	TITULAÇÃO: Especialista
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 15 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenadora de Curso: 1992 - 1995	

NOME: **Mariene Terume Umeoka Hidaka**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Fonoaudiologia**	
FORMAÇÃO: Fonoaudiologia	TITULAÇÃO: Especialista
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: 5 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: 5 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	

NOME: Damaris Puga de Moraes	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Geografia**	
FORMAÇÃO: Geografia	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >25 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 20 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2002 – atual	
Coordenadora de Departamento: 1996 – 1997	
Coordenadora de Departamento: 1986 - 1987	

NOME: **João Miguel Teixeira de Godoy**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **História**	
FORMAÇÃO: História	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >10anos

EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 2 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenador de Programa de Extensão: 2004	

NOME: **Denise Tavares da Silva**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Jornalismo**	
FORMAÇÃO: Jornalismo	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >10anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 2 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 - atual	
Assessora Programa: 2004 -atual	

NOME: **Carlos de Aquino Pereira**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Letras**	
FORMAÇÃO: Letras	TITULAÇÃO:
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: > 15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: > 15 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 29 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Vice-Diretor – 1972 a 1979/ 1995 a 1996	
Diretor – 1980 a 1994	
Vice-Reitor – 1979 a 1780/ 1997 a 2001	
Diretor de Faculdade: 2006 - atual	

NOME: **Eliana das Neves Areas**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Matemática**	
FORMAÇÃO: Matemática	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >25anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2004 – atual	
Coordenadora de Departamento: 1996 – 1999	
Coordenador de Curso: 2001	

NOME: José Espin Neto	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Medicina**	
FORMAÇÃO: Medicina	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >28 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor da Faculdade de Medicina: 2006 – atual	
Coordenador da UTI Pediátrica: 1991 - 1995	

NOME: **Angela de Campos Trentin**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Nutrição**	
FORMAÇÃO: Nutrição	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >33 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >18anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 12 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora: 2006 – atual	
Coordenadora de Departamento: 1995 – 1999	
Coordenadora de Departamento: 1999 – 2000	

NOME: **José Inácio Toledo Júnior**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Odontologia**	
FORMAÇÃO: Odontologia	TITULAÇÃO: Graduado
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >15 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: 7 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 - atual	

NOME: **Helena Bazanelli Prebianchi**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Psicologia**	
FORMAÇÃO: Psicologia	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenadora de Curso: 2001 - 2002	

NOME: **Flailda Brito Garboggini**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Publicidade e Propaganda**	
FORMAÇÃO: Publicidade e Propaganda	TITULAÇÃO: Pós-Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 20 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Chefe de Departamento: 1987 – 2000	

NOME: **Dalmo Mandelli**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Química**	
FORMAÇÃO: Química	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >5anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 2 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2004 - atual	

NOME: **Cláudia Maria de Cillo Carvalho**

CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Relações Públicas**	
FORMAÇÃO: Relações Públicas	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >25anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >25anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO: -	
Diretora de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenadora de Departamento	
Coordenadora de Curso	

NOME: **Vânia Maria Caio**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Serviço Social**	
FORMAÇÃO: Serviço Social	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >30anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 2 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 - atual	

NOME: **Pe. Elisiário César Cabral**	
CARGO ATUAL: Diretor da Faculdade de **Teologia e Ciências Religiosas**	
FORMAÇÃO: Filosofia / Teologia	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >10 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >10anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 7 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO: -	
Diretor de Faculdade: 2002 – atual	
Coordenador de Curso: 2000 – 2001	

NOME: **José Luis Araújo**	
CARGO ATUAL: Diretor Adjunto da Faculdade de **Teologia e Ciências Religiosas**	
FORMAÇÃO: Filosofia / Teologia	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: 5 anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: 2 anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 1 ano	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	

NOME: **Liana Maura Naked Tannus**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Terapia Ocupacional**	
FORMAÇÃO: Terapia Ocupacional	TITULAÇÃO: Especialista
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 15 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2007	
Coordenadora de Serviços: 2004 – 2007	
Coordenadora de Serviços: 1999 – 2001	
Coordenadora Programa Aprimoramento Profissional: 2004 – 2007	
Coordenadora Programa Aprimoramento Profissional: 1999 – 2001	
Coordenadora de Departamento: 1990	

NOME: **Laura Umbelina Santi**	
CARGO ATUAL: Diretora da Faculdade de **Turismo**	
FORMAÇÃO: Turismo	TITULAÇÃO: Mestre
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >15anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretora de Faculdade: 2006 - atual	
Diretora de Centro: 2002 – 2005	
Diretora-Adjunta de Centro: 1999 – 2001	
Coordenadora de Curso: 1997 – 1998	

Coordenadores de Programas de Pós-Graduação stricto sensu

NOME: **Kátia Regina Caiado**	
CARGO ATUAL: Coordenadora do **Programa de Pós-Graduação em Educação**	
FORMAÇÃO: Educação / Pedagogia	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >15anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 5 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Coordenadora de Programa de Pós-Graduação stricto sensu: 2006 – atual	
Diretora Associada: 2002 – 2006	
Coordenadora de Curso de Pós-Graduação lato sensu: 2002 – 2003	
Coordenadora de Curso: 1999 - 2001	

NOME: **Pe. José Antonio Trasferetti**	
CARGO ATUAL: Coordenador do **Programa de Pós-Graduação em Filosofia**	
FORMAÇÃO: Filosofia / Teologia	TITULAÇÃO: Doutor
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >20anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 10 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Diretor de Faculdade: 2006 – atual	
Coordenador de Curso de Pós-Graduação stricto sensu: 2004 – atual	
Membro do Comitê de Ética em Pesquisa: 1993 – 1995	

NOME: **Raquel Souza Lobo Guzzo**	
CARGO ATUAL: Coordenadora do **Programa de Pós-Graduação em Psicologia**	
FORMAÇÃO: Psicologia	TITULAÇÃO: Pós-Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: >30anos	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >30anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 30 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Coordenadora Pós-Graduação stricto sensu: 2006 – atual	
Coordenadora Departamento Pós Psicologia: 1995 – 1996	
Coordenadora CEAP: 1988 – 1994	

Assessora Projetos Especiais da Reitoria: 1987
Coordenadora Departamento Psicologia: 1975 - 1980

NOME: **Ivone Salgado**	
CARGO ATUAL: Coordenadora de **Programa de Pós-Graduação em Urbanismo**	
FORMAÇÃO: Arquitetura	TITULAÇÃO: Doutora
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: >20anos
EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: > 3 anos	
CARGOS JÁ OCUPADOS NA INSTITUIÇÃO:	
Coordenadora de Pós-Graduação: 2004 - atual	

c. Hospital e Maternidade Celso Pierro - HMCP

NOME: **Antonio Celso de Moraes**	
CARGO ATUAL: Diretor Técnico	
FORMAÇÃO: Medicina	TITULAÇÃO:
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR:

NOME: **Cláudia Eli Souza C. Silveira**	
CARGO ATUAL: Diretora Clínica	
FORMAÇÃO: Medicina	TITULAÇÃO:
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR:

NOME: **Geowanna Ap. Higino Silva Santos**	
CARGO ATUAL: Diretora de Enfermagem	
FORMAÇÃO: Enfermagem	TITULAÇÃO:
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: -

NOME: **Maria Aparecida Medeiros Barros do Prado**	
CARGO ATUAL: - Diretora Administrativa	
FORMAÇÃO:	TITULAÇÃO:
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:	EXPERIÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR: -

4.1.5 Organização Acadêmica e Administrativa

O registro e controle das atividades acadêmicas estão sob a supervisão da Secretaria-Geral, órgão auxiliar da Reitoria, e responsabilidade executiva da Secretaria Acadêmica de cada Centro.

Os procedimentos e normas referentes às atividades acadêmicas são publicados em forma de Resolução Normativa da Reitoria e a consulta está disponibilizada nas bibliotecas, na intranet e na internet no Portal Corporativo.

Além de administrar e operacionalizar as decisões e atividades acadêmicas dos cursos e da comunidade universitária, a Secretaria-Geral presta assistência ao Conselho Universitário na organização e nos procedimentos administrativos de suas atividades.

A Universidade disponibiliza nos *campi* universitários, para uso dos alunos, equipamentos que permitem, com o uso da carteira de identificação estudantil e as senhas de acesso, obter informações acadêmicas e documentos escolares. Além desses Terminais de Atendimento Acadêmico, os alunos podem, também, acompanhar sua situação na Universidade, pela internet, por meio do Portal Corporativo.

O Secretário-Geral constitui a instância executiva e de Coordenação da Secretaria-Geral e das Secretarias Acadêmicas, com competência para:

I. analisar e aprovar instruções de procedimentos acadêmicos;

II. supervisionar o processo de registro e emissão de diplomas;

III. formular normas relativas a matrícula e registro acadêmico;

IV. coordenar e implementar o processo de matrícula e registro acadêmico doa alunos;

V. coordenar e operacionalizar os processos de trabalho da Secretaria-Geral e das Secretarias Acadêmicas dos Centros;

VI. orientar as Secretarias Acadêmicas dos Centros no cumprimento das normas e procedimentos;

VII. acompanhar a legislação educacional e divulgá-la para o expediente da Secretaria Geral;

VIII. validar documentos acadêmicos para os alunos;

IX. coordenar a assistência ao Conselho Universitário;

X. registrar e divulgar as decisões do Conselho Universitário.

4.1.6 Organização Didático-Pedagógica

Os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação **stricto e lato sensu** estão vinculados aos Centros.

Cada **Curso de Graduação** se constitui em uma Faculdade, sob a supervisão do Conselho de Faculdade e responsabilidade de um Diretor, sendo que os Cursos de Graduação da mesma área do conhecimento, diferenciados entre si pela “ênfase”, estão reunidos na mesma Faculdade e sob a responsabilidade de um Diretor Adjunto.

O **Diretor ou o Diretor Adjunto da Faculdade** constitui a instância executiva e de Coordenação do ensino de cada Curso de Graduação, com competência para:

I. convocar e presidir o Conselho de Faculdade, cientificando o Diretor de Centro, antecipadamente, da pauta de todas as reuniões;

II. coordenar a elaboração, a implantação, o desenvolvimento, a avaliação e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso, bem como dos projetos pedagógicos dos Cursos Seqüenciais, encaminhando-os ao Diretor de Centro com o parecer do Conselho de Faculdade;

III. instruir processos que devam ser objeto de deliberação do Conselho de Faculdade;

IV. constituir comissões internas, bem como convocar docentes e discentes ou grupo de docentes, sempre que necessário;

V. encaminhar ao Diretor de Centro os pedidos de provimento das vagas e as propostas de promoção e afastamento de docentes das disciplinas vinculadas à Faculdade;

VI. planejar e apresentar à Diretoria de Centro a proposta de infra-estrutura necessária ao adequado funcionamento do curso;

VII. subsidiar e apoiar o Conselho de Faculdade, por meio da promoção de levantamentos, estudos e análises e na avaliação periódica do curso;

VIII. informar, aconselhar e orientar os alunos quanto ao funcionamento da Universidade, processo de matrícula, regime escolar, currículos, estágios, iniciação científica, monitoria e outras informações relevantes;

IX. assessorar, supervisionar e orientar os professores sobre os procedimentos didático-pedagógicos do curso, promovendo ou solicitando os necessários aperfeiçoamentos e correções;

X. promover, no curso, atividades para o aprimoramento da atuação dos docentes e do desempenho dos alunos;

XI. organizar, promover e supervisionar atividades complementares de recuperação e superação de deficiências na aprendizagem, bem como programas de formação científica, profissional e cultural dos alunos;

XII. programar, promover, implementar e acompanhar estágios curriculares;

XIII. providenciar a análise das solicitações e emissão de pareceres sobre a vida escolar de alunos transferidos e de portadores de diploma;

XIV. articular-se com órgãos da administração para fins de assistência vocacional, psicológica e social do aluno, bem como de preparação para sua inserção no mercado de trabalho;

XV. acompanhar e orientar as relações interpessoais entre professores, funcionários e alunos;

XVI. apresentar ao Diretor de Centro o plano anual, bem como o relatório das atividades do curso;

XVII. articular-se com as demais Diretorias de Faculdades, Coordenações de Cursos de Pós-Graduação e gestores de pesquisa e extensão para a promoção de atividades e para a implantação de mecanismos de integração entre ensino, pesquisa e extensão;

XVIII. cooperar na divulgação, junto ao Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo do curso, das atividades de pesquisa e extensão;

XIX. promover a articulação do curso com entidades científicas, tecnológicas e de ensino para intercâmbio, troca de experiências e inovações tecnológicas;

XX. assinar, juntamente com o Reitor, com o Secretário-Geral e com o Diretor de Centro, os diplomas expedidos pela Universidade;

XXI. supervisionar e controlar a aplicação, por parte do Corpo Docente, das normas e procedimentos de lançamento e registro de freqüência e rendimento escolar dos alunos.

O **Programa de Pós-Graduação stricto sensu**, que integra os Cursos de Mestrado e Doutorado de uma mesma área de conhecimento, está sob a supervisão de seu Conselho e responsabilidade de um Coordenador.

O Coordenador de Programa de Pós-Graduação **stricto sensu** constitui a instância executiva e de coordenação dos Cursos de Mestrado e Doutorado, com competência para:

I. convocar e presidir o Conselho de Programa, cientificando o Diretor de Centro, antecipadamente, da pauta de todas as reuniões;

II. coordenar a elaboração, a implantação, o desenvolvimento, a avaliação e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso, encaminhando-o ao Diretor de Centro com o parecer do Conselho de Programa;

III. instruir processos que devam ser objeto de deliberação do Conselho de Programa;

IV. constituir comissões internas, bem como convocar docentes e discentes ou grupo de docentes, sempre que necessário;

V. organizar a oferta de disciplinas e respectivo horário para o curso, definindo créditos e pré-requisitos;

VI. encaminhar ao Diretor de Centro os pedidos de provimento das vagas nas disciplinas do curso e as propostas de promoção e afastamento de docentes, de acordo com as normas vigentes;

VII. planejar e apresentar à Diretoria de Centro a proposta de infra-estrutura necessária ao adequado funcionamento do curso;

VIII. coordenar e supervisionar a execução das atividades práticas e teóricas do curso, zelando pelo cumprimento de diretrizes e procedimentos, horários e freqüência docentes;

IX. supervisionar os procedimentos didático-pedagógicos dos professores do curso, tomando as providências necessárias à melhoria do ensino e da pesquisa;

X. promover a avaliação da execução, desempenho e resultados do curso e da atuação didático-pedagógica do Corpo Docente;

XI. realizar a revisão e o aprimoramento dos objetivos, pressupostos pedagógicos, estrutura curricular, bem como das funções, integração, ementas e conteúdos das disciplinas;

XII. informar, aconselhar e orientar os alunos e acompanhar sua vida escolar, promovendo o apoio acadêmico, psicológico e social requeridos;

XIII. promover a integração didático-científico-administrativa das atividades do curso e do pessoal docente com o ensino de Graduação e Pós-Graduação e com a pesquisa e extensão;

XIV. cooperar na divulgação, junto ao Corpo Docente e Discente do curso, das atividades de pesquisa e extensão;

XV. assinar, juntamente com o Reitor, com o Secretário-Geral e com o Diretor de Centro, os diplomas expedidos pela Universidade;

XVI. supervisionar e controlar a aplicação, por parte do Corpo Docente, das normas e procedimentos de lançamento e registro de freqüência e rendimento escolar dos alunos;

XVII. promover a articulação do Programa com entidades científicas, tecnológicas e de ensino para intercâmbio, troca de experiências e inovações tecnológicas;

XVIII. colaborar no planejamento e organização da expansão, aperfeiçoamento, consolidação e inovação tecnológica das atividades de Pós-Graduação do Centro.

A **Pós-Graduação lato sensu**, que integra Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e outros similares, está sob a supervisão do Conselho do Centro e responsabilidade do Coordenador do Curso.

O Coordenador do Curso de Pós-Graduação **lato sensu** constitui a instância executiva com competência para:

I. organizar a oferta de disciplinas e respectivo horário do Curso;

II. coordenar e supervisionar a execução das atividades práticas e teóricas do Curso, acompanhando o cumprimento de diretrizes, procedimentos, horários e freqüência docente;

III. supervisionar os procedimentos didático-pedagógicos dos professores do curso, tomando as providências necessárias à melhoria do ensino;

IV. promover e executar a avaliação do curso;

V. planejar e apresentar à Diretoria do Centro a proposta de infra-estrutura necessária ao adequado funcionamento do curso;

VI. realizar a revisão e o aprimoramento dos objetivos, pressupostos pedagógicos, estrutura curricular, bem como das ementas e conteúdos das disciplinas;

VII. informar e orientar os alunos e acompanhar sua vida escolar;

VIII. supervisionar e controlar a aplicação, por parte do Corpo Docente, das normas e procedimentos de lançamento e registro de freqüência e rendimento escolar dos alunos;

IX. planejar e apresentar à Diretoria do Centro a proposta de infra-estrutura necessária ao adequado funcionamento do curso.

4.1.7 Atenção aos Discentes

Na estrutura da Instituição há dois setores que desenvolvem atividades especificamente voltadas à promoção e execução de ações de atenção à comunidade interna: a Coordenadoria de Atenção à Comunidade Interna (CACI), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, e o Departamento de Serviço Social ao Aluno

(DSSA), vinculado à Coordenadoria Jurídica da SCEI, trabalhando sob diretrizes da Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

O **Departamento de Serviço Social ao Aluno** desenvolve programas de concessão de bolsas de estudo a alunos carentes, de financiamento estudantil (APLUB, FIES) e de prestação de serviços, principalmente quanto à moradia.

A **Coordenadoria de Atenção à Comunidade Interna**, implantada em fevereiro de 2002 no bojo da reforma administrativa da Universidade, tem por objetivo planejar, supervisionar, promover e executar atividades de atenção aos corpos discente, docente e técnico-administrativo da Universidade

O Coordenador constitui a instância executiva e de coordenação dos projetos, com competência para:

I. elaborar políticas, estratégias e diretrizes para projetos de atendimento à comunidade interna com a participação dos órgãos internos envolvidos com a natureza do assunto;

II. supervisionar, coordenar e avaliar a execução das políticas e estratégias de atenção à comunidade interna;

III. pesquisar demandas;

IV. coordenar a execução dos programas e projetos;

V. manter contatos diretos com as Unidades Universitárias, assessorias das Pró-Reitorias, representantes de órgãos oficiais, representantes de setores públicos e privados para a concretização de projetos;

VI. atender alunos, professores e funcionários;

VII. elaborar e apresentar o plano de atividades do setor.

4.2 PUC-Campinas Organização e Planejamento

Em termos institucionais, a PUC-Campinas tem experimentado mudanças intensas, não só do ponto de vista da sua estrutura organizacional, mas também quanto aos seus processos estratégicos, desenvolvendo novos planos e projetos relativos a:

- implementação de cultura de Planejamento Estratégico;
- reorganização dos processos de trabalho;
- implantação e consolidação de avaliação institucional;
- modernização dos sistemas de informação de suporte às atividades acadêmicas e aos processos de trabalho;
- diversificação e qualificação da Comunicação Institucional;
- articulação e relacionamento interinstitucional com outras IES e organismos nacionais e internacionais;
- desenvolvimento de novas tecnologias educacionais, especialmente as vinculadas à Educação à Distância.

4.2.1 Planejamento e Modernização Institucional

Como já indicado, a partir da década de 1980, a Universidade vivencia uma série de mudanças relativas a sua inserção no cenário do Ensino Superior e ao seu projeto institucional, aos projetos pedagógicos de seus cursos e à implementação da pesquisa e extensão. Para dar suporte a esse conjunto de transformações, tornou-se necessário o desenvolvimento de um conjunto de atividades estratégicas de suporte em várias áreas, especialmente as relacionadas ao planejamento, desenvolvimento institucional, reorganização de seus processos de trabalho e informação.

Embora esse conjunto de atividades esteja hoje sob a responsabilidade de diferentes setores da SCEI e da Universidade, acabam por se integrar, dada a natureza dessas atividades. Basicamente os setores por elas responsáveis são: o Departamento de Planejamento e Organização, da PUC-Campinas, Gerência de Informática e Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional, da Mantenedora.

4.2.2 Planejamento e Organização

O **Departamento de Planejamento e Organização** originou-se, no inicio da década de 1980, a partir do grupo de Assessoria Pedagógica da Vice-Reitoria Acadêmica, passando a se constituir em Assessoria de Planejamento da Reitoria, a partir de 1981, e em Departamento, em 2002.

Esse setor é responsável pela implementação do planejamento estratégico da Universidade, acompanhamento e avaliação da execução dos planos e políticas institucionais e pelo acompanhamento, avaliação e implementação dos órgãos institucionais. Suas competências atuais referem-se a:

II. coordenar, promover, desenvolver e executar levantamentos, estudos, análises e avaliações necessários à formulação de políticas e estratégias gerais e planos diretores da Universidade;

III. assistir, prestar colaboração, fornecer subsídios e apoio técnico às Pró-Reitorias na formulação de propostas de políticas, estratégias e programas em suas áreas de competência;

IV. analisar e avaliar as propostas de políticas, estratégias, diretrizes, programas e projetos formulados pelas Pró-Reitorias, nas suas respectivas áreas de atuação, e que requeiram aprovação da Reitoria, emitindo pareceres e opiniões sobre suas consistências com as políticas, estratégias diretrizes e normas gerais da Universidade;

V. coordenar, promover e executar a elaboração, análise e acompanhamento de cenários e tendências políticos, socioeconômicos, tecnológicos e de educação superior, relevantes para o planejamento da Universidade;

VI. cooperar no levantamento e análise das novas perspectivas e experiências relativas a modelos de gestão no domínio da educação superior;

VII. coordenar e elaborar proposta de programas anuais e plurianuais de atividades da Universidade, por meio da consolidação dos respectivos programas das Unidades;

VIII. promover, executar e acompanhar a implantação das políticas e estratégias da Universidade e a avaliação de seu desempenho acadêmico e organizacional;

IX. cooperar com a Pró-Reitoria de Administração na elaboração do orçamento da Universidade e na adequação orçamentária dos programas e projetos;

X. assistir e prestar apoio técnico aos Centros e demais Unidades da Universidade na elaboração de suas estratégias e programas e na sua implementação, quando necessário;

XI. formular, encaminhar a Reitoria e implementar projetos de avaliação institucional, voltados ao ensino, pesquisa, extensão e gerenciamento das atividades acadêmicas;

XII. propor projetos e implementar sistemas de informação de suporte às atividades de planejamento e avaliação.

4.3 Tecnologia da Informação

A **Gerência de Informática** teve seu início em 1972 com o nome de Centro de Processamento de Dados (CPD), passando a desenvolver e implementar as seguintes atividades:

- **Sistemas de Informações Acadêmicas.** Em 1973, os sistemas acadêmicos controlavam apenas as notas e as freqüências dos alunos, com emissão de listas de alunos, diários de classe e histórico escolar. Tais sistemas também foram desenvolvidos internamente na linguagem RPG, eram processados em Lotes e tinham poucos relatórios gerenciais. Em 1990, foi desenvolvido novo sistema nas linguagens Cobol e CSP, o que permitiu o acesso on-line, via terminal, aos sistemas para consultas e emissão de documentos. Em 1999, foi adquirido da firma Borah Informática o sistema acadêmico TIA. Ainda está em funcionamento devido às customizações, adaptações e desenvolvimento de módulos para atendimento às necessidades da Instituição, feitas pela equipe da Gerência de Informática. Com a implantação do TIA, permitiu-se aos funcionários das Secretarias Acadêmicas a inserção, consultas e emissão de dados on-line. Para acesso dos alunos às informações acadêmicas, financeiras e impressão de documentos, foram instalados 10 terminais de consulta pelos Campi e desenvolvidas aplicações para a Internet.

- **Sistemas Administrativos de Informações.** No início, os sistemas administrativos se limitavam à folha de pagamento e controle financeiro das anuidades dos alunos. Eles foram desenvolvidos internamente na linguagem RPG, eram processados em Lotes e tinham poucos relatórios gerenciais. O sistema contábil só foi desenvolvido por volta de 1981. Em 1997 foi implantado o sistema ERP Magnus, da DataSul, para a parte Contábil, Financeira, Compras, Patrimônio e Almoxarifado. O sistema de folha de pagamento foi adquirido da SoftTrade, em 1998. Os sistemas acima trouxeram ganho de produtividade para a parte operacional, integração dos sistemas e significativa melhoria na qualidade das informações, para o apoio à tomada de decisão.

- **Rede de Comunicação de Dados.** A rede PUCNET teve seu início em 1997, em associação com projeto da Fapesp, quando foi criada a primeira homepage da Instituição, pelos funcionários do Instituto de Informática. Inicialmente a Rede interligava, com rádio digital de 64 kbps, o Campus I ao Seminário e o Seminário ao Campus II, e o acesso à Internet era feito com a ligação do Campus I à Unicamp, em um Link de rádio de 2 MB. Em 1998 a rede teve crescimento, o link Campus I - Seminário passou para 2 MB e o Colégio Pio XII passou a integrar a rede com um link de 64 kb, com o Seminário. O Prédio Central e o Instituto de Letras também se integraram à rede, com Linhas de Dados alugadas da Telefônica. Nessa época, com exceção do Seminário, todos os Campi estão interligados com Fibras Óticas, além do acesso à Internet. Todos os links são de 100 Mbits. A infra-estrutura do Backbone dos Campi está com fibras óticas e dentro dos prédios os cabos de TP são de nível 5, 5e e 6. A rede possui cerca de 2000 pontos.

- **Equipamentos de Informática.** Na época da criação do CPD a Instituição contava com um minicomputador IBM/3 Modelo 10, com 24 kb de memória Ram, duas unidades de discos de 2,5 Mb, uma impressora de 300 lpm e a entrada de dados era por cartão de 96 colunas.

  Em 1974 esse equipamento sofreu um Upgrade, passando de 24 Kb para 48 Kb de memória Ram, foi instalado um segundo processador, duas unidades de fita magnética e duas unidades de discos com 20 Mb cada uma, além da troca da impressora que passou para 1.100 lpm. Nesse mesmo ano a IBM

instalou um computador 1130, em regime de comodato, e a PUC adquiriu uma leitora ótica, da mesma empresa, para processamento do vestibular.

- Somente a partir de 1987 a PUC começou a adquirir os primeiros microcomputadores e foi criado o primeiro Laboratório de Microinformática no curso de Análise de Sistemas. Em 1989, em convênio com a IBM, a Instituição adquiriu um IBM 4341 com 8 Mb de memória Ram, oito unidades de disco com um total de 2.4 Giga, duas unidades de fita, uma impressora de 2.300 lpm e 24 terminais 3270, sendo que 20 deles foram alocados para utilização dos alunos do curso de Análise de Sistemas.
- Em 1992 a Instituição passou a investir mais em microcomputadores e adquiriu da IBM, utilizando a Lei 8010, 93 micros e 34 impressoras. Em 1994 já contava com 283 micros e 54 impressoras. Em 1995 ocorreu um grande investimento e a Instituição passou a contar com 733 micros e 154 impressoras. Em 1998 o parque instalado era de 847 micros, 180 impressoras, 33 Notebooks, 3 Servidores e 9 Risc 6000 da IBM. No ano de 1999 a Instituição contava com 1076 micros, 238 impressoras, 33 Notebooks, 13 Servidores e 9 Risc 6000 da IBM.
- Em 2000, a Instituição, em convênio, começou a adquirir equipamentos Acer e, no final desse mesmo ano, contava com 1328 micros, 285 impressoras, 33 Notebooks, 18 Servidores e 9 Risc 6000 da IBM. Em 2001, com aquisição de mais equipamentos Acer, o parque estava assim constituído: 1741 micros, 348 impressoras, 38 Notebooks, 28 Servidores e 9 Risc 6000 da IBM. No ano de 2002, após a substituição de todos os micros 386 e 486, a situação de equipamentos de informática era a seguinte: 1987 micros, 473 impressoras, 27 Notebooks, 40 Servidores, 9 Risc 6000 da IBM e 70 Scanners.
- No presente momento, a situação dos equipamentos de informática é a seguinte: 2725 micros, 40 notebooks, 80 servidores, 10 Riscs, 73 scanners, 458 impressoras (terceirizadas) e 31 impressoras de sua propriedade. A maioria desses equipamentos está distribuída em mais de 50 laboratórios de informática, para uso dos alunos.

Atualmente, a Gerência de Informática é responsável pelo desenvolvimento e implementação de novos projetos e sistemas de informação e de novas tecnologias de

telecomunicações, manutenção desses sistemas, dos equipamentos administrativos e acadêmicos e de redes de microcomputadores e de comunicação de dados. Sua área de atuação abrange a própria SCEI, a PUC-Campinas e o HMCP.

4.4 Desenvolvimento Organizacional

A **Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional** é o setor mais recente da Instituição, sendo responsável pela identificação, análise e redesenho dos processos de trabalho da SCEI, PUC-Campinas e HMCP, bem como pelo desenvolvimento e implementação de normas institucionais e organização dos arquivos de documentação administrativa e acadêmica.

Em 2004 a Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional passou por uma reestruturação. Em função dessa decisão, a Universidade, diante de suas especificidades, acabou por implantar um Núcleo de Organização, Sistemas e Métodos com a atribuição de implementar e revisar normas, organizar a documentação administrativa e acadêmica, bem como otimizar seus processos de trabalho.

4.4.1 Projetos Implementados

Em relação especificamente à Universidade, já que dois dos setores indicados possuem uma maior abrangência de atuação junto a Mantenedora e HMCP, foram implementados projetos em diversas áreas relacionados a:

- implantação de projetos estratégicos de Carreira Docente, estímulos à Capacitação Docente e desenvolvimento dos órgãos centrais de Pesquisa e Extensão;
- implementação de cultura de Planejamento Estratégico nas administrações de 1994 – 1997 e 1998 – 2002;
- elaboração dos Planos de Gestão de 1994 - 1997, 1998 - 2001 e 2002 – 2005;

- desenvolvimento e implementação da área de Comunicação Institucional, incluindo a implantação da área de Publicidade e Marketing Institucional, da TV PUC-Campinas e do setor de Internet;
- modernização e reorganização do **site** institucional;
- desenho e implementação da Reforma Administrativa, aprovada em dezembro de 2001, incluindo o novo Estatuto e Regimento da Universidade;
- desenvolvimento de projeto de organização dos setores e órgãos vinculados à Reitoria;
- implementação de área de informação gerencial da Universidade;
- modernização dos Sistemas de Informação;
- implementação do Plano Diretor de Informática;
- reorganização das Normas Institucionais e de vários processos de trabalho.

No decorrer da implementação desses projetos, foram detectados novos desafios e oportunidades, bem como os pontos positivos e negativos, internos, que poderiam originar novas propostas e projetos. Nesses aspectos cumpre ressaltar que tanto as exigências da atual política oficial para o ensino superior quanto o acirramento da concorrência entre IES no território de atuação da PUC-Campinas se constituem nos principais desafios e oportunidades para a atuação futura da Universidade.

No âmbito interno, a implementação da nova estrutura organizacional, a qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a necessidade de capacitar de modo mais adequado as funções gerenciais, nos diferentes níveis institucionais, e o desenvolvimento e integração de processos de trabalho e atividades de diferentes setores - SCEI, PUC-Campinas e HMCP - apresentam-se também como desafios e oportunidades para avanços mais concretos da Universidade, em direção à sua Missão e propósitos.

5 Avaliação Institucional

Ao longo de seus 21 anos de experiência em avaliação institucional, a PUC-Campinas sempre contou com a **participação da comunidade acadêmica** no processo de Avaliação Institucional, respeitando, dessa forma, um dos princípios fundamentais sobre os quais se apóia este tipo de atividade. A referida participação, mais bem expressa em termos de envolvimento, teve sempre importância fundamental para a realização da Avaliação Institucional. Isso ocorre desde a primeira fase de atividades, isto é, o próprio planejamento, até a geração de propostas que possam atender às expectativas do corpo docente e discente, passando pelas fases de seleção dos procedimentos metodológicos mais adequados, de análise dos dados obtidos e de divulgação dos resultados. É provável que, sem a participação da comunidade acadêmica, a Avaliação Institucional teria tendido ao fracasso, podendo resultar efeitos negativos, gerando desarmonias desnecessárias e contraproducentes no universo formado por professores, alunos, administração e funcionários (Matallo e Balzan, 1998).

Sem menosprezar o produto final resultante de cada etapa da Avaliação Institucional – expressão daqui para frente tratada como AI – priorizou-se, desde seu início, a **Avaliação como processo** capaz de envolver toda a comunidade num conjunto de tarefas que seriam desenvolvidas a curto, médio e a longo prazos.

Caminhando na Universidade e tendo sempre presente o contexto sociocultural da qual ela é parte integrante, atuando com profissionais das mais diversas áreas do conhecimento sem abrir mão dos valores que norteiam a PUC-Campinas, como Instituição Comunitária, mas cedendo em aspectos não-fundamentais, de modo a manter um consenso em torno dos objetivos comuns propostos para o processo de AI da Universidade, procurou-se, ao longo destes 21 anos, construir uma **cultura de avaliação**, isto é, "um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. E esse processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar *com intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados" (*Ristoff, 1999.. 60).

Para isto, a PUC-Campinas contou no passado com diferentes modelos de Comissão de Avaliação Institucional e conta, atualmente, com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída segundo as disposições constantes do Art. 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O.U. em 15 de abril do mesmo ano.

No final da década de 90, as atividades de avaliação foram desenvolvidas em dois níveis: a Comissão Central constituída por três Professores Doutores assessorados por três Auxiliares de Pesquisa, bolsistas do Programa de Mestrado desta Universidade; as Comissões Locais compostas pelos Diretores de Faculdades, um Professor e um Aluno representantes de cada uma das faculdades, totalizando cento e dez participantes.

Subordinada diretamente à Reitoria, a Comissão Central tinha relações permanentes com a Coordenadoria Geral de Graduação (COGRAD), Coordenadoria Especial das Licenciaturas (CELI), Pró-Reitoria de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e Assuntos Comunitários e de Administração.

Das reuniões da Comissão Central com as Comissões Locais emergiram as questões que eram encaminhadas àquelas instâncias que passaram a desenvolver atividades de modo a formar e implementar os aspectos favoráveis detectados, assim como a dar encaminhamento satisfatório aos pontos críticos observados, por meio de encontros, minicursos, seminários e atividades afins, bem como com medidas de ordem administrativa.

A demanda por novos esclarecimentos a partir dessas atividades levou a CAINST – Comissão de Avaliação Institucional a avaliar outros aspectos da vida universitária, gerando novas atividades por parte da COGRAD, CELI e Pró-Reitorias.

Teve lugar, portanto, um processo de permanente investigação sobre o contexto universitário, numa constante interrogação e busca de respostas, do qual participaram, de modo integrado, vários segmentos da Universidade.

O texto, a seguir, consta de duas partes: a primeira apresenta uma visão retrospectiva da Avaliação realizada pela PUC-Campinas a partir de 1981 e conclui com especificações sobre as atividades propostas para o segundo semestre de 2002; e a segunda, trata do plano de trabalho para o período 2003 – 2007.

5.1 As origens da Avaliação na PUC-Campinas

O documento que deu origem à AI da PUC-Campinas, datado de 03 de setembro de 1981, tinha como título *Da crítica à proposta – a Universidade como Projeto*

Pedagógico[3]. Em sua introdução, chamava-se à reflexão da Comunidade o sentido do Projeto Pedagógico, visando à mobilização da Universidade para que ela se conscientizasse da necessidade de se repensar permanentemente, repensar suas funções, seus serviços e seu compromisso com a Sociedade .

Informava sobre a PUC-Campinas no momento histórico da Universidade Brasileira: a necessidade de um Projeto Pedagógico; seu sentido e viabilidade no contexto sociocultural então vigente. A segunda parte do documento tratava das formas de operacionalização do Projeto Pedagógico contendo dados sobre a composição da equipe de assessoria pedagógica e sugestões de atividades dessa equipe junto às Unidades.

Após ampla discussão nas Unidades Acadêmicas, optou-se por aplicar, junto ao corpo discente, um instrumento cujos itens contemplassem as variáveis consideradas como as mais relevantes para a Avaliação Institucional, então em processo de gestação.

Elaborado pela Equipe de Assessoria Pedagógica juntamente com representantes docentes e discentes, o instrumento de coleta, sob a forma de questionário, apresentava em sua versão final 60 itens.

O questionário contou com um item aberto introduzido para operar a passagem da primeira para a segunda fase da pesquisa: do “survey” para uma “quase pesquisa-ação”.

A totalidade dos matriculados nos cursos oferecidos pela PUC-Campinas no segundo semestre de 1982, isto é, 16.799 estudantes, constituiu o universo a ser pesquisado. Deste total, 10.769 alunos responderam as 59 questões fechadas e 5.872 responderam a última questão que solicitava resposta descritiva por parte dos sujeitos.

Os dados coletados nas questões fechadas, após a devida tabulação, foram objeto de tratamento estatístico e posterior análise, resultando em texto encaminhado à Comunidade Acadêmica e apresentado na II Conferência Brasileira de Educação realizada em Belo Horizonte de 10 a 13 de junho de 1982, sob o título *A Universidade e a construção de seu Projeto: a experiência da PUCCAMP*[4]

---

[3] Texto elaborado pela equipe de Assessoria Pedagógica da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, em setembro de 1981. Documento interno.
[4] BALZAN, Newton C. et al. Painel apresentado na II Conferência Brasileira de Educação em 1982.

As respostas fornecidas à questão aberta, que ficou conhecida como "questão 60", foram objeto de leituras e releituras por parte da Comissão de Avaliação Institucional, sendo distribuídas em 7 categorias, a saber: Qualidade de Ensino; Currículo; Infra-estrutura; Problemas Financeiros; Pesquisa; Atividades complementares; Relações Humanas.

Das discussões que tiveram lugar na Universidade emergiu, já em novembro de 1982, o projeto intitulado *Participação do aluno como base da reestruturação da Universidade*[5], que contemplava dois subprojetos: "*A percepção do aluno sobre a PUC-Campinas: subsídios para a reestruturação da Universidade*" e "*do resultado à interpretação: o aluno e a reestruturação da PUC-Campinas"*.

Os resultados alcançados deram origem ao documento "*Planejamento Pedagógico/1983"*[6], contendo dados e textos sobre os estudantes da PUC-Campinas e orientação geral para a realização do planejamento didático-pedagógico para o ano de 1983 nos diferentes cursos e Unidades.

5.1.1 Projeto Pedagógico

A intensa mobilização registrada na Universidade, como decorrência de discussões nos cursos e entre eles, levou à ampliação da equipe original de trabalho, que ficou constituída, a partir do início de 1983, por uma Coordenação Central, uma Comissão Central e Equipes de Unidades e grupos de cursos.

O Projeto Pedagógico foi elaborado, tornando-se referencial comum a toda e qualquer discussão em níveis de departamentos, cursos e unidades. É a partir dele que são definidas as linhas de ação para 1984. Sua descrição e primeiros resultados alcançados foram apresentados na III Conferência Brasileira de Educação, realizada em Niterói entre 12 e 15 de novembro de 1984, sob o título "*A Universidade e a construção de seu próprio Projeto: continuidade da experiência da PUC-Campinas*[7] .

---

[5] Equipe de Assessoria Pedagógica da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, junho de 1983.
[6] Equipe de Assessoria Pedagógica da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, 1983.
[7] BALZAN, Newton C.et al. III Conferência Brasileira de Educação, outubro de 1984.

Dadas as expectativas de coordenadores, professores e estudantes em torno de mudanças operacionais que envolviam desde problemas de ordem curricular até relações professor-aluno em salas de aulas, trabalhava-se, já, em nível de uma *quase pesquisa-ação*. As *Diretrizes gerais de um Plano Acadêmico-Administrativo para a PUC-Campinas*, apresentadas às Unidades em novembro de 1984, permitiram constatar a evolução registrada ao longo dos anteriores três anos e meio.

Pode-se afirmar que a Avaliação Institucional continuou sendo objeto de atenção da instituição e objeto de estudo de muitos docentes, ao longo dos anos decorridos desde o início da implementação do Projeto Pedagógico. Entretanto, não se pode afirmar que a idéia de Projeto Pedagógico tenha se firmado de forma institucionalmente homogênea durante esse período, de modo a constituir-se como referencial permanente das Direções e Coordenações de Cursos ao definirem suas atividades de planejamento e, portanto, de ações a longo prazo. O Projeto Pedagógico da PUC-Campinas estava em processo de construção.

Uma visão ampla e ao mesmo tempo detalhada sobre esse período pode ser alcançada a partir do estudo realizado por Camargo (1989) intitulado "*O processo de reestruturação da PUCCAMP: a contribuição do projeto pedagógico (1981-1984*)"[8] .

Merecem registro, no entanto, os seguintes estudos realizados na segunda metade dos anos 80 e início da década de 90:

1. *A PUCCAMP e a construção de seu Projeto Institucional de Avaliação: uma contribuição para a democratização da sociedade,* trabalho apresentado na VI Conferência Brasileira de Educação (Painel) maio/91, contendo os seguintes subprojetos:

I. *O Projeto Institucional de Avaliação e suas relações com a democratização*:

Pressupostos e reflexões sobre o caminho percorrido, referindo-se à explicitação do Projeto Institucional de Avaliação da PUC-Campinas, priorizando, sob a perspectiva de seu projeto pedagógico, o tema: A Avaliação da Aprendizagem.

II. *A concretização do Projeto Institucional de Avaliação da PUCCAMP,* abordando os pressupostos defendidos pela Comissão para Estudos sobre Avaliação que desencadeou ações para implementar os estudos entre professores e alunos, coletar e

[8] CAMARGO, Alzira L. Carvalhais. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1989. p.156.

sistematizar dados e disseminar os debates sobre avaliação, assim como subsidiar a criação de propostas alternativas.

III. *Construindo uma proposta de avaliação participativa e democrática,* que sintetizava os resultados obtidos no processo e evidenciava as bases teórico-práticas de uma proposta de avaliação participativa e democrática.

IV. *Avaliação da Aprendizagem,* envolvendo docentes e estudantes, mediante a utilização de questionários específicos para cada um dos dois grupos.

Cabe observar que os resultados obtidos foram encaminhados às diferentes Unidades para análise e posterior apreciação junto à Vice-Reitoria Acadêmica, tendo-se constituído como ponto de partida para o *Seminário sobre Avaliação Educacional* realizado em 18/06/1990.

A esse Seminário seguiram-se discussões internas, isto é, nas Unidades, a fim de se repensar, a partir das premissas apontadas, o processo avaliativo de cada um dos cursos.

Os resultados alcançados no interior das Unidades foram encaminhados à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos que elaborou documento contendo as conclusões a respeito.

O referido Seminário deu origem a um debate sobre a *Qualidade de Ensino na PUC-Campinas*, realizado em novembro de 1990.

Após 07 anos, além das alterações na sociedade brasileira como um todo e conseqüentemente no perfil das novas gerações de estudantes, verificou-se no interior da PUC-Campinas uma série de alterações:

- criação da Coordenadoria de Estudos e Apoio à Pesquisa (CEAP);
- início da implantação de Núcleos por áreas Prioritárias;
- implantação da Coordenadoria de Carreira Docente (CCD);
- implantação de estímulos à Capacitação Docente.

Outro aspecto relevante ocorrido nesse período foi a aplicação de uma política de remuneração que, ao menos em relação ao corpo docente, equiparava a PUC-

Campinas ao patamar mais elevado dentre as universidades brasileiras, quanto a esse indicador.

Teriam essas iniciativas provocado alguma alteração na qualidade das práticas acadêmicas da Universidade, ou na representação que os alunos de graduação, principal “clientela” da Instituição, possuem sobre essas práticas?

A oportunidade desse debate no interior da comunidade universitária pareceu oportuna e, mais que isso, urgente naquele momento por alguns motivos:

a) a busca permanente de padrões de qualificação das práticas acadêmicas da PUC-Campinas vinha sendo um dos principais pontos programáticos, tanto do Projeto Pedagógico como das plataformas e programas dos cargos eletivos na Instituição;

b) era notória a preocupação generalizada do segmento discente da PUC-Campinas quanto à qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição;

c) novos saltos de qualidade no percurso do Projeto Institucional da PUC-Campinas só seriam viáveis, na conjuntura econômica e política do país então vigente notadamente nas suas expressões na política educacional, científica e tecnológica, a partir da consolidação de padrões de qualificação que credenciassem a Instituição perante os órgãos estatais de fomento;

d) não se considerava aconselhável o adiamento desse debate, na espera de uma metodologia de avaliação institucional ideal, que somente poderia ser atingida a longo prazo. Cabe acrescentar, ainda, que a capacidade crítica potencial sempre esteve presente no segmento discente, podendo constituir-se em propulsão positiva para a constituição de uma atmosfera crítica e construtiva em busca do aperfeiçoamento institucional, sem excluir do debate os segmentos docente e funcional;

e) a instauração de um espaço institucional para esse debate apresentava alguns desafios que, embora representassem riscos, precisavam ser enfrentados:

f) com habilidade, prudência e maturidade, a instauração desse debate poderia ser útil a alguns objetivos tais como;

- alimentar no interior da Instituição vetores apontados para a sua permanente qualificação;

- sistematizar aquilo que, de modo difuso, mas potente, existia no interior da Instituição, notadamente no segmento discente, tornando altamente positivo o potencial crítico existente na Universidade;

- fortalecer os vínculos e canais de comunicação entre a Administração Superior da Instituição e os demais segmentos da comunidade universitária;

- iluminar de modo mais consistente os debates vitais que estavam ocorrendo no interior da Instituição, tanto sobre as mensalidades escolares, como sobre os salários e carreiras. O debate sobre a questão da qualidade configurou-se como importante naquele momento crucial da Instituição, para que as contradições localizadas no plano "meios" não obscurecessem a racionalidade dos segmentos da comunidade universitária acerca do plano "fins".

g) finalmente, considerava-se que a Comissão de Avaliação indicada pela Reitoria fosse o local mais indicado para se deflagrar o referido debate, tanto pela abrangência da temática para a qual foi constituída, como pelos canais já estabelecidos com as Unidades Acadêmicas.

Ao final dos anos 80, a Universidade se mobilizou novamente para um momento de avaliação global, institucionalizando o Grupo de Estudos de Avaliação, com o objetivo de dar continuidade ao processo, resgatando e revendo as normas e o regimento da Universidade quanto à "Avaliação da Aprendizagem" no Ensino de Graduação.

Foi desencadeado amplo processo de discussão em encontros orientados, envolvendo docentes por área de conhecimento, bem como constituídas comissões internas sobre avaliação nas unidades acadêmicas e realizados o *Primeiro e o Segundo Seminário sobre Avaliação Educacional* (1990 e 1991).

5.1.2 Do Projeto Pedagógico à Identidade Social

No início dos anos 90, um novo Projeto foi desenvolvido na PUC-Campinas, tendo como autores os docentes de seu Programa de Mestrado em Educação. Intitulado *Do Projeto Pedagógico à Identidade Social: o Processo de Avaliação da PUC-Campinas (1971-1992)*, foi desenvolvido no período 1992-1994, cabendo destaque ao Subprojeto *O estudante e a questão da qualidade do ensino superior.*

Tendo como sujeitos os 3.157 estudantes que estavam concluindo os cursos de graduação em 1992, recorreu-se a um questionário como instrumento de coleta, composto por três partes.

Os respondentes – 2.172 sujeitos – representavam 68,8% do total dos formandos, estando assim distribuídos por áreas de conhecimento: Ciências Biológicas e Ciências da Saúde- 897; Ciências Humanas- 435; Ciências Sociais Aplicadas- 1304; Letras e Artes- 237.

No tratamento dos dados, os procedimentos se diferenciaram conforme se tratasse de itens aos quais os sujeitos deveriam assinalar as alternativas que lhes eram oferecidas, isto é, "itens fechados" ou de itens que implicassem respostas discursivas.

Os resultados alcançados foram divulgados na maioria das Unidades, tendo em vista a necessidade de se retomarem as idéias centrais do Projeto Pedagógico e de se planejarem atividades que viessem suprir as deficiências constatadas e reforçar os pontos positivos identificados nas respostas fornecidas pelos estudantes.

5.1.3 Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação

Trata-se do Projeto *Avaliação dos Cursos de Pós Graduação oferecidos pela PUC-Campinas em 1996, segundo a ótica da CGPG*[9]*; CEAP*[10] *e CCD*[11]. Desenvolvido entre

[9] Coordenadoria Geral de Pós-Graduação.

setembro de 1996 e março de 1997, os resultados indicaram, de modo geral, saldos altamente positivos em relação a esses cursos, quer sob o ponto de vista de Diretores de Unidades e Coordenadores de Programas, quer sob a ótica dos estudantes de Pós-Graduação.

Implementado a partir de um plano que previa entrevistas junto a Coordenadores de cursos de Pós-Graduação – **stricto sensu e lato sensu** – e a Diretores de Unidades que ofereciam Mestrado e Doutorado e de questionários aplicados junto aos estudantes de Pós-Graduação, tinha como expectativa que seus resultados pudessem servir como base sólida para uma maior aproximação da CGPG, CEAP, CCD, dos Diretores de Unidades, dos Coordenadores de Cursos e demais profissionais em relação à Pós-Graduação da PUC-Campinas.

Os resultados foram apresentados tendo-se como referência os objetivos gerais da PUC-Campinas e as variáveis consideradas como as mais relevantes para elaboração dos questionários.

De modo geral, os resultados permitiram constatar que os aspectos positivos predominaram largamente sobre os negativos em todos os cursos oferecidos em nível de Pós-Graduação. A título de exemplos:

1. Os objetivos gerais propostos pela Universidade para seus cursos de Pós-Graduação vinham sendo atingidos, segundo a maioria dos respondentes. Apreciações favoráveis predominavam também quando se tomavam como referência os objetivos gerais dos cursos e os objetivos específicos propostos por alguns deles.

2. Os adjetivos que os estudantes e coordenadores usaram para qualificar o corpo docente refletiam o alto conceito que os mesmos desfrutavam: forte, titulado, motivado para pesquisa, experiência comprovada, dedicado, etc.

3. Os cursos proporcionavam, de modo geral, condições para que os estudantes tivessem experiências de vida universitária. Foram considerados pelos alunos como estimulantes, muito exigentes, abertos, bem definidos. Os conteúdos

---

[10] Coordenadoria de Estudos e Apoio à Pesquisa.

[11] Coordenadoria de Carreira Docente.

das disciplinas, as relações professor-aluno e as interpessoais foram valorizados positivamente pelos alunos.

4. As relações entre a Pós-Graduação e a Graduação foram consideradas como satisfatórias e boas por alguns dos Coordenadores, que destacaram o PIBIC como elemento facilitador dessas mesmas relações.

Os aspectos desfavoráveis referiam-se predominantemente a espaço físico e condições de infra-estrutura.

5.1.4 A Participação da PUC-Campinas no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras)

No final de 1993, foi o PAIUB criado pelo MEC, com adesão voluntária das instituições de ensino. Meses depois, a PUC-Campinas apresentou o seu primeiro Projeto de Avaliação Institucional dentro do Programa. A partir de então, várias das ações previstas começaram a ser realizadas no âmbito do Fórum de Coordenações de Cursos. Buscando incrementar o Projeto de Avaliação da Universidade, constituiu-se, em 1997, a Comissão de Avaliação Institucional para, em conjunto com a Vice-Reitoria Acadêmica e a Coordenadoria Geral de Graduação, dar andamento a uma mais ampla avaliação dos cursos de graduação.

A proposta do PAIUB incentivava as instituições a fazerem avaliações periódicas sobre as condições de ensino, pesquisa e extensão dos seus cursos de graduação. A exemplo da PUC-Campinas, 138 das 156 instituições de ensino superior do país desenvolveram projetos de avaliação institucional integrados ao programa.

a. Fase 1 - 1998/1999

Desenvolvido em 1998 e 1999, o Projeto "CONHECER PARA APRIMORAR" teve como Universo de Pesquisa a totalidade dos docentes e estudantes dos Cursos de Graduação oferecidos pela PUC-Campinas em 1998. Contou com uma Comissão Central de Avaliação composta por professores doutores representantes das três grandes áreas do conhecimento, um representante dos funcionários e um representante estudantil indicado pelo DCE. Representantes do corpo docente de cada um dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade formavam as Comissões Locais de Avaliação.

Tratou-se de um processo de auto-avaliação envolvendo toda a Comunidade Acadêmica com objetivo principal de diagnosticar aspectos que indicavam pontos favoráveis e desfavoráveis no ensino de graduação vigente na Instituição e de oferecer um leque de opções para que os pontos considerados como desfavoráveis fossem passíveis de superação.

O Projeto veio retomar e sistematizar as experiências iniciadas na década de 80 nas diversas Unidades.

Os sujeitos do estudo foram os 1.065 docentes e os 17.979 alunos cuja participação diferenciou-se substancialmente entre os dois grupos. No primeiro caso contou-se com 90,3% de participantes, isto é, docentes que responderam os questionários aplicados. Em se tratando dos estudantes, o índice de participação foi de 54,3%.

Uma série de atividades foi desenvolvida com fins de elaboração do Instrumento para Coleta de Dados e a versão final constou de 41 itens fechados distribuídos em duas partes:

Parte I: Indicadores específicos sobre as disciplinas

Parte II: Indicadores gerais sobre o curso

Embora os 41 itens submetidos à apreciação dos docentes e estudantes fossem os mesmos quanto aos conteúdos, eles se diferenciavam quanto à forma, conforme se

tratasse de um ou de outro grupo. Em outros termos, tratou-se de questionário “em espelho” de modo a oferecer a possibilidade de se estabelecerem comparações entre os dois grupos de respondentes para os mesmos indicadores e respectivos itens[12].

Estudantes e professores deveriam responder aos 41 itens referentes a cada uma das disciplinas que estivessem freqüentando ou ministrando. Os alunos deveriam especificar os nomes das disciplinas, os nomes dos professores e as turmas às quais pertenciam. Os professores deveriam discriminar as disciplinas ministradas e respectivas turmas.

Em se tratando dos alunos não havia qualquer identificação do respondente.

Além do questionário, um outro Instrumento foi elaborado contendo cinco itens abertos. Esse instrumento foi aplicado junto a 5% dos estudantes de graduação escolhidos aleatoriamente.

As questões abordavam aspectos gerais sobre o curso e o ensino universitário, bem como sobre os temas socioeconômicos que caracterizavam fortemente o final do século XX.

O processo dessas análises constituiu o momento fundamental do processo de avaliação, isto é, momento quando os dados deveriam ser amplamente divulgados e debatidos dentro das Unidades. Tinha-se como expectativa que as discussões deflagrassem reflexões sobre os cursos e sobre o desempenho de professores e alunos e, paralelamente, subsidiassem uma participação mais crítica no Seminário sobre Currículo[13], programado para o segundo semestre e tendo como tema central a Avaliação Institucional.

A CAINST elaborou um número de Série Acadêmica[14] ,contendo orientações sobre como trabalhar com os dados em termos individuais e em grupos considerando as disciplinas, os cursos, as áreas de conhecimento e a Universidade como um todo.

---

[12] Questionário aplicado a alunos concluintes e respectivos professores, em 1998, pela empresa Kogumelo Informática.
[13] V Seminário sobre Currículo, realizado em agosto de 1999. Relatório publicado na revista Série Acadêmica nº. 13.
[14] Série Acadêmica nº. 14, agosto de 2001.

b. Fase 2: 2000 a 2002

Desenvolvida a partir do início do ano 2000, a segunda fase do Projeto Conhecer para Aprimorar teve como sujeitos os 4.496 alunos concluintes e os 3.838 estudantes do penúltimo ano dos 38 cursos de graduação oferecidos, à época, pela Universidade.

O Instrumento de Avaliação utilizado em 2000 apresentou características bem distintas do instrumento utilizado em 1998. Houve redirecionamento de enfoque, alteração no campo de abrangência dos indicadores, ou seja, aumento de itens a serem avaliados, alteração da estrutura, comportando questões "fechadas", sem ou com justificativa para a resposta assinalada, e questões "discursivas" acompanhadas de apreciação ou considerações sobre o assunto em pauta ou questionamento. Além disso, os respondentes passaram a ser os concluintes e alunos dos penúltimos anos dos cursos de graduação.

O volume nº 14 da publicação *Série Acadêmica* foi especialmente elaborado tendo como objetivo divulgar, junto à Administração e corpo docente da Universidade, informações sobre a Metodologia utilizada no tratamento dos dados e questões direcionadas a estimular discussões nas Unidades sobre os resultados alcançados em versão preliminar.

É importante destacar que 21 Unidades elaboraram e aplicaram questionários contendo itens específicos sobre os cursos oferecidos. Os mesmos foram aplicados juntamente com os questionários gerais acima referidos.

Os resultados finais desta fase foram divulgados na Universidade das seguintes formas:

1. Exposição da Comissão Central para os Membros das Comissões Locais – diretores, representantes dos professores e dos alunos – sobre os resultados gerais, isto é, referentes à Universidade como um todo, fornecendo alguns exemplos sobre os dados relativos às diferentes áreas do conhecimento e a algumas faculdades.

2. Publicação de Série Acadêmica nº 15 contendo o texto "*A voz do estudante e a construção de uma Universidade em nível de excelência: Conhecer para Aprimorar".*

O texto apresentava uma série de questões visando desencadear um processo de discussão nas faculdades, fazendo emergir aspectos positivos e negativos detectados em nível de instituição, de forma a tornar necessário um processo de reflexão sobre alternativas desejáveis, a fim de se atingir o ensino universitário em nível de excelência.

3. Encontros nas Faculdades com a participação da Comissão Central e do Corpo Docente e Administrativo, voltados para a divulgação e discussão de dados específicos sobre os cursos oferecidos, tendo como referência os dados gerais sobre a Universidade.

5.1.5 Perspectivas para o Período 2003-2010

As propostas para o qüinqüênio 2003-2007 foram elaboradas tendo presente todo o processo descrito nas páginas anteriores, do qual constituem continuidade natural.

Conhecer para Aprimorar continua sendo a temática central - ou núcleo - da Avaliação Institucional da PUC-Campinas.

Dessa forma, todo o trabalho desenvolvido tem presente as relações entre a Comissão Central de Avaliação e os demais órgãos e instâncias da Universidade: Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e Assuntos Comunitários, de Administração, Centros, Faculdades, com seus cursos, Coordenadorias de Graduação, de Pós-Graduação e de Licenciaturas.

Em 2003 a Universidade concluiu a elaboração de seu Plano Estratégico para 2003 a 2010. Com a publicação da Lei nº 10.861, compatibilizaram-se as ações previstas no Plano Estratégico com o processo de avaliação institucional interno e as dimensões estabelecidas pelo SINAES.

As ações de auto-avaliação já desenvolvidas encontram-se no Relatório de Atividades do Programa de Auto-Avaliação Institucional da PUC-Campinas – PROAVI, encaminhado ao MEC em agosto de 2006[15].

[15] O relatório encontra-se disponível no site do PROAVI: www.puc-campinas.edu.br.

6 Comunicação Institucional

6.1 Desenvolvimento da Área na Universidade

Embora as atividades de comunicação na PUC-Campinas existam de longa data, a institucionalização do setor se deu a partir de 1980, com a criação da Assessoria de Comunicação, composta por dois jornalistas e um profissional de Relações Públicas. No final da década, em 1989, foi desmembrada em Assessoria de Imprensa e Assessoria de Relações Públicas. De 1989 a 1996, essas assessorias contaram com equipe constituída de Assessor Coordenador (editor do Jornal da PUC-Campinas, do boletim Contracheque, do boletim Agenda e assessor direto do Reitor); subeditor (responsável pelo acompanhamento da edição dos veículos e pela coordenação do trabalho de divulgação na ausência do assessor coordenador); jornalistas (responsáveis pelas reportagens para as duas publicações existentes, pelo trabalho de clipagem e pela divulgação externa); relações públicas e fotógrafo.

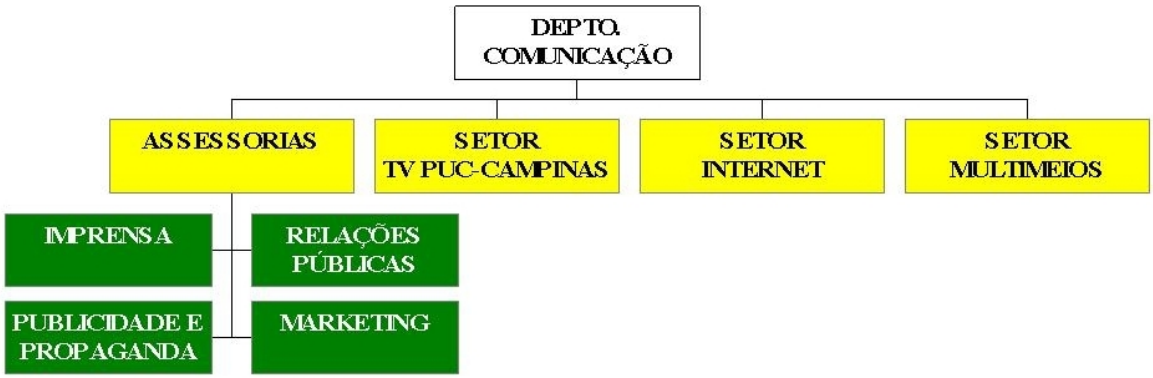
Em 1994, constitui-se um grupo formado pelo coordenador da Assessoria de Imprensa, pela coordenadora da Assessoria de Relações Públicas e por professores do então Instituto de Artes, Comunicação e Turismo, para a elaboração de um novo plano de comunicação para a Universidade.

A partir da administração da Reitoria iniciada em 1997 e contando com consultoria externa para a área de comunicação, foi implementada uma série de medidas que permitiram o redesenho da área. Nesse aspecto foram terceirizadas algumas atividades, especialmente assessoria de imprensa, elaboração dos veículos internos de comunicação, desenvolvimento de campanhas publicitárias dos cursos de graduação e pós-graduação, implementação de projeto de identidade institucional, desenvolvimento de pesquisas de opinião e marketing.

A área passou a ser gerenciada pela Assessoria de Planejamento da Reitoria, buscando-se a integração entre os diversos segmentos: assessoria de imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda e marketing.

Posteriormente dois outros setores foram acrescentados à área: o gerenciamento do conteúdo digital do **site** institucional e a criação da TV PUC-Campinas, simultaneamente à constituição do Canal Universitário de Campinas, consórcio que congrega outras 3 universidades com atividades locais.

Com a diferenciação e expansão da área, tornou-se necessário rever sua estrutura que acabou adquirindo o atual desenho de departamento, previsto no Estatuto e Regimento Geral da PUC-Campinas, conforme organograma a seguir:



A estrutura desenhada ainda não estava plenamente implantada, especialmente em relação à Coordenação do Departamento, Assessoria de Marketing e Coordenação do Setor de Multimeios, estando o Departamento ainda sob coordenação da área de planejamento da Reitoria. Em paralelo, as atividades da área de comunicação cresceram significativamente, como resposta à acirrada concorrência entre as IES da região, à necessidade de divulgação das atividades de pesquisa e extensão da PUC - Campinas e ao desenvolvimento dos próprios meios de comunicação - imprensa, televisão e internet.

Em 2004, o Departamento de Comunicação passou por mudanças. Um coordenador, que responde diretamente à Reitoria, assumiu o departamento com a responsabilidade de estruturar e integrar as áreas de Assessoria de Imprensa, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, TV PUC-Campinas e Internet. O escopo das atividades é ampliado e melhor definido. As ações e projetos passam a ter um planejamento anual. A partir de 2006, as atividades de comunicação do Hospital Celso Pierro são integradas ao Departamento de Comunicação da Universidade, mantendo-se a autonomia das áreas, mas alinhando-se suas ações e objetivos aos da PUC-Campinas.

6.2 Caracterização da Área de Comunicação

Considerando a evolução global da área, bem como a cultura institucional relativa às atividades de comunicação, nesse momento estão em desenvolvimento diretrizes e políticas de comunicação institucional, focando a comunicação interna, a identidade e o conceito institucional.

Relativamente às diferentes atividades e setores, indicam-se a seguir as suas características próprias, bem como o atual estágio de desenvolvimento.

6.2.1 Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Imprensa tem como missão consolidar a imagem da PUC-Campinas e sua comunidade universitária junto aos diferentes setores e segmentos sociais de interesse da Universidade, por meio da socialização do conhecimento produzido pelas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A divulgação externa atende às demandas de todas as unidades e órgãos universitários, alunos e professores, cuja integração a divulgação interna procura viabilizar.

A equipe da Assessoria de Imprensa atende as demandas de divulgação de todos os segmentos acadêmicos e administrativos da Instituição. Com relação ao trabalho da imprensa, hoje, as equipes da PUC-Campinas e do Hospital e Maternidade Celso Pierro vivem um momento de integração de suas atividades, compartilhando informações e experiências.

A Equipe do Departamento de Comunicação produz, também, o Jornal da PUC-Campinas, uma publicação quinzenal distribuída para alunos, ex-alunos, professores e funcionários, além das principais redações de veículos de comunicação do país e outras instituições parceiras. Além do jornal, sua equipe de jornalistas produz o Boletim Informativo, um veículo eletrônico que circula semanalmente pela Internet.

Atualmente, a PUC-Campinas conta com a prestação de serviço da Maxpress (empresa terceirizada), que mantém um mailing de imprensa, atualizado diariamente, com cerca de

10.500 veículos de comunicação (em rádios, TVs, revistas, Internet, jornais e agências de notícias em todo o Brasil).

A Assessoria de Imprensa também conta com amplo cadastro de informações sobre seus docentes (com suas especialidades, atribuições, capacitação, pesquisas e trabalhos acadêmicos) e alunos (com informações sobre temas de pesquisas de iniciação científica, atividades esportivas, atividades de monitoria, prêmios, atribuições acadêmicas, entre outras). Com base nesse cadastro, atende às solicitações dos veículos de comunicação, indica pautas para veículos externos e elabora pautas para os veículos internos. Esse cadastro é atualizado freqüentemente e pode ser consultado no Portal da PUC-Campinas, no link imprensa. Para a comunidade externa, a consulta permite localizar especialistas de diferentes áreas do conhecimento seja pelo nome do profissional, seja pela sua área de atuação. A gestão do cadastro é feita exclusivamente pela equipe do Departamento de Comunicação.

Atualmente, os clippings impressos e de TV são elaborados por duas empresas terceirizadas. O material recebido é analisado e as publicações separadas de acordo com as áreas de interesse e suas relações com os Centros e Reitoria. A análise das publicações dá um direcionamento à Universidade quanto à abrangência de repercussão das notícias em nível regional, nacional, mídia impressa, mídia TV, entre outras. Diariamente é realizada, também, a clipagem eletrônica dos jornais de Campinas e dos principais nacionais (O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo, Valor Econômico e Gazeta Mercantil), além de portais e sites da área de educação e saúde. Esse clipping é enviado por e-mail à equipe da Reitoria, Centros e Faculdades. O clipping eletrônico também fica disponível à comunidade interna e externa, no Portal PUC-Campinas.

Vale ressaltar que, em 2006, houve a criação do espaço Imprensa no Portal PUC-Campinas. Nesse local estão concentradas todas as informações da área de Comunicação e os serviços e produtos oferecidos pela equipe de Assessoria de Imprensa. No espaço Imprensa, a comunidade interna conta com a ferramenta Divulgue sua Pesquisa, que permite levar ao conhecimento da equipe de jornalistas teses, dissertações e pesquisas que estejam desenvolvendo e que podem ser divulgadas interna ou externamente. Já para alunos e funcionários em geral há a ferramenta Sugestão de Pauta, com a qual podem ser sugeridas propostas de assuntos para as publicações produzidas pela equipe. Esses canais têm o objetivo de agilizar as comunidades interna e externa, aproximando-as da equipe de assessoria de imprensa de maneira ágil e eficiente.

6.2.2 Reflexos das mudanças dos meios de comunicação e do ensino superior no trabalho da Assessoria de Imprensa

É notável que, nos últimos anos, ocorreram nítidas mudanças de perfil da cobertura noticiosa para os assuntos divulgados pela PUC-Campinas e por outras Instituições de Ensino Superior (IES) cujas veiculações acompanhamos com maior freqüência. A divulgação ganhou espaço na mídia *on-line* (**sites** noticiosos, blogs, *newsletters, Orkut*) e perdeu espaço na mídia convencional (especialmente nos jornais e TVs), que veicula assuntos sobre educação superior quando há forte apelo noticioso.

A mídia convencional vivenciou acentuada retração. Em Campinas, por exemplo, os principais jornais locais – Correio Popular e Diário do Povo – reduziram suas redações e a maioria das reportagens passou a ser feita pela agência da Rede Anhangüera de Comunicação. Com isso, houve praticamente a eliminação das editorias especializadas, com grande diminuição do número de repórteres no acompanhamento dos fatos, incluindo as coberturas de educação. Os grandes jornais do estado de São Paulo (Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo, Valor, Gazeta Mercantil) optaram pela cobertura do interior do estado como um todo, eliminando as sucursais.e mantendo apenas correspondentes locais.

As retransmissoras de TV locais mantêm equipes reduzidas, com destaque à EPTV que conserva inclusive os plantões de fim de semana. O radiojornalismo local mantém a primazia da Rádio CBN Campinas e ganhou espaço com a volta da Rádio Educativa, vinculada à Prefeitura de Campinas, e com outras emissoras em AM, cujos programas noticiosos foram ampliados.

Assim como a Assessoria de Imprensa da PUC-Campinas tem, hoje, condições de realizar divulgação em tempo real para veículos de todo o País, as redações dos veículos também recebem dezenas de *press releases* de assessorias de outras IES e órgãos da área de Educação de todo o País – sem contar o que chega por intermédio das agências de notícias nacionais e internacionais. Com mais assuntos e espaços cada vez mais "enxutos", os veículos não têm como atender a todos, o que leva os editores a estabelecerem critérios rigorosos de aproveitamento para os *press releases* sobre educação que chegam às redações.

Mesmo os veículos menores, de cidades pequenas do interior, têm acesso às mesmas informações, já que seus correios eletrônicos também se encontram cadastrados em

mailing de assessorias de IES de todo o País. Vale ressaltar que esses veículos priorizam a divulgação de assuntos sobre as IES de suas respectivas regiões.

As novas IES – em especial as que integram grandes grupos nacionais e estrangeiros – têm obtido espaço na mídia com estratégias de divulgação agressivas ou pesados investimentos em publicidade. Com base em avaliação de reportagens, entrevistas e editoriais sobre as IES constantes dos nossos *clippings* dos últimos anos, pode-se considerar que os itens abaixo terão influência no trabalho de divulgação da PUC-Campinas nos próximos anos:

- Grande crescimento do ensino superior nos últimos cinco anos. Grande parte das matérias e editoriais constantes dos nossos *clippings* evidencia que o notável aumento de IES está vinculado à imagem de perda de qualidade do ensino superior, indicando suspeitas de que esteja havendo um retrocesso qualitativo do ensino superior nacional. Como o crescimento vem-se dando sobretudo entre IES particulares, os jornalistas presumem que esteja havendo um processo de mercantilização do ensino superior, inclusive em universidades com maior tradição, como a PUC-Campinas.
- A natureza comunitária da PUC - Campinas. As IES privadas buscam diferenciar sua imagem mostrando-se altamente competitivas, afinadas com exigências vanguardistas do mercado de trabalho e por disporem de infra-estrutura das mais avançadas. A PUC-Campinas está no âmbito das universidades preocupadas com o aperfeiçoamento dos seus quadros, com um ensino de tradição e com uma formação humanista, condizente com seu estatuto de Universidade católica comunitária.
- Controle de qualidade e valor das mensalidades. Para IES com visibilidade como a PUC-Campinas, tende a haver maior cobrança por parte dos jornalistas no tocante à equivalência custo/qualidade, principalmente porque está em queda o poder aquisitivo da classe média (seu principal público leitor), que passa a exigir mais para justificar o que investe na educação superior.
- Imagem do ensino superior regional. A Unicamp é reconhecida pela chamada grande imprensa, especialmente por ter respeitada comunidade de pesquisadores. Juntamente com a PUC-Campinas, tornam-se ambas a mais forte referência do ensino superior regional.

- Grande crescimento na oferta de cursos de pós-graduação e maiores perspectivas de expansão de oferta para os próximos anos. Universidades, Faculdades e Centros Universitários de Campinas e da região vêm investindo consideravelmente e de forma agressiva nesse quesito, oferecendo cursos atuais e de grande apelo ao mercado de trabalho.
- Crescimento das atividades de pesquisa na PUC – Campinas. A divulgação das pesquisas é fundamental para o fortalecimento da imagem institucional da Universidade e para repercutir assuntos em evidência. Uma fonte universitária tem maior confiabilidade quando suas opiniões são respaldadas por atividades de pesquisa. Portanto, quanto maior a afinidade da Assessoria de Imprensa com os coordenadores de pesquisas das diferentes áreas, mais espaço a PUC-Campinas conquistará nos veículos de comunicação.
- Ensino superior, mercado de trabalho e ensino continuado. A PUC-Campinas tem como importante diferencial suas atividades de estágio internas ou em empresas. Uma das grandes preocupações dos vestibulandos, hoje, é também a possibilidade de a instituição oferecer formação continuada, para que o graduando possa continuar os estudos.
- Ensino a distância. É um assunto forte, decisivo para a imagem de modernidade de uma IES. Há expectativa de crescimento do ensino superior a distância no País para os próximos anos, inclusive de graduação. Esse item está relacionado com a imagem das IES de que investimentos em tecnologias de apoio ao ensino são um diferencial que denota avanço educacional afinado com a globalização.
- Inclusão social e redução das desigualdades sociais. Um dos grandes apelos da PUC-Campinas, como Universidade católica e comunitária, tem sido o investimento social, inclusive como forma de capacitar seus alunos para o exercício profissional, com espírito de solidariedade.

6.2.3 Propaganda e Marketing

A área de Propaganda e Marketing consta do novo Estatuto da Universidade e, em 1996, foi realizada a primeira ação na área da propaganda com o desenvolvimento da

campanha para o Vestibular. O objetivo foi profissionalizar a divulgação e fortalecer a imagem da Instituição. Hoje, o setor de Propaganda tem em seu escopo diversas atividades que serão relatadas abaixo. As atividades de marketing concentram-se em atividades e projetos pertinentes à área, como pesquisas e levantamentos de dados sobre a qualidade dos cursos, perfil dos futuros alunos, grau de satisfação dos alunos, mapeamento da concorrência na região e suas ações e projetos de aproximação com o futuro cliente.

A área tem como função colaborar para o desenvolvimento de estratégias para a comunicação, por meio de análises de dados sobre mercado, concorrência e cliente, com base no posicionamento da Instituição frente a essas questões. E nas atividades de propaganda objetiva sustentar e fortalecer a marca PUC-Campinas e ressaltar suas potencialidades, identificando e promovendo as sinergias existentes com o Hospital e Maternidade Celso Pierro (Hospital Universitário) e com o Colégio de Aplicação Pio XII.

São atividades desenvolvidas pela Área de Propaganda:

- Acompanhamento das diversas etapas que envolvem a Campanha do Vestibular, incluindo elaboração de calendário de divulgação, de **briefing**, acompanhamento da campanha, análise da produção das peças publicitárias e de sua veiculação; acompanhamento e controle de demais ações extras, propostas pelas agências, como ações promocionais.
- Planejamento de anúncios de divulgação da Universidade: definição do assunto, do conteúdo e acompanhamento de layout apresentado pela agência.
- Elaboração dos conteúdos e layouts para os materiais de divulgação promocionais ou institucionais dos diversos departamentos da Universidade e o planejamento de mídia para a divulgação de eventos e projetos.
- Planejamento e acompanhamento de projetos institucionais especiais, incluindo o planejamento de mídia.
- Planejamento e acompanhamento de pesquisas desenvolvidas por empresa terceirizada.
- Análises, sugestões e efetivação de projetos culturais.
- Elaboração de norma padrão (publicada como Resolução Normativa em fevereiro de 2007) para o uso da logomarca e símbolos de identidade visual

da Universidade junto à comunidade interna e externa, ficando também à Propaganda a responsabilidade de garantir o uso correto da marca.

O novo cenário nacional e o profundo processo de transformação do setor de educação possibilitaram a abertura de novos mercados, o aumento da demanda e a profissionalização do setor, caracterizando-se por:

- Crescimento do número de concluintes do ensino médio.
- Necessidade de uma educação continuada para os profissionais, por meio de cursos de pós-graduação.
- Inexistência de fronteiras com o Ensino a Distância, podendo o cliente estar em outro local do território nacional.

O acirramento da concorrência do setor está exigindo que as instituições criem estratégias para alcançarem suas metas e mostrarem seu diferencial. A importância de planejar e mostrar ao mercado suas potencialidades está cada vez mais clara para as Instituições.

A PUC-Campinas é uma Universidade com uma marca forte e de credibilidade. Construiu sua história em alicerces como qualidade de ensino, serviço à comunidade e compromisso social. Suas ações estão registradas na vida da cidade, o que lhe garante a confiança da população.

Só uma grande Universidade pode oferecer um elenco de 41 cursos de graduação, primando pela qualidade. Muitos dos seus professores são profissionais de destaque em sua área de atuação, assim como seus ex-alunos. Desenvolve projetos em áreas de extensão e pesquisa, proporcionando aos alunos uma formação abrangente.

A PUC-Campinas tem vários diferenciais que possibilitam projetar a Instituição junto ao público-alvo, ressaltar o valor que seu nome representa no mercado e estabelecer com a comunidade interna e externa um relacionamento qualitativo.

Para manter um nome, uma marca de sucesso, é preciso estar presente na vida da sociedade, mostrando seus projetos e sua qualidade de forma contínua.

6.2.4 Relações Públicas

Em 1988, o setor era constituído por 01 Assistente de Relações Públicas, 01 Assessor de Relações Públicas e 02 estagiários e, a partir de 1996, passou a ser composta de dois funcionários e centralizou todas as ações de relações públicas da Universidade.

A partir de 2006, passou a ser denominado Setor de Relações Públicas e foi composto por dois profissionais de Relações Públicas e dois estagiários que executavam atividades pertinentes à área, tanto para Reitoria como para os Centros e as Faculdades.

O Departamento assessorou, até 2006, as Faculdades, principalmente nos eventos acadêmico-institucionais. Essa ação trouxe efeitos positivos para a Instituição, uma vez que os eventos são uma ferramenta de comunicação eficaz para o reforço da imagem Institucional da Universidade. Tal fato se justifica quando é possível orientar as unidades quanto ao foco do evento e fazer com que seu tema se torne algo atrativo para a divulgação na mídia. Outro fator importante é que, sendo o Setor parte do Departamento de Comunicação e sendo o evento coordenado pela Assessoria, é possível desencadear pauta para Assessoria de Imprensa e para a TV PUC-Campinas. Também tem sido favorável a assessoria dada ao Hospital Celso Pierro. É oportuno destacar que o Departamento de Comunicação também tem criado um ambiente propício para realização e divulgação de atividades culturais.

A área também tem tido credibilidade junto aos diversos setores da Universidade e da opinião pública com ações promocionais que marcam a imagem institucional e a valorização de seu público.

A partir de 2007, o Departamento de Comunicação descentralizará as execuções dos eventos acadêmicos e cada Centro passará a ser responsável pela produção e execução de seus eventos. Isso será possível a partir do projeto de gestão descentralizada dos orçamentos, promovido pela Pró-reitoria de Administração em 2006.

Além de fornecer apoio às solicitações, a área também tem como atividade cotidiana o desenvolvimento de projetos e ações que permeiam a atividade de Relações Públicas, como desenvolvimento de projetos culturais, produção de materiais promocionais e institucionais e projetos especiais.

O Setor de Relações Públicas passa por reformulação a partir de 2007. Assume como principais atividades a elaboração e revisão das Normas do Cerimonial e Protocolo da

Universidade; a atualização e manutenção do mailing da Universidade; a organização de todas as solenidades de caráter institucional; o apoio ao planejamento e execução dos eventos acadêmicos; o desenvolvimento de fornecedores de serviços para eventos, juntamente com outros setores para atendimento das demandas da Universidade; a manutenção da agenda de eventos do Portal da PUC-Campinas; o desenvolvimento do Projeto Formaturas – o qual internalizará todas as colações de grau dos cursos de graduação, fazendo com que a Colação de Grau oficial também seja festiva. Nesse sentido busca identificar e valorizar os rituais corporativos que fortaleçam a cultura da Universidade, como o resgate da Aula Magna que dá início às atividades letivas do ano, entre outros.

6.2.5 Internet

Para uma instituição como a PUC-Campinas, um **site** é de fundamental relevância. Na área da comunicação a Internet veicula a imagem da Universidade para diferentes e amplos espaços que extrapolam o espaço físico territorial, tornando-se uma ferramenta de divulgação das atividades e da produção técnica e científica. Também é meio propício para o oferecimento de conteúdos e serviços específicos, voltados a todos os públicos da comunidade acadêmica (alunos, funcionários e professores) e egressos. Dentro dessa lógica, quanto mais bem estruturado, planejado e produzido o **site** da PUC-Campinas, melhor a aceitação, a credibilidade e a visibilidade da instituição.

O setor Internet PUC-Campinas foi implementado em 2002. Sua finalidade era responder às demandas relacionadas à sua área de atuação e suprir a necessidade de uma presença efetiva da instituição no espaço público virtual, de modo a atender aos requisitos de um **Portal** moderno, funcional e eficiente, além de estabelecer regras, conceitos e normas para a utilização dos recursos que desenvolve e dispõe para o meio digital.

Os processos de trabalho e a concepção de atendimento às demandas da instituição pela web vêm sendo consolidados desde a instituição do Setor que, em 2006, conta com o trabalho de um jornalista para a adequação e publicação dos conteúdos no ambiente hipertextual e multimídia (redator web); de um programador, para o desenvolvimento de aplicativos tecnológicos adequados ao meio para o atendimento às necessidades de sistemas em tempo afinado à dinâmica da comunicação; de um web-designer, para a

criação e desenvolvimento da identidade visual das páginas; e de um coordenador, que promove a articulação dessas atividades e projeta a direção das iniciativas desenvolvidas na perspectiva de uma comunicação digital atualizada e afinada com as tecnologias web mais recentes e comprometida com o projeto da Universidade.

Em 2006, as estruturas informacional, editorial e visual implementadas desde 2003 serviram de base para o desenvolvimento de um novo projeto para o Portal PUC-Campinas. Atualizado com as mais recentes concepções de web, linha editorial articulada com a política de comunicação da Universidade e um novo fluxo descentralizado para a publicação e manutenção das páginas, teve uma concepção visual reformulada e adequada a essas propostas.

6.2.6 TV PUC-Campinas

A TV PUC Campinas consolidou-se como mídia educativa, que visa buscar a promoção e a divulgação da cultura, ciência, cidadania e solidariedade. Foram inúmeras conquistas alcançadas num período cujo objetivo principal era se estabelecer como um canal alternativo e de qualidade que buscasse, com uma programação educacional, firmar-se frente à sociedade como um todo, sendo referência no âmbito televisivo campineiro.

Neste curto período de tempo, já obteve várias conquistas, ora nos reconhecimentos oficiais, como o Prêmio FEAC de Televisão, ora nas produções de documentários e reportagens, como a cobertura do 14º Congresso Eucarístico Nacional, da CIENTEC 2001, da morte do Prefeito Antonio da Costa Santos.

A TV mantém contato e reforça a participação da comunidade acadêmica em suas atividades. Esse fator torna-se perceptível nos contatos cada vez mais constantes entre a comunidade e a TV, o que mostra um amadurecimento no processo de construção das relações entre esse setor e a comunidade, permitindo maior integração e participação no produto final. A TV PUC-Campinas tem buscado realçar em sua grade programas que visam contemplar as demandas da comunidade acadêmica, tornando-se forte aliada no campo da educação.

Com sete anos de exibição, a TV PUC Campinas chega à casa de três mil e quinhentos programas. Esses constituem, além da memória da própria TV, da PUC Campinas, da cidade e da região, um acervo pedagógico que está sendo indexado pela Videoteca

Digital, desenvolvida em parceria com o SBI, Sistema de Biblioteca e Informação. Tal projeto objetiva estudar e viabilizar a compressão dos conteúdos selecionados para torná-los acessíveis (sob demanda) pela Internet e por outras tecnologias que propiciem a disseminação e socialização desse rico acervo educacional.

Diante das perspectivas abertas pelo processo mundial de digitalização, desde o final de 2004, os programas finalizados e exibidos estão sendo masterizados (original) em DVD (compressão MPEG 2) já com vistas às futuras aplicações.

Na construção dos caminhos da era digital na PUC–Campinas, um marco decisório foi a implantação do Laboratório de Produção de Conteúdos para TV Digital, com estúdio, ilhas de edição e central de corte (switcher de vídeo), além de outras áreas.

O Laboratório de Produção de Conteúdos é o espaço para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de experimentação nas amplas perspectivas abertas com a implantação da TV Digital no Brasil, de modo especial nos aspectos relativos à produção, geração e distribuição de conteúdos multi e interdisciplinares, com características de interatividade, apropriação tecnológica e inclusão.

Nesse contexto, a parceria PUC-CPqD foi ampliada com a entrada da FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, entidade de reconhecida competência no segmento de inclusão social, para o gerenciamento tripartite do Laboratório, que se insere também como espaço estratégico para o desenvolvimento de projetos institucionais baseados no tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como na capacitação e aprimoramento profissional nos mais diferentes níveis funcionais da comunidade acadêmica, de modo particular docentes e funcionários.

O Laboratório está integrado também à Rede Giga, que reúne instituições de ensino e científicas no desenvolvimento de pesquisas em banda larga. Como exemplo, o projeto piloto de implantação da RITU - Rede de Intercâmbio de TVs Universitárias, que vai operar junto com a RNP - Rede Nacional de Pesquisa, envolvendo, nessa primeira fase, oito instituições de ensino superior, entre elas a PUC-Campinas.

A implantação do Laboratório incentivou também a criação da TV PUC - Campinas Interna, que resultou na montagem de infra-estrutura operacional para produção e distribuição de uma programação especial da TV PUC para televisores espalhados estrategicamente pelos *campi*, com aplicação de tecnologia IPTV, bem como pela Intranet, com perspectivas de conteúdos interativos, tendo como plataforma operacional a

rede de fibras óticas já em funcionamento interligando campi e pontos dentro deles, bem como o Hospital e Maternidade Celso Pierro e Colégio Pio XII.

No aspecto da comunicação segmentada, o circuito interno de TV objetiva, ainda, interligar auditórios, salas de aulas, centros cirúrgicos, clínicas e áreas do Hospital Universitário e do Centro de Ciências da Vida, por meio de sistemas, contribuindo para o aprimoramento da interface aluno-professor, bem como para integração com outros centros de referência em Campinas, região, Brasil e Exterior.

Para tanto, passou-se a ter, no espaço do Laboratório, um Centro de TV para produção, geração e distribuição de conteúdos por diversas tecnologias, embasada também nas bem sucedidas experiências realizadas ao longo desses dois últimos com transmissões de eventos técnico-científicos, culturais e de cunho social.

O desafio de falar diretamente com a comunidade interna, especialmente alunos, vai implicar a busca de novos formatos de linguagem e conteúdos para as produções. Desafio que, com certeza, vai contribuir para o projeto pedagógico institucional, bem como para o desenvolvimento, pela Universidade, de projetos de ensino, pesquisa e extensão na premissa de integração expressa como ação estratégica. Construir com a comunidade o aprimoramento do modelo de atuação da TV PUC Campinas em suas múltiplas interfaces de integração será uma experiência de crescimento compromissada com o padrão de qualidade, respeito e credibilidade, que são marcas da TV PUC Campinas.

7 Relacionamento Institucional

O Departamento de Relações Externas da PUC-Campinas, instituído no Estatuto da PUC-Campinas como órgão auxiliar da Reitoria, “tem por objetivo viabilizar a inserção da Universidade no âmbito nacional e internacional, bem como auxiliar na qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão”. (art. 14 do Regimento Geral). Teve sua origem no trabalho desenvolvido pela Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais - ARII da extinta Coordenadoria de Estudo e Apoio à Pesquisa – CEAP, de agosto de 1996 ao final de 2001.

A evolução da área - de ações inicialmente ocasionais e aleatórias, passando pela implantação experimental na CEAP, até constituir componente da estrutura organizacional da Universidade - aconteceu a partir de iniciativas de trabalho individuais de professores, alunos e gestores até meados dos anos 90. A partir de então, tornou-se objeto de projeto específico de implantação setorial sob responsabilidade de sua Coordenação, compartilhada com a Reitoria e o Departamento de Planejamento e Organização, e apoio da Consultoria KPMG.

A partir de 2006, o Departamento passa por outra revisão, com a mudança de coordenação e a solicitação, por parte da Reitoria, a partir da análise das atividades realizadas, da regulamentação das atividades, definição de atribuições e criação e implementação de seus setores internos. Tais setores devem responder amplamente pelas questões de cooperação institucional/acadêmica, em que a mobilidade discente da graduação tem sido o único viés de maior expressão. Ainda assim, precisa ser ampliado significativamente o envio e a acolhida de alunos (para/de instituições nacionais ou estrangeiras).

7.1 Evolução e Caracterização Global da Área

A área de Relações Externas, conforme denominação adotada pelo novo Estatuto da PUC-Campinas, e com atribuições pouco desenvolvidas no Regimento Interno, passou a ser identificada institucionalmente como atividade em operação a partir de agosto de 1996, com a criação da Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais – ARII, alocada no Setor de Convênios da extinta Coordenadoria de Estudo e Apoio à Pesquisa – CEAP.

A ARII teve como objetivos de trabalho, inicialmente:

- Atendimento ao expediente documental (recebimentos e encaminhamentos).
- Resolução de pendências relativas a ações de Cooperação Internacional como a elaboração e a orientação para o estabelecimento de Convênios, Protocolos e Acordos.
- Identificação e a avaliação das demandas internas e externas.

- Introdução da discussão de finalidade e proposição de meios para a implementação de uma política de Cooperação Internacional na PUC-Campinas, geradora de uma prática consistente na área.

As condições operacionais com as quais a ARII contou durante cinco anos e meio foram basicamente a atuação de uma Assessora, com remuneração de 8 (oito) horas-semanais, com apoio eventual da CEAP e do Laboratório do Habitat – L'Habitat da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Ao longo do período mencionado, as atividades básicas desempenhadas pela ARII foram:

- Recebimento, encaminhamento e expedição de documentação sobre oportunidades acadêmicas no exterior (Programas e Projetos oferecidos por Universidades, Agências de Fomento Governamentais, Privadas e Não-Governamentais).
- Início do processo de identificação de interlocutores na PUC-Campinas (professores, pesquisadores, fontes de consulta) por solicitação de usuários externos.
- Elaboração de Boletim Eletrônico periódico contendo informações sobre oportunidades acadêmicas no exterior.
- Atendimento e orientação a alunos, professores e consultores externos quanto às informações divulgadas e questões gerais relacionadas à Cooperação Internacional, incluindo o apoio à elaboração de documentação específica.
- Recepção de representantes de Universidades e Instituições estrangeiras.
- Participação e representação institucional em eventos e reuniões específicas.
- Atualização da informação institucional sobre a PUC-Campinas junto às Agências, Embaixadas e Organismos ligados à Cooperação Institucional e Internacional.
- Inserção da PUC-Campinas em Programas de Cooperação Internacional.
- Apoio à busca de recursos materiais e financeiros para a prática da Cooperação Internacional.
- Organização e promoção de eventos relacionados à Cooperação Institucional e Internacional.

- Estudo, desenvolvimento e discussão de conteúdos críticos sobre Cooperação Internacional, objetivando-se a consolidação de uma cultura interna e de futura política institucional na área.
- Gestão acadêmico-administrativa (organização de atividades, definição de recursos, acompanhamento acadêmico-social dos participantes, difusão de informação; desenvolvimento de procedimentos internos em conjunto com os demais setores) de Programas de Cooperação Internacional, em especial o Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G), operado em conjunto com o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores; o Programa de Cooperação Interuniversitária-PCI do Governo Espanhol, co-patrocinado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional-AECI; e o Programa IAESTE, operado em conjunto com a Central de Intercâmbio.

A persistência em tais atividades conduziu ao reconhecimento da relevância das Relações Internacionais e Interinstitucionais (RII) para o desenvolvimento da Universidade.

Mediante a demonstração de crescimento das demandas de Cooperação Internacional, principalmente no tocante aos programas de mobilidade acadêmica, a Universidade foi ampliando os recursos financeiros e materiais para sua viabilização.

A intensificação dos resultados e as demandas endógenas e exógenas motivaram a consolidação da área de Relações Internacionais e Interinstitucionais como um componente da missão institucional, com reconhecida influência sobre seu projeto pedagógico e determinante do planejamento estratégico da Universidade.

E é nesse contexto, portanto, que foi criado o Departamento de Relações Externas-DRE no âmbito do novo Estatuto, iniciando-se efetivamente a partir de abril de 2002 - um segundo estágio de desenvolvimento para a área. Instituiu-se a Coordenação e destinou-se ao setor uma estrutura inicial permanente de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.

O Departamento de Relações Externas teve, de 2002 a 2005, um caminho de tentativa de implantação institucional, embasado nas experiências e práticas pregressas da extinta Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais, focando a melhoria de desempenho da área internacional, deixando, ainda, por serem desenvolvidas, as ações no âmbito nacional, além de toda a regulamentação das atividades desenvolvidas.

Em 2006 é solicitada a revisão das atividades, definição dos regulamentos e das atribuições do Departamento. Nessa perspectiva, pode-se considerar o estágio atual de desempenho do DRE da seguinte forma:

Atividades	Estágio em 2002	Estágio em 2006
Recebimento e encaminhamento de documentação específica; Análise e difusão da informação	Normal, otimizada pelo apoio do Laboratório de Informática da FAU e veículos de comunicação (Revistas, boletins eletrônicos, TV-PUC, etc.) da PUC-Campinas;	Otimizada, Em 2007 inicia a fase de avaliação após a construção, em 2006, de Agenda de Relações Externas – projeto Estratégico 2006. Esboço do site de Relações Externas com apoio do DCOM (Setor Internet, Assessoria de Imprensa, Jornal da PUC e TV-PUC)
Atendimento aos usuários, externos e internos, no estabelecimento de contatos e facilitação de interlocução	Normal, com eventuais restrições (cultura e condições internas de acesso e operacionalização);	Otimizada, pela construção de vínculos entre o Departamento e as diversas áreas da PUC-Campinas com vistas a agilizar os contatos com as áreas-fim (DRE sempre levando ao conhecimento e servindo de órgão-meio no auxílio aos encaminhamentos das áreas-fim)
Elaboração de Boletim e Informativos periódicos sobre oportunidades acadêmicas e profissionais no exterior	Reprimida, em fase de revisão de procedimentos e retomada da sistemática anterior, a partir da nova estrutura de trabalho;	Em análise, com vistas à definição da melhor forma de elaboração, aproximação e divulgação (Departamento de Comunicação).
Atendimento e orientação a alunos, professores, funcionários e consultores externos sobre oportunidades acadêmicas no exterior, informações divulgadas e questões gerais relacionadas às Relações interistitucionais (nacionais e internacionais)	Normal, com eventuais restrições, em função de revisão de procedimentos e retomada de sistemática a partir da nova estrutura de trabalho;	Em análise, avaliação das ações anteriores a partir de entrevistas com o público interessado, compilação de perguntas mais freqüentes (FAQ ainda sendo compiladas) a definição de Manuais de Envio e Acolhida de alunos.
Recepção de Representantes de Universidade e Instituições estrangeiras	Normal, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade;	Reprimida devido à necessidade de definições de procedimentos.
Participação e representação institucional em entidades da área, eventos, reuniões específicas e missões de reconhecimento.	Normal, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade.	Reprimida em função da premente construção de regulamento sobre Representação Institucional (com Reitoria e Pró-Reitorias).
Elaboração de instrumentos e procedimentos para ações de Cooperação Nacional e Internacional (Termos de Convênio/ Acordos, Fluxos, competências).	Reprimida, em função de falta de definição de política interna para atuação na área;	Em desenvolvimento com Grupo de Trabalho, constituído pelo Magnífico Reitor, a pedido, e sob coordenação, do DRE.
Atualização da informação institucional da PUC-Campinas externamente	Normal, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade e com restrições em função da falta de definição de política interna para atuação na área;	Em análise, com vistas à definição da melhor forma de elaboração, aproximação e divulgação (Departamento de Comunicação).
Inserção da PUC-Campinas em Programas e Projetos	Normal, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade e com restrições em função da falta de definição de política interna para atuação na área;	Existente, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade. Em vias de desenho/ estruturação de setor específico dentro do Departamento para o trato de tais questões.
Apoio à busca de recursos materiais e financeiros para a prática das Relações Institucionais (Nacionais e Internacionais)	Reprimida, em função da deficiência operacional do setor até 2002, mas com potencial de crescimento caso haja definição de política interna para atuação na área;	Existente, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade. Em vias de desenho/ estruturação de setor específico dentro do Departamento para o trato de tais questões. Revisões de atribuições e de estrutura a serem aprovadas (2007) e consolidadas em 2007-2012.
Organização e promoção de eventos relacionados à prática das Relações Institucionais (Nacionais e Internacionais)	Normal, embora com intensidade ainda reduzida em função da deficiência operacional do setor até 2002, mas com potencial de crescimento a partir da consolidação da nova estrutura de trabalho;	Existente, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade. Em vias de desenho/ estruturação de setor específico dentro do Departamento para o trato de tais questões.

Atividades	Estágio em 2002	Estágio em 2006
Desenvolvimento e promoção de discussão dos conteúdos críticos sobre Relações Acadêmicas Nacionais e Internacionais visando a consolidação de cultura e políticas internas	Normal, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade e com potencial de crescimento a partir da consolidação da nova estrutura de trabalho;	Existente, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade. Somente no âmbito das Pró-Reitorias e do Grupo de Trabalho. Possibilidade de debate nos Centros e Faculdades em 2007.
Gestão acadêmico-administrativa de Programas de Cooperação Internacional	Normal, mas com intensidade ainda reduzida, frente ao potencial da Universidade e com potencial de crescimento a partir da consolidação da nova estrutura de trabalho e sua eventual ampliação futura;	Normal, mas com intensidade ainda reduzida devido à implantação dos setores do Departamento. Em 2006 foi iniciado um movimento para ampliação substancial dos convênios de mobilidade acadêmica da graduação, além da definição de posturas institucionais para a cooperação nacional e internacional na pesquisa e a pós-graduação.

Face ao exposto acima, conclui-se que o DRE, a despeito da necessidade de adaptação às novas condições operacionais, apresenta perspectivas inequívocas de desenvolvimento em sua área de atuação, a partir da inserção organizacional a este atribuída. Diferentemente do período de 2002-2005, o Departamento constrói, hoje, seus vínculos com as demais áreas da Universidade e se faz mais atuante, chegando a um terceiro momento de amadurecimento.

Devemos ressaltar a nova condição com a mudança de espaço físico. A partir de junho de 2006, o Departamento está muito bem instalado, em espaço que deverá conter os setores - em estágio de proposta, com vistas a responder a todas as demandas feitas. O nome 'Relações Externas' dá margem a outros entendimentos de atuação (responsáveis por órgãos da Universidade questionam se o *marketing de relacionamento*, que não nos está atribuído, também não estaria sob responsabilidade do DRE). Em função desse falso entendimento (seria muito mais amplo face às atribuições do Departamento), em 2006 foi iniciado o debate sobre o melhor nome, que deverá ser definido em 2007.

Entende-se como missão da área de Relações Externas (Cooperação Interinstitucional – nacional e internacional) na PUC-Campinas, prestar auxílio e orientação à comunidade acadêmica na inserção das dimensões de cooperação e mobilidade nacional e internacional às funções de ensino, pesquisa, extensão e serviços da Universidade.

Tal propósito pode e deve ser ampliado para viabilizar a consolidação do reconhecimento institucional da Universidade no âmbito nacional e internacional e contribuir para a construção de conhecimento específico, para a contínua evolução da Instituição nesse campo e sua participação no desenvolvimento do ensino superior brasileiro no exercício das Relações Internacionais Acadêmicas nacionais e internacionais.

A atuação do DRE, portanto, deverá pautar-se pelo empenho em estimular a comunidade universitária a compreender e integrar-se com outras culturas. Promoverá ações de

caráter inovador que, acrescendo-se aos processos tradicionais e locais de ensino-aprendizagem, venham a contribuir para o aperfeiçoamento da formação profissional dos estudantes, permitindo-lhes agir como cidadãos globais, com consciência crítica e competência técnica.

Nessa direção, a prática da Cooperação Interinstitucional deverá constituir importante elemento de motivação para o contato com outras leituras da realidade, para a troca de experiências, para a curiosidade e a aventura no saber.

Complementarmente, mediante a constância e a permanência das ações de internacionalização do ensino, aplicadas aos vários níveis educacionais da Instituição, espera-se contribuir para o estímulo da comunidade no desenvolvimento de processos individuais e coletivos dos métodos de aprender, em uma perspectiva continuada.

Em especial, e em consonância com os compromissos da Instituição expressos em seu Estatuto, no Título I – Da Natureza e Finalidades, considerar-se-á como objetivo principal do trabalho do DRE a inserção da Cooperação Interinstitucional para:

- contribuir com o aperfeiçoamento da formação profissional dos alunos, em termos do campo de conhecimento específico (conteúdos/ métodos), visando o desenvolvimento de outras habilidades, por exemplo, a capacidade de cooperar criticamente;
- agregar valor às atividades hoje realizadas, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, visando a sua utilização como um parâmetro de qualidade a ser praticado pela Universidade, inclusive para efeito de avaliação interna e externa;
- contribuir para o incremento quali-quantitativo da formação de pesquisadores e do aperfeiçoamento docente;
- explicitar o compromisso institucional com a educação a serviço da paz;
- contribuir para o aprimoramento institucional, em termos das opções de posicionamento estratégico no contexto da educação brasileira e internacional;
- interagir com os propósitos da política externa brasileira, no âmbito da atuação da Instituição;
- contribuir para a promoção social da comunidade acadêmica em seu conjunto, principalmente pelo crescimento pessoal.

Colocam-se, até o momento, as seguintes diretrizes para a atuação do DRE:

- **Aplicar estratégias apropriadas** para a estimular o afloramento e a explicitação das potenciais formas de atuação da Instituição, em seu conjunto, no campo da Cooperação Interinstitucional, considerando o Departamento como facilitador/meio para Reitoria e seus órgãos, Pró-Reitorias, Centros e Faculdades.
- **Elaborar métodos e procedimentos e identificar meios** para se inserir a Cooperação Interinstitucional como prioridade e elemento estratégico de desenvolvimento no âmbito do Projeto Institucional.
- **Desenvolver proposições para o estabelecimento de políticas para a área**, que contenham, no mínimo, etapas de:
  - análise de problemas (orientação para a análise de cada questão e de seu contexto);
  - desenvolvimento da Política (seleção de objetivos e estratégias, consideração de meios/instrumentos/recursos/prazos);
  - definição da Política (tomada de decisão no momento, determinação do perfil final da política adotada);
  - implementação da Política (estratégias, instrumentos e recursos disponíveis; planejamento preciso das ações; avaliação dos meios; processo de gerenciamento ou gestão; avaliação sistemática);
  - avaliação da Política (avaliação sucinta do processo e resultados; gestão da qualidade; revisão do perfil adotado).

Encontram-se estabelecidas e em prática, até o momento, as seguintes diretrizes para a atuação do DRE na PUC-Campinas:

- **Dinamização das demandas existentes**: as ações implicam, principalmente, a viabilização do acesso à informação especializada sobre Cooperação Interinstitucional; a participação de alunos, professores e gestores em programas de mobilidade; a orientação e o encaminhamento de propostas e questões formuladas pela comunidade sobre Cooperação Interinstitucional aos setores competentes da Universidade; a confirmação da existência de canais de comunicação entre a comunidade e a Administração Superior; a

elaboração compartilhada de procedimentos e meios para a prática das Relações Interinstitucionais (Implementação satisfatória, com potencial de desenvolvimento).

- **Criação de novas demandas desejáveis**: as ações implicam, principalmente, a identificação de áreas de atuação pouco ou não-exploradas pela Universidade, e que tenham significado estratégico. Por exemplo: desenvolvimento de pesquisas conjuntas com instituições estrangeiras renomadas; idem em relação a programas de formação compartilhados e publicações conjuntas; recursos de aperfeiçoamento lingüístico de professores, alunos, funcionários e gestores (Implementação insipiente).
- **Otimização de características e especialidades internas:** as ações implicam, principalmente, a identificação de pontos fortes e das fragilidades da Instituição, buscando-se dinamizar e otimizar os bons resultados e contribuir para a superação das deficiências, com as possibilidades oferecidas pela prática das Relações Interinstitucionais. Por exemplo: a concentração das atividades dos alunos de intercâmbio estrangeiros (em especial, europeus) nos laboratórios/centros/núcleos extensionistas da PUC-Campinas, para provê-los de experiência prática; ou a intensificação da presença de estudantes estrangeiros em classe, objetivando-se a promoção da interculturalidade, a flexibilização do convívio, o rompimento de preconceitos, etc. (Implementação satisfatória, com potencial de desenvolvimento).
- **Busca de abrangência coletiva e duradoura**: as ações implicam, principalmente, promover a difusão dos recursos e, conseqüentemente, o compartilhamento dos resultados obtidos nas atividades implementadas, pelo maior número possível de pessoas, interna e externamente à Instituição. Por exemplo, o estímulo à criação da “rede de interlocutores”, constituída por grupos de professores, alunos e funcionários, progressivamente introduzidos nas peculiaridades da área, e convidados a comporem uma superfície institucional de expansão do trabalho do DRE; o estímulo à participação da comunidade em programas baseados em redes de cooperação interuniversitária; a orientação para a difusão dos resultados das experiências vivenciadas individualmente dentro da comunidade; a manutenção de constância na divulgação pública de resultados; etc. (Implementação satisfatória, com potencial de desenvolvimento).

- **Investimento em capacitação na área**: as ações implicam, principalmente, a intensificação da qualificação profissional de gestores e dirigentes nas peculiaridades da área; o estímulo à inserção de conteúdos e estratégias específicas para atuação na área. Por exemplo, o aperfeiçoamento profissional das equipes responsáveis pela definição e pela implementação das políticas (conhecimento específico, domínio de procedimentos específicos, domínio de línguas estrangeiras, etc.); a ampliação de conteúdos e referências bibliográficas internacionais nos currículos; a ampliação de análises comparadas com realidades internacionais nos currículos, etc. (Implementação insipiente).
- **Capacitação para inovações**: as ações implicam, principalmente, o estímulo ao desenvolvimento de capacidades pessoais e institucionais para experiências não-convencionais, objetivando-se a ampliação de potencialidades internas para o enfrentamento de desafios. Por exemplo, o estímulo à proposição de projetos não-incorporados aos procedimentos em curso; o estímulo à participação em programas de cooperação, sentido amplo; o estímulo à formulação de atividades prospectivas, em contraponto a práticas reprodutivas (Implementação insipiente).

A natureza das políticas implementadas até o momento e a avaliação do seu estágio atual permitem identificar o trato predominante com o cotidiano da Universidade e a resposta a questões emergenciais, mais do que uma ação antecipatória de fenômenos. Em parte, deve-se essa condição às características do processo de implantação do DRE, originado de uma experiência piloto de inserção institucional na CEAP, conforme já explicado, em que a identificação de demandas existentes e seu atendimento dentro das possibilidades da Universidade foram de fato decisões políticas para o trabalho. Não se partiu de um plano determinante de ações e atividades, mas trilhou-se um caminho de definição de uma proposta de construção da área a partir de expectativas e potencialidades internas, contrapostas progressivamente às tendências externas.

Por outro lado, percebe-se que já existe um caminho trilhado em 2006, ampliando o contato com as demais instâncias da Universidade, em especial, as Pró-Reitorias, no que tange a considerar-se a área de Cooperação Interinstitucional um componente efetivo e indissociável dos aspectos já considerados, nos projetos pedagógicos e nos processos de gestão.

A Cooperação Interinstitucional na PUC-Campinas, objeto principal do trabalho do DRE, aos moldes do que se apresenta no panorama nacional e internacional, configurar-se-á de modo mais intenso a partir de algumas formas ou práticas historicamente definidas, a saber:

- mobilidade de estudantes, professores e gestores;
- desenvolvimento curricular;
- desenvolvimento institucional;
- cursos presenciais compartilhados;
- cursos por ensino a distância, exclusivos ou compartilhados;
- redes de docência;
- grupos de pesquisa;
- publicações compartilhadas;
- missões de estudo e de reconhecimento acadêmico-cultural;
- comunicação social;
- eventos acadêmicos, científicos e culturais.

Tais formas, e outras que venham a se acrescentar, implicam, em geral, uma ação conjunta do DRE com os demais setores da Universidade, sejam os de natureza especificamente acadêmica, sejam os mais voltados às atividades administrativas e de serviços. Junto aos primeiros, principalmente atuando de forma estimulante e sugestiva, objetivando-se a inclusão dos aspectos referentes à Cooperação Interinstitucional nos conteúdos, nas práticas e estratégias didático-pedagógicas, nas relações profissionais e interpessoais. No âmbito administrativo, contribuindo para o desenvolvimento de procedimentos e metas de desenvolvimento gerencial, visando-se o aprimoramento institucional na área.

Paralelamente, dado seu propósito de ser, o Departamento terá como prática corrente o estabelecimento de relações institucionais externas à Universidade, significando imprimir ao trabalho uma dinâmica de grande capacidade de síntese, em particular quanto à transmissão das características estratégicas da PUC-Campinas, e também de articulação dessas aos interesses dos interlocutores e parceiros.

As atividades características do DRE, no exercício de suas competências institucionais, deverão organizar-se com:

- estudos e proposições para a identificação de meios para a inserção dos aspectos de internacionalização do ensino;
- a realização de análises e prospecções, visando-se novas perspectivas de ação;
- a formulação de políticas, diretrizes, normas, regulamentos e procedimentos dos programas;
- montagem e providências para a aprovação e divulgação dos programas;
- acompanhamento, coordenação e orientação aos participantes do programas, no tocante aos aspectos acadêmicos e pessoais;
- representação institucional;
- divulgação das oportunidades acadêmicas no exterior para público interno e externo;
- manutenção e disponibilização das informações institucionais junto aos órgãos externos e demais usuários;
- organização e promoção de eventos específicos – em conjunto com as áreas-fim.

Como resultado da realização das atividades descritas, além da consecução dos objetivos estipulados para o setor, deverão originar-se registros documentais e outros tipos de produtos, que permitam a consolidação institucional do trabalho de forma permanente, tais como:

- plano estratégico de Cooperação Interinstitucional;
- programas e projetos específicos;
- relatórios de execução e acompanhamento;
- banco de dados e documentação específica;
- publicações técnicas e boletins informativos;
- eventos.

Embora ainda sem definição precisa, a sistemática para a realização de rotinas de registros e geração de produtos deverá ser resolvida em breve horizonte de tempo, de modo a agilizar a efetiva institucionalização da área de Cooperação Interinstitucional,

cuidando-se, entretanto, para manter sua especificidade mediante os aspectos já descritos.

O ambiente externo à PUC-Campinas, referente à prática da Cooperação Interinstitucional Acadêmica, focando o quesito internacional, pauta-se no momento pelo impasse colocado pela contraposição entre a aceleração da "globalização econômica", fortemente estimulada pelos países e grupos empresariais transnacionais que dominam a economia mundial, e a histórica, lenta e variável contingência da "internacionalização das culturas".

Esses dois movimentos, aparentemente de mesma natureza, mas substancialmente distintos em sua ocorrência e propósitos, geram, ao se entrelaçarem, intensas tensões socioculturais que encontram rebatimento na Educação Superior no Brasil.

Dada à intensificação desse processo, surge, de imediato, por exemplo, a premência da formação de profissionais com capacidade para articular ações, agir em mesas de negociação e formular procedimentos no campo internacional (negócios de importação e exportação, tribunais internacionais, acordos de produção e parcerias, etc.).

O Brasil é hoje identificado como parceiro e mercado inequívoco de interesse para os grandes blocos econômicos mundiais. E também, mais recentemente, entendido como um celeiro privilegiado de experiências étnico-culturais, que tornam o país relevante na conquista de uma tônica humanista e justa no relacionamento entre os povos.

O impacto do contexto acima nos próximos anos sobre a PUC-Campinas, como integrante do sistema acadêmico nacional, pode ser analisado em termos de quatro instâncias do ambiente externo, a seguir descritas:

	Oportunidades	**Ameaças**
MUNDO	▪ Predisposição à troca ▪ Investimentos em Cooperação interinstitucional/ internacional ▪ Múltiplas fontes de financiamento para a Cooperação interinstitucional/ internacional ▪ Recursos para ações coletivas e mobilidade (reconhecimento cultural)	▪ Instabilidade político-econômica mundial ▪ Competitividade do universo acadêmico nacional e internacional
BRASIL	▪ Necessidade de maior expressão externa ▪ Demanda por instâncias e interlocutores de "negociação" ▪ Diplomacia Federativa ▪ Eventual agravamento da crise econômica	▪ Eventual agravamento da crise econômica ▪ Aumento das restrições das agências nacionais em relação ao setor acadêmico privado ▪ Competitividade do universo acadêmico nacional
MACRORREGIÃO (SP, sul MG, norte PR)	▪ Necessidade de aumento de negócios de importação e exportação ▪ Aumento das demandas sociais e culturais ▪ Aumento das demandas por maior profissionalização em Relações Internacionais ▪ Eventual agravamento da crise econômica	▪ Eventual agravamento da crise econômica ▪ Não-identificação da PUC-Campinas como interlocutora em Relações Internacionais ▪ Competitividade do universo acadêmico macrorregional

	Oportunidades	Ameaças
REGIÃO METROPOLITANA AMPLIADA (raio ~150 km)	▪ Necessidade de maior expressão nacional e internacional ▪ Competitividade nacional ▪ Necessidade de aumento de negócios de importação e exportação ▪ Aumento das demandas sociais e culturais ▪ Aumento das demandas por maior profissionalização em Relações Internacionais Eventual agravamento da crise econômica	▪ Eventual agravamento da crise econômica ▪ Não-identificação da PUC-Campinas como interlocutora em Relações Internacionais ▪ Competitividade do universo acadêmico macrorregional

No âmbito do ambiente interno da Universidade, e de possíveis aspectos complicadores ou facilitadores para a prática das Relações Internacionais Acadêmicas, observa-se o seguinte comportamento:

	Aspectos Relevantes	Aspectos Desafiadores
INSTITUIÇÃO[16]	▪ Processo de mudança em curso ▪ Predisposição à inovação ▪ Busca de perspectivas estratégicas de desenvolvimento ▪ Busca de maior sinergia entre áreas administrativas e acadêmicas ▪ Tradição e compromisso regional ▪ Consistência institucional ▪ Natureza comunitária ▪ A estruturação em Centros	▪ Comportamento curricular ainda tradicional, auto-referenciado e pouco flexível ▪ Tradição e compromisso regional ▪ Instabilidade organizacional devido ao período de mudança ▪ Aparente descaracterização e fragilização das áreas específicas de conhecimento pela estruturação em Centros => dificuldade de identificação externa ▪ Redução das estruturas gerenciais acadêmicas nas áreas específicas de conhecimento ▪ Qualidade final não-avaliada ▪ Pouca qualificação para a prática das Relações Interinstitucionais Internacionais ▪ Pouco reconhecimento internacional
COMUNIDADE ACADÊMICA[17]	▪ Afetividade pelo tema das Relações Interinstitucionais (com foco muito maior para o internacional) ▪ Demandas reprimidas ▪ Novidade da área => ausência de preconceitos ▪ Grande capacitação técnica ▪ Produção e potencial subutilizados ▪ Implantação da Carreira Docente	▪ Pouca qualificação para a prática das Relações Interinstitucionais Internacionais ▪ Insegurança e baixa credibilidade frente à Instituição ▪ Regime de trabalho de pouca vinculação institucional ▪ Baixa fidelização institucional (em mudança com a implantação da Carreira Docente) ▪ Visão do trabalho universitário autocentrada e com vinculação loco-regional ▪ Pouco reconhecimento internacional

[16] Refere-se ao grupo composto por: SCEI, a Administração Superior da Universidade, Diretores de Centro e Faculdades, Setores Administrativos e Coordenações das Pró-Reitorias.
[17] Refere-se a professores, alunos e pesquisadores.

8 Tecnologia Educacional

8.1 Ensino a Distância: evolução e caracterização global

A PUC-Campinas desenvolve estudos e prospecções de Educação a Distância desde 1997. Em 1998, iniciou-se a primeira turma de alunos na modalidade semipresencial, no curso de Mestrado em Gerenciamento de Sistemas de Informação. No início de 1999, devido à importância que o EAD adquiria, dentro e fora da instituição, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos criou uma assessoria, com o objetivo de incentivar, apoiar, regulamentar e acompanhar os rumos do EAD na Instituição. Na ocasião, a assessoria elaborou e apresentou à Reitoria o projeto de reestruturação do Núcleo de Atendimento Remoto (NAR), para melhor responder à crescente demanda do ensino à distância na Universidade. O projeto foi realizado e, na seqüência, a assessoria elaborou um outro projeto visando à estruturação de um Centro de EAD na Universidade.

Em junho de 2001, com a criação do setor de Ensino a Distância, cujo objetivo principal é o de sistematizar esse aspecto na Universidade, iniciou-se o projeto de criação de um Centro de EAD.

O funcionamento inicial da Coordenadoria de Ensino a Distância (CED) contou com um Conselho Consultivo nomeado pela Reitoria. O critério para nomeação incluiu a representação das unidades acadêmicas que já desenvolviam ou se interessavam por práticas de EAD. A CED ocupou-se, então, com a sistematização das práticas de EAD desenvolvidas a partir de demandas pontuais. Dentre os itens dessa sistematização está a metodologia adotada, assunto de constante preocupação quanto à avaliação e desdobramentos das práticas dos cursos e áreas do conhecimento.

O padrão adotado fixou-se nos conceitos de aulas virtuais (conteúdos disponibilizados por computador) e presenciais (aulas convencionais coletivas com a presença da classe e do professor). Definiu-se que a carga horária total do curso poderia ser desenvolvida em até 75% de aulas virtuais e um mínimo de 25% de aulas presenciais obrigatórias, medida que exigiu a modulação de 15 alunos para as aulas virtuais.

Projetos de novos cursos foram orientados seguindo restrições da Universidade no aguardo de seu credenciamento pelo MEC, que passou a ser meta principal da CED.

Ocupando-se desta meta, a CED prosseguiu no acompanhamento sistemático das medidas de regulamentação e legislação do MEC e do acompanhamento do processo de credenciamento da instituição junto a esse órgão, iniciado em julho de 1999, quando ainda era uma assessoria.

Em agosto de 2002, a CED recebeu e encaminhou a primeira Comissão nomeada pelo MEC para avaliação e credenciamento de dois cursos seqüenciais, que obtiveram parecer favorável. No parecer ficou evidenciada a importância fundamental da CED no processo de EAD da PUC-Campinas.

Paralelamente seguiram as atividades e contatos com o MEC para o cumprimento das exigências legais necessárias para o credenciamento dos demais cursos oferecidos pela Universidade.

No conjunto de ações contidas no seu plano de ação, a CED realizou:

- No âmbito interno à Universidade: palestras em unidades acadêmicas, incluindo o CONSUN, Seminário de EAD da PUC-Campinas (incluindo o público externo), Fóruns de Coordenadores dos Cursos, Encontros de Professores de EAD, Capacitação de Docentes para EAD e atendimentos pontuais em forma de consultoria a professores, especialistas e pesquisadores de EAD.
- No âmbito externo à Universidade: representação da Universidade em Conselhos e Diretorias de Instituições como ABED e RICESU; participação atuante em feiras de tecnologia e educação; publicações técnicas e científicas em congressos nacionais e internacionais; entrevistas e matérias na imprensa local e estadual, participação em programas de televisão, publicação em livros e revistas.

O atual quadro da EAD é resultado do processo histórico descrito, contando com incentivos da Reitoria, entusiasmo de professores e pesquisadores envolvidos na área de Tecnologia e Educação, aumento de mestres e doutores cujas dissertações e teses abordam o tema EAD; envolvimento com outros pesquisadores da Universidade Estadual vizinha para troca de conhecimento e busca de crescimento; interlocução com Instituições

que buscam a PUC-Campinas como referência para a prática de EAD, o que permite uma auto-avaliação, constatando limites e avanços.

O crescimento do EAD na Universidade está representado pelos 08 cursos oferecidos atualmente conforme segue:

QUADRO DEMONSTRATIVO DO ENSINO A DISTÂNCIA NA PUC-CAMPINAS

CURSOS OFERECIDOS ATUALMENTE

Nível	Unidade	Curso
Esp.	CEATEC	Engenharia de Software (semipresencial)
Esp.	CEATEC	Gestão de Projetos (semipresencial)
Esp.	CEATEC	Gestão de Sistemas da Engenharia de Produção (semipresencial)
Esp.	CEATEC	Gestão Estratégica de Tecnologias e Sistemas de Informação (semipresencial)
Esp.	CCH	Didática do Ensino na Educação Básica e Superior: o uso de Tecnologias em Multimeios (semipresencial)
Esp.	CCH	Educação e Gestão de Pessoas, Formação Continuada de Recursos Humanos (semipresencial)
Esp.	CCH	Gestão Educacional: Perspectivas da Práxis (semipresencial)
Seq.	CEATEC	Formação Específica em Tecnologia da Informação

8.2 Ensino a Distância na PUC-Campinas

O Ensino a Distância na PUC-Campinas é integrado institucionalmente pela Coordenadoria de Ensino a Distância - CED, subordinada à Reitoria. Essa modalidade de ensino vem sendo oferecida na Universidade, desde o início de 1998, com origem no Curso de Mestrado em Informática. Atualmente, a PUC-Campinas oferece cursos na modalidade semipresencial, mediados por computador, envolvendo alunos de diversas localidades do país, utilizando metodologia para o oferecimento dos cursos desenvolvida na própria Universidade.

Conforme definição adotada pela CED, entende-se que "*educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação*." (Artigo 1º. do Decreto nº 2.494 que regulamenta o Artigo 80 da Lei nº 9.394/96)

Nesse tipo de ensino, não há a necessidade da presença física do professor junto ao aluno. Dois conceitos surgem dessa característica: o de cursos totalmente a distância e o de cursos semipresenciais em que, geralmente, a maior carga horária do curso é ministrada a distância e uma porcentagem menor é ministrada de maneira presencial. As aulas presenciais são utilizadas, principalmente, para as avaliações dos alunos. Existem opiniões favoráveis e desfavoráveis às duas formas na literatura. No caso brasileiro, o MEC opta pela forma semipresencial, justamente pelo motivo da avaliação.

Os meios técnicos são utilizados como meio de comunicação (mídia) entre o professor e o aluno e, devido à existência de uma grande diversidade destes meios, dependendo do utilizado, ou da combinação deles, pode-se gerar uma maior ou menor interação entre o docente e o aluno. Esses meios também podem proporcionar, dependendo de quais são utilizados, uma independência não só de espaço físico (distância), como também de tempo, no caso da utilização de meios de comunicação assíncronos. Os meios técnicos, principalmente os que se utilizam de computação, também auxiliam na organização e no gerenciamento dos cursos.

A Educação a Distância, dependendo do método utilizado, permite que o aluno possa se desenvolver no seu próprio ritmo, limitado pela sua própria capacidade de aprendizagem e pelo seu tempo disponível para a dedicação ao aprendizado. Procura-se desenvolver no aluno a capacidade de aprender a aprender e aprender a fazer. Quem está envolvido com a Educação a Distância deverá estar consciente de que esta modalidade de ensino exige muito mais do aluno do que uma passividade frente à recepção de conhecimentos. Portanto, quem elabora um curso a distância deve fazê-lo de forma a motivar quem o recebe.

8.3 Situação atual

Considerando o processo histórico e evolutivo da EAD na Universidade, a CED deve preocupar-se com o presente e o futuro dessa modalidade de ensino na PUC-Campinas. A fase de incentivo do EAD não representa mais a principal preocupação para a instituição, pois o crescimento da demanda já se mostra espontânea. A principal preocupação está relacionada com a qualidade dos cursos oferecidos e os rumos que o EAD deve tomar no futuro próximo, para que a instituição possa se preparar adequadamente.

Uma das questões que justificam tal preocupação é, por exemplo, a portaria nº 2.253 do MEC, que autoriza o desenvolvimento de 20% da carga horária da graduação na modalidade a distância.

Além disso, a visita do MEC em agosto de 2002, para credenciamento dos cursos seqüenciais, despertava a necessidade de melhor e maior aparato tecnológico e pedagógico que facilite a apresentação do potencial de EAD da Universidade de forma transparente e eficaz.

Com a atual reestruturação da Universidade em Pró-Reitorias e Centros, a CED encontra-se no processo de definição de seu vínculo institucional.

Dentre os aspectos estratégicos, uma das perspectivas que despontam é a capacitação dos docentes em um nível de formação continuada em serviço. Trata-se de medida processual de longo alcance em se tratando de investimento de recursos humanos para o emprego de novas tecnologias de apoio ao ensino, colocando a Universidade em compasso com a velocidade que essa área mostra em todos os setores da sociedade. Outro aspecto é relativo ao diferencial que a PUC-Campinas imprime à sua pratica de EAD, caracterizando um modelo estratégico no conjunto de práticas observadas no mercado educacional emergente.

Atualmente, a Universidade oferece apenas EAD, utilizando-se de computador. Existem outras mídias disponíveis para oferecimento de EAD, como a televisão, por exemplo, que estão sendo solicitadas e exigirão novos projetos metodológicos, além de infra-estrutura adequada, equivalente à necessária para a EAD. Há a necessidade de equipes multidisciplinares atuando nesse sentido.

Diante do quadro exposto deve ser de competência da CED:

- articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de ensino a distância, base para os projetos específicos dos cursos;
- coordenar e supervisionar a realização de estudos bibliográficos e documentais e de levantamentos, análises e diagnósticos da realidade acadêmica, bem como de estudos da legislação educacional, de forma a subsidiar a elaboração de propostas, projetos e planos de ação acadêmicos, no âmbito dos cursos oferecidos a distância;

- sugerir políticas de ensino a distância a serem implementadas, bem como alteração daquelas já implementadas, à luz da reflexão fundada no conhecimento teórico e na observação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento do Projeto da Universidade;
- propor diretrizes, normas e procedimentos para orientar a implementação de políticas de ensino a distância, bem como sugerir estratégias para a implementação de tais diretrizes, normas e procedimentos e, ainda, divisar planos de ação para a operacionalização de tais estratégias, implementá-las e acompanhar o seu desenvolvimento;
- coordenar e supervisionar a implementação de políticas, diretrizes, normas e procedimentos institucionais para os cursos oferecidos a distância;
- orientar e subsidiar a elaboração de propostas curriculares de novos cursos oferecidos a distância, bem como incentivar, orientar e subsidiar a revisão de propostas curriculares de cursos dessa modalidade, já existentes;
- analisar e emitir parecer acerca de propostas curriculares de novos cursos oferecidos a distância e propostas de reestruturação curricular de cursos já existentes, bem como acompanhar a sua implementação e avaliar seu desenvolvimento;
- orientar e subsidiar a elaboração de processos de credenciamento e recredenciamento de cursos oferecidos a distância;
- subsidiar e acompanhar processos de avaliação interna e externa de cursos oferecidos a distância, bem como analisar seus resultados;
- analisar e avaliar propostas e projetos de cursos oferecidos a distância apresentados pelas unidades da Universidade e encaminhá-los com parecer fundamentado, se for o caso com sugestões, às unidades competentes;
- propor, planejar e implementar atividades acadêmicas e eventos para a qualificação das práticas voltadas ao ensino a distância;
- incentivar o intercâmbio de práticas e experiências entre os cursos oferecidos a distância;
- promover a divulgação de práticas e experiências desenvolvidas nos cursos da Universidade oferecidos a distância;

- promover, coordenar e supervisionar a organização do Laboratório de Ensino a Distância Institucional;
- propor, planejar e implementar o estabelecimento de intercâmbios de práticas e experiências, bem como de parcerias e convênios com cursos oferecidos a distância por outras instituições de ensino superior;
- propor, planejar e implementar convênios com empresas e instituições, com vistas à operacionalização de projetos de cursos oferecidos a distância;
- orientar e subsidiar a elaboração de planejamentos didático-pedagógicos dos cursos oferecidos a distância e acompanhar o seu desenvolvimento;
- orientar e subsidiar a elaboração dos relatórios anuais dos cursos oferecidos a distância, analisá-los e encaminhá-los, com parecer fundamentado às unidades competentes.
- incentivar, orientar e subsidiar, no âmbito dos cursos a distância, a elaboração de projetos de desenvolvimento, absorção e aplicação de novas tecnologias de oferecimento, bem como apoiar a sua implementação, regularização e acompanhamento na instituição.

Caberá ao Coordenador:

- realizar as incumbências que lhe forem determinadas pelo Reitor e a ele se reportar no desempenho de sua função;
- coordenar a CED/PUC-Campinas, de forma a garantir a execução do que compete ao centro;
- apresentar, à apreciação de seu superior imediato, o Plano de Ação Anual da CED/PUC-Campinas, traçado à luz das competências estabelecidas;
- encaminhar à apreciação do Reitor sugestões, projetos, propostas, planos, levantamentos, análises, pareceres elaborados no âmbito da CED/PUC-Campinas;
- atuar em integração com outras unidades, para a consecução de objetivos comuns;
- representar, quando solicitado, a Reitoria em eventos, congressos e encontros no âmbito do ensino a distância;

- participar de reuniões acadêmicas e acadêmico-administrativas, mediante solicitação de seu superior imediato;
- reunir-se com Diretores e Coordenadores de Unidades e de Cursos e professores, para tratar de questões pertinentes à sua área de atuação;
- estabelecer relações com as Unidades Acadêmicas que atuam com o ensino a distância, nos limites de sua competência, respeitando a hierarquia da estrutura universitária;
- estabelecer relações com instituições interessadas no ensino a distância, buscando viabilizar projetos de oferecimento de cursos e treinamentos nessa modalidade de ensino.

Caberá ao Conselho Consultivo:

- assessorar o coordenador no que for necessário para articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de ensino a distância;
- propor e analisar propostas de políticas institucionais de ensino a distância;
- propor diretrizes, normas e procedimentos para implementação de políticas de ensino a distância;
- analisar o Plano de Ação da CED/PUC-Campinas, acompanhar e avaliar a sua implementação;
- analisar o relatório Anual de Atividades da CED/PUC-Campinas.

A CED possui atualmente uma equipe multidisciplinar formada por orientadores em ensino a distância à qual caberá:

- realizar as incumbências que lhe forem atribuídas pelo Coordenador e a ele se reportar no exercício de suas funções;
- proceder a estudos metodológicos, pedagógicos e tecnológicos, buscando uma constante atualização na área de ensino a distância, propondo medidas concretas para a modernidade e a qualidade dessa modalidade de ensino;
- sugerir, planejar, organizar e implementar atividades acadêmicas (pesquisa, extensão, cursos, palestras, seminários, oficinas de trabalho, grupos de

estudo, feiras, etc.) que possam contribuir para a qualificação e difusão do ensino a distância da Universidade;

- realizar estudos específicos sobre a prática do ensino a distância nos processos acadêmicos em desenvolvimento nos cursos da instituição, de modo a diagnosticar avanços e problemas e a propor encaminhamentos subsidiados pela reflexão crítica acerca da realidade;
- avaliar projetos de criação e de reestruturação de cursos a distância;
- acompanhar os processos de discussão sobre reestruturação de cursos, oferecendo subsídios teóricos e documentais (inclusive os atinentes às diretrizes curriculares governamentais, diretrizes acadêmicas institucionais e legislação vigente) apresentando sugestões de formas de operacionalização de estratégias, e proporcionando apoio logístico para a implementação de atividades, de modo a contribuir para a construção das propostas;
- acompanhar os processos de implementação de projetos de novos cursos e de projetos de reestruturação curricular de cursos já existentes, de forma a diagnosticar avanços e problemas, propor sugestões e encaminhamentos, bem como viabilizar a implementação de medidas que visem ao aprimoramento do ensino nos cursos de ensino a distância;
- analisar os resultados obtidos pelos cursos oferecidos a distância em avaliações institucionais e em avaliações externas e acompanhar, se for o caso, a implementação de medidas corretivas;
- orientar e acompanhar os processos de planejamento didático-pedagógico dos cursos a distância, bem como analisar os seus resultados, contribuindo para a sua avaliação e aprimoramento;
- sugerir, planejar, organizar e implementar projetos de acompanhamento do corpo discente dos cursos a distância, visando à melhoria da qualidade da sua formação pessoal e profissional;
- proceder a estudos e acompanhamento acerca da implementação e utilização da tecnologia e dos equipamentos de apoio ao ensino a distância na Universidade, propondo sugestões para a sua utilização compartilhada pela instituição.

Conforme citado por Donald A. Norman no VI Congresso Internacional de Educação a Distância, da Associação Brasileira de Educação a Distância, em agosto de 2000:

"Hoje, a dinâmica da sociedade, da política, dos negócios e da tecnologia muda rápido demais para que o conhecimento adquirido em anos anteriores no sistema escolar seja suficiente. O aprendizado deve ser contínuo durante toda a vida. Os sistemas escolares, no entanto, são estruturados em torno do indivíduo que vive no campus e é um estudante em tempo integral, suposição que vai contra as necessidades de ocupação do trabalhador que não tem como voltar à escola em período integral e cujo trabalho e atividades de viagens o impedem de cumprir qualquer horário de aula, mesmo em cursos noturnos."

Pode-se constatar que, com a adoção da Educação a Distância, mais pessoas poderão ter acesso ao ensino, a começar por aquelas situadas em regiões onde se torna inviável o oferecimento de salas de aulas presenciais, até chegar naquelas pessoas que se deslocam constantemente de lugares por exigência do trabalho.

Muitos profissionais de empresas e da área de educação estão conseguindo melhorar a sua capacitação, incentivados pelas entidades onde trabalham e obtendo cursos no próprio local de trabalho. Seria inviável estes profissionais conseguirem a dispensa do dia de trabalho em suas entidades, para poderem cursar, por exemplo, cursos de pós-graduação em período integral, como os oferecidos nas universidades públicas, sem contar o problema de deslocamento entre diferentes cidades.

No Brasil está crescendo o número de solicitações de cursos a distância, mostrando que existe por eles uma demanda muito grande, principalmente em formação continuada, extensão e pós-graduação. Não podia ser diferente. Basta verificar a extensão e a densidade demográfica do Brasil.

As empresas vêem na Educação a Distância uma forma de conciliar a capacitação de seus funcionários com suas respectivas jornadas de trabalho. Para competir, em uma economia globalizada, as empresas necessitam, cada vez mais, investir na capacitação de seus funcionários.

A constatação do apresentado pode ser feita pela crescente procura de alunos e instituições por cursos a distância na PUC-Campinas.

A EAD oferece à PUC-Campinas a oportunidade de expandir o universo de possíveis alunos, sem a necessidade de investimentos em construção de novos **campi**.

9 Uso da Tecnologia de Informática na Universidade

O Núcleo de Atendimento Remoto (NAR) foi criado em caráter experimental pela Portaria 185/97 da Reitoria, em 10-6-1997, com as seguintes competências:

- melhorar a qualidade dos recursos computacionais da PUC-Campinas voltados para a pesquisa científica e tecnológica de suas Unidades Acadêmicas por meio da PUCCNET, sempre que se fizer necessária a utilização de computação de alto desempenho;
- utilizar os recursos computacionais de toda a rede nacional do SINAPAD – Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho e colocá-los à disposição das pesquisas científicas e tecnológicas da PUC-Campinas que necessitem de computação de alto desempenho;
- implantar **softwares** específicos voltados às necessidades de computação de alto desempenho da PUC-Campinas;
- colocar o potencial de alto desempenho do NAR - PUC-Campinas e do CENAPAD-SP à disposição do setor empresarial da região de Campinas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria e de prestação de serviços especializados;
- dar suporte ao Projeto de Ensino a Distância;
- oferecer treinamento e cursos especializados às clientelas interna e externa à PUC-Campinas;
- incentivar a participação de docentes e estudantes da Universidade no desenvolvimento de projetos de pesquisa que envolvam computação de alto desempenho.

Em 1998, o NAR passou a dar suporte ao primeiro curso que utilizou técnicas de Educação a Distância, utilizando-se de Computador, na PUC-Campinas, o Mestrado em Informática. Em 1998, o NAR passou a ter a responsabilidade de dar manutenção em vários **sites** existentes na PUC-Campinas, atividade que continuou a ser desenvolvida até julho de 2002. Atualmente, o Regimento Geral da PUC-Campinas, aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário em suas 353ª e 354ª reuniões, realizadas aos dias 17 e 19 de

dezembro de 2001, respectivamente, classifica o NAR como um Órgão complementar da Reitoria (Seção III, artigo 23).

Os principais serviços prestados pelo NAR referem-se a:

1. Suporte computacional para Ensino a Distância.

   Esse foi o primeiro serviço prestado pelo NAR para a comunidade acadêmica. Sua execução é feita em parceria com a área que coordena o Ensino a Distância, órgão subordinado à Reitoria que cuida dos aspectos pedagógicos da utilização de EAD. Na realidade, qualquer atividade que utilize técnicas de EAD só é implementada pelo NAR quando devidamente aprovada pela área de gestão de EAD.

2. Treinamentos para docentes na utilização do ambiente de EAD da PUC-Campinas.

   O NAR, em parceria com a área responsável pelo EAD, propicia a capacitação necessária aos professores que vão ministrar cursos que utilizam técnicas de EAD. Nesse caso, o NAR é responsável pelo treinamento referente aos recursos computacionais e a área referida é responsável pela parte pedagógica.

Com a necessidade crescente de revisão do parque tecnológico da Universidade, bem como sua integração, ao final de 2006 inicia-se um projeto de reestruturação para o Núcleo de Atendimento Remoto - NAR, cujas atribuições passam a ser incorporadas pela Gerência de Informática.

10 Plano Estratégico da PUC-Campinas para o período 2003 a 2010

A PUC-Campinas elaborou seu Plano Estratégico (PE) para o período de 2003 a 2010, para subsidiar as ações institucionais e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Como já assinalado, o PE foi resultado de uma elaboração coletiva que envolveu os diferentes níveis gerenciais da Universidade, sendo validado inclusive pela Mantenedora.

O PE partiu do reconhecimento do atual cenário de ensino superior no país e do diagnóstico dos problemas internos da PUC-Campinas, buscando identificar as ameaças e oportunidades, bem como as forças e fraquezas internas a serem enfrentadas.

A partir desse quadro foi definida a Visão de futuro para 2010, as Opções Estratégicas, os Objetivos e as Estratégias para o período.

10.1 Visão de Futuro da PUC-Campinas

Tendo em vista o cumprimento de sua Missão, a PUC-Campinas estará orientada, até o ano 2010, para uma grande conquista estratégica expressa pela seguinte Visão de Futuro:

Em 2010, a PUC-Campinas será reconhecida pela excelência de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; interação com a sociedade; relevância social de seus projetos e formação de profissionais para atuação no mundo contemporâneo. Será referência pela produção, sistematização e socialização de conhecimento, pelo modelo de gestão universitária e pelo ambiente criativo e plural.

10.2 Opções Estratégicas para 2003 - 2010

Para cumprir sua Missão e realizar a Visão de Futuro, e em consonância com as oportunidades e ameaças que o ambiente externo evidencia, a PUC-Campinas pautará seus esforços, no horizonte 2003/2010, segundo orientações estratégicas básicas.

10.3 Objetivos e Estratégias

No horizonte 2003/2010, o esforço estratégico da PUC-Campinas será concentrado na realização de 24 objetivos, relacionados ao desempenho institucional global, às suas atividades-fim e ao desenvolvimento de suas competências internas. Para cada objetivo foram definidas estratégias específicas que indicam as principais linhas de ação que serão postas em prática para alcançá-los.

10.4 Planejamento Orçamentário para o período 2002 a 2007

A partir dos Objetivos e das Estratégias acima indicados, foram estabelecidas as prioridades a serem observadas pelas diferentes instâncias institucionais no período.

Posteriormente, a cada ano, deverão ser redefinidas prioridades anuais, as respectivas metas a serem alcançadas, bem como detalhados os projetos com seus respectivos resultados, produtos e custos, de modo que seja possível indicar o que será implantado em cada período e quais os custos anuais dessa implantação.

As prioridades, os resultados esperados e a previsão de recursos do conjunto de projetos de cada ano deverão integrar os planos operativos anuais, bem como complementar o presente PDI.

A partir do conjunto de projetos de cada ano, é possível construir a previsão orçamentária de suporte à sua implantação. Entretanto, por exigência do seu projeto institucional e por solicitação da legislação de ensino superior, foi elaborado um planejamento orçamentário para o período, com o objetivo de indicar parâmetros a serem observados, uma vez que o orçamento concreto a ser realizado anualmente é resultante do conjunto de projetos a serem implementados no respectivo ano.

Desse modo, estão apresentados, a seguir, dados sobre mensalidades que são os principais componentes para planejamento das receitas e dados sobre planejamento de gastos segundo categorias contábeis e de investimento, sintetizados nas planilhas de planejamento orçamentário.

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE COMPORTAMENTO FINANCEIRO DA PUC-CAMPINAS

Valores: Real x 1,00

Títulos	REALIZADO 2002	2003	2004	2005	2006	PREVISTO 2007
I - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO						
RECEITAS						
Anuidades	181.375.111	183.123.850	196.066.403	203.932.442	209.846.399	228.732.575
Créditos Excedentes	1.876.496	1.960.898	1.846.584	1.673.310	2.040.807	2.224.480
Cursos Especiais	26.289	43.807	522.730	651.765	602.993	657.262
Bolsas Concedidas	(24.087.151)	(9.503.123)	(2.323.355)	(12.140.852)	(12.882.617)	(14.042.053)
Cancelamentos e Devoluções	(10.958.680)	(11.078.579)	(11.858.732)	(15.280.570)	(15.918.301)	(17.350.948)
Outras Receitas com Alunos	682.182	682.681	781.269	886.699	959.258	1.045.591
Receitas com Vestibular	1.214.176	1.209.203	1.187.658	1.217.170	1.125.210	1.226.479
Receitas Diversas	23.404.354	21.108.159	19.476.934	22.809.658	19.568.853	21.330.050
Receita Hospitalar	68.960	(3.310)	(7.882)	(7.309)	(7.308)	(7.966)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**173.601.737**	**187.543.586**	**205.691.609**	**203.742.313**	**205.335.294**	**223.815.470**
GASTOS OPERACIONAIS						
Docentes	41.634.796	47.044.817	53.026.311	55.894.710	55.453.219	60.444.009
Carreira Docente	6.262.828	7.222.104	6.778.535	6.493.418	8.650.135	9.428.647
Pessoal Técnico-Administrativo	33.300.035	38.737.453	43.157.879	47.861.482	51.601.049	56.245.143
Total da Folha de Pagamento	**81.197.659**	**93.004.374**	**102.962.725**	**110.249.610**	**115.704.403**	**126.117.799**
Material de Consumo	5.815.022	5.933.022	5.573.091	5.480.420	5.305.892	5.783.422
Utilidades	2.081.399	2.379.666	3.857.865	4.031.493	4.331.841	4.721.707
Energia Elétrica	1.048.868	1.347.773	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	5.809.716	7.772.451	11.803.058	10.598.354	11.315.243	12.333.615
Outros Gastos	10.887.778	13.138.747	10.773.185	13.460.493	15.206.406	16.574.983
Provisões Diversas	13.054.199	5.004.008	7.550.171	19.304.748	3.990.622	4.349.778
Perdas Diversas	578.492	339.325	126.880	36.903	98.335	107.185
Gratuidades	29.957.832	31.673.821	42.795.721	37.052.232	29.668.629	32.338.805
Total de Outros Gastos Operacionais	**69.233.306**	**67.588.813**	**82.479.971**	**89.964.643**	**69.916.968**	**76.209.495**
TOTAL DOS GASTOS OPERACIONAIS	**150.430.965**	**160.593.187**	**185.442.696**	**200.214.253**	**185.621.371**	**202.327.294**
RESULTADO OPERACIONAL	**23.170.772**	**26.950.399**	**20.248.913**	**3.528.060**	**19.713.923**	**21.488.176**
Receita Não Operacional	968.077	574.330	1.837.943	2.129.393	2.280.903	2.486.184
Despesa Não Operacional	52.200	169.397	92.882	819.167	80.851	88.128
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**915.877**	**404.933**	**1.745.061**	**1.310.226**	**2.200.052**	**2.398.057**
SUPERÁVIT OU DÉFICIT	**24.086.649**	**27.355.332**	**21.993.974**	**4.838.286**	**21.913.975**	**23.886.233**
INVESTIMENTOS GLOBAIS	**22.627.838**	**18.136.842**	**16.241.612**	**20.395.448**	**20.787.754**	**22.658.652**

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DO PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS DA SCEI

			REALIZADO			PREVISTO
RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
SALAS DE AULA E LABORATÓRIOS	12.189.607	8.348.205	5.682.226	7.135.471	10.000.000	7.927.266
APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS	1.350.000	625.000	559.690	702.832	419.367	780.823
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA / REDES DE COMUNICAÇÃO	1.592.562	1.751.818	1.568.760	1.969.974	1.407.867	2.188.575
INFRA-ESTRUTURA DAS BIBLIOTECAS	994.728	1.293.146	1.939.719	2.435.808	2.182.661	2.706.100
ACERVO DAS BIBLIOTECAS	962.548	1.203.185	1.503.981	1.888.628	1.924.956	2.098.202
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.100.000	1.300.855	1.164.921	1.462.853	1.290.990	1.625.180
PROJETOS ESTRATÉGICOS	2.602.394	2.862.633	3.148.896	3.954.235	2.700.000	4.393.021
INVESTIMENTOS NO HOSPITAL CELSO PIERRO	836.000	752.000	673.419	845.648	861.914	939.486
INVESTIMENTOS GLOBAIS	**22.627.838**	**18.136.842**	**16.241.612**	**20.395.448**	**20.787.754**	**22.658.652**

PREMISSAS PARA ELABORAÇÃO DO ANEXO I

01 - Período 2002 e 2006
Realizado Contábil

02 - Período 2007
Reajuste na Receita e Despesas de 9,00%, base orçada 2004.

03 – Carreira Docente
Incremento de R$ 9.000.000 a partir de 2005

04 - Docentes
Compreende as despesas com salários e encargos sociais provenientes da folha de pagamento de professores no exercício das atividades acadêmicas.

05 – Pessoal Técnico-Administrativo
Compreende as despesas com salários e encargos sociais provenientes da folha de pagamento de funcionários, diretores e coordenadores no exercício das atividades acadêmico-administrativas.

06 - Material de Consumo
Gastos com materiais de:
- Material didático
- Material de escritório
- Material de laboratório
- Material de reparação / manutenção / reposição
- Material gráfico
- Alimentos
- Material de higiene e limpeza
- Medicamentos e Materiais cirúrgicos, curativos e afins
- Gases Medicinais
- Vestuários, materiais têxteis e armarinho
- Artigos de esporte e Recreação
- Material fotográfico
- Animal para pesquisa
- Suprimentos de Informática
- Fertilizantes e plantas
- Material de segurança
- Utensílios de copa e cozinha
- Impressos
- Moveis e utensílios de pequeno valor

07 - Utilidades
Compreende gastos com:
- Água e Esgoto
- Telefones

08 - Serviço de Terceiros
Compreende gastos com:
- Serviços de reparo e manutenção
- Serviços de expediente
- Serviços de auditoria e jurídico

- Serviços docentes
- Serviços discentes
- Serviços de publicidade e propaganda
- Serviços postais
- Fretes e carretos
- Serviços TV Universitária
- Licenças de uso de softwares

09 - Outros Gastos

Compreende gastos com:

- Aluguéis
- Despesas com viagem
- Confraternizações
- Brindes
- Assinaturas de jornais, revistas e periódicos
- Associações a sindicatos
- Confecção e registro de diplomas
- Ferias, simpósios e congressos
- Fotocópias
- Cursos e treinamentos
- Patrocínios
- Impostos, taxas, multas e contribuições
- Seguros gerais
- Depreciação e Amortização

10 - Provisões Diversas

Compreende despesas com:

- Provisão para devedores duvidosos
- Provisão para contingências trabalhistas
- Provisão para contingências civis

11 - Perdas Diversas

Compreende despesas com:

- Perdas com alunos
- Perdas com convênios
- Perdas da bolsa PICDT-CAPES

12 - Provisão de Gratuidades

Compreende os benefícios educativos e assistenciais correspondentes à natureza filantrópica da Instituição.

PREMISSAS PARA ELABORAÇÃO DO ANEXO II - INVESTIMENTOS PLANEJADOS

* Salas de Aula e Laboratórios = elaborado conforme tabela referente à "Expansão Planejada da Área Física";

* Apoio Administrativo e Serviços = elaborado conforme tabela referente à "Expansão Planejada da Área Física";

* Equipamentos de Informática / Redes de Comunicação = elaborado conforme tabelas referentes ao "Quadro de Evolução dos Equipamentos de Informática" e à "Projeção do Quadro de Evolução dos Pontos de Rede de Comunicação"

* Infra-Estrutura das Bibliotecas = elaborado conforme "Tabela 12 - Quadro sobre Evolução da Infra-Estrutura da Biblioteca";

* Acervo das Bibliotecas = elaborado conforme "Tabela 11 - Quadro sobre Evolução do Acervo";

* Máquinas, Equipamentos, Máquinas e Utensílios = elaborado conforme tabela referente à construção, adequações físicas e reformas das salas de aula, laboratórios, áreas administrativas e serviços;

* Projetos Estratégicos = representam os investimentos que foram e serão aplicados nos projetos estratégicos da Universidade no período de 2002 a 2007;

* Investimentos no Hospital Celso Pierro = representam os investimentos que foram e serão aplicados em adequações físicas, pequenas reformas e aquisição de equipamentos.